

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA – EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

MADALENA SANTANA GOMES

**EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA COMO POLÍTICA PÚBLICA
DE DESENVOLVIMENTO: Um estudo do Projeto Jovens Empreendedores
Primeiros Passos (JEPP)**

VITÓRIA

2017

MADALENA SANTANA GOMES

**EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA COMO POLÍTICA PÚBLICA
DE DESENVOLVIMENTO: Um estudo do Projeto Jovens Empreendedores
Primeiros Passos (JEPP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Angela Maria Caulyt Santos da Silva

VITÓRIA

2017

Dados internacionais de Catalogação -na- Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

- G633e Gomes, Madalena Santana.
Educação Empreendedora como política pública de desenvolvimento: um estudo do Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP). / Madalena Santana Gomes. - 2017
111 f.: il
- Orientador (a): Prof.ª Drª Angela Maria Cauty Santos da Silva.
- Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2017.
1. Empreendedorismo. 2. Educação empreendedora - SEBRAE. 3. Políticas públicas. I. Silva, Angela Maria Cauty Santos da. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDU: 65.017.3

MADALENA SANTANA GOMES

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA COMO POLÍTICA PÚBLICA
DE DESENVOLVIMENTO: Um estudo do Projeto Jovens Empreendedores
Primeiros Passos (JEPP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 28 de junho de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória/ Orientadora

Prof. Dr. Cesar Albenes de Mendonça Cruz
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Membro Interno

Prof. Dr. Alexandre Reis Rosa
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Externo

“Ser um empreendedor é executar os sonhos, mesmo que haja riscos.”

(Augusto Cury)

*Dedico este trabalho a meu companheiro, Edgar,
grande parceiro e incentivador, com quem
compartilho este momento de alegria.*

AGRADECIMENTOS

A entrega e a defesa desta dissertação significam a concretização de um projeto iniciado na experiência profissional. Agradecer a todos que me auxiliaram nesta conquista não é tarefa fácil. Entre amigos, professores e colegas, foram muitas as pessoas que me ajudaram. Registrar seu nome aqui é a expressão de meus sinceros agradecimentos.

Agradeço, em primeiro lugar, a DEUS, ao me guiar nesta jornada de desafios e experiências incríveis. Por ser meu mestre e facilitador em todas minhas dúvidas e incertezas. Por me proteger, deixar ousar e ter me proporcionado conhecer pessoas que me fizeram crescer e ver o mundo de forma diferente.

À Prof^a. Dr^a. Angela Cauty, que desde que a escolhi como orientadora me inspirou com sabedoria e conduta profissional elogiável. Agradeço pelas horas que me foram dedicadas com seu conhecimento, pelas discussões valiosas e fundamentais, pelo incentivo em todas as etapas do processo de pesquisa nesses vários meses.

Ao Prof. Dr. Cesar Albenes, pela análise de meu projeto de pesquisa na Banca Examinadora e indicações e sugestões bibliográficas.

Ao Prof. Dr. Alexandre Reis Rosa (UFES), pelas críticas, observações e sugestões recomendadas na Banca de Qualificação, fundamentais para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

Agradeço, também, aos professores mencionados, pelo apoio, amizade e disponibilidade em participar da Banca de Defesa.

Aos Profs. Drs. Flavio Kataoca e Pitiguara Coelho, pelo apoio, carinho e compreensão.

A minha família, minha base! Amados 11 irmãos, obrigada pelo afeto e incentivo! Muito obrigada, mamãe e papai, vocês são minhas preciosidades, exemplos de fé e luta respeito e gratidão! Meu amor por vocês é incondicional. A meu amor, Edgar, meu companheiro e melhor amigo, agradeço pelo carinho, compreensão e torcida. Amo você!

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar a teoria da Educação Empreendedora como forma de política pública de desenvolvimento na formação de futuros empreendedores e seus efeitos nos empreendimentos e na sociedade. Evidencia especificamente o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e implantado nas escolas de Educação Básica, no Estado do Espírito Santo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de viés explicativo, descritivo e exploratório, fundamentada na proposta por autores que escrevem sobre Empreendedorismo, Educação Empreendedora e Políticas Públicas. Temática atual discutida em diversas áreas do conhecimento, como Educação, Administração, Gestão, que remete a reflexões de aspectos econômicos, sociais e culturais. Quanto à relevância, a Educação Empreendedora se apresenta como mecanismo capaz de promover mudança social nos sujeitos, de forma que se tornem cidadãos mais ativos e eficientes na sociedade. Entre os resultados, constatou-se a secundarização de Políticas Públicas direcionadas à Educação Empreendedora associada ao fato de haver na conjuntura atual menos oportunidade de emprego, o que torna crescente a necessidade de investimento no segmento do empreendedorismo como uma das saídas de melhoria da economia. Nesse âmbito, a Educação Empreendedora oferecida na Educação Básica pode qualificar gestores capazes de gerar emprego e renda, bem como desenvolver competências e habilidades de liderança no sentido de aprimorar o gerenciamento empresarial e promover mudanças eficientes e eficazes nas empresas, estabelecendo metas a ser atingidas, colaborando assim para minimizar os riscos de mortalidade de micro e pequenas empresas.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Educação empreendedora; Políticas Públicas; SEBRAE; JEPP.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the theory of Entrepreneurial Education as a form of public development policy in the formation of future entrepreneurs and its effects on entrepreneurship and schools. It specifically evidences the Project Young Entrepreneurs First Steps (JEPP), promoted by the Brazilian Service of Support to Micro and Small Enterprises (SEBRAE) and implemented in Basic Education schools. The research is a bibliographical research, documentary of explanatory, descriptive and exploratory bias. The theoretical framework is based on the presuppositions of the methodology for the formation of entrepreneurs proposed by authors who discuss Education, Administration, Management and refers to reflections on economic, social, and cultural aspects. Regarding relevance, Entrepreneurial Education presents itself as a mechanism capable of promoting social change in the subjects, so that they become more active and efficient citizens in society. In the analysis, it was observed the secondaryization of Public Policies directed to the Entrepreneurial Education associated with the fact that in the current conjuncture there is less employment opportunity, it makes increasing the need for investment in the follow-up of entrepreneurship given the increase in demand. The results of the study point to the need for measures to lower national interest rates and product taxes, encouraging small entrepreneurs to evolve in their business. On the other hand, entrepreneurs must develop leadership skills and abilities through Entrepreneurial Education to improve business management and promote efficient and effective changes in the companies themselves, setting goals to be achieved. Collaborating in this way to minimize the risk of mortality of micro and small companies.

Keywords: Entrepreneurship; Entrepreneurial education; Public policy; SEBRAE; JEPP.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de emprego e desemprego	34
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Saldo líquido de empregos gerados pelas MPEs em outubro/2014	34
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Empreendedorismo na ótica dos autores	23
Quadro 2 – Como diferentes stakeholders na sociedade estão criando valores para os outros	511
Quadro 3 – Ensino convencional x ensino empreendedor	61
Quadro 4 – Temas propostos pelo JEPP no Espírito Santo	75
Quadro 5 – Principais artigos que embasaram o estudo	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE - Comissão Europeia

CEAPG - Centro de Estudos em Administração Pública e Governo

CENN - Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios

CIAMPE - Centro Integrado de Apoio das Micro e Pequenas Empresas

CTA - *call-to-action*

EI - Empreendedor individual

EPP - Empresas de Pequeno Porte

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FINDES - Federação das Indústrias do Espírito Santo

GEM - Global Entrepreneurship Monitoramento

GENESIS - Geração de Novas Empresas de Software, Informação e Serviços

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

IES – Instituto de Ensino Superior

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

JADE - Confederação Europeia de Empresas Juniores

JEPP - Jovens Empreendedores Primeiros Passos

LDIC - Lei de Diretrizes Desenvolvimento de Indústria e Comércio

ME - Estatuto Nacional das Microempresas

MEI - Microempreendedor Individual

MPEs - Micro e Pequenas Empresas

MDIC - Ministério do EMPRETEC – Metodologia da Organização das Nações Unidas

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE - Organização para o Desenvolvimento e a Cooperação Econômica

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIB - Produto Interno Bruto

PPR - Pequeno Produtor Rural

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SINEPE - Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Espírito Santo

SOFTEX - Sociedade Brasileira para Exportação de Software

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS DO ESTUDO.....	188
1.2	METODOLOGIA	188
2	EMPREENDEDORISMO: O PODER DE TRANSFORMAR	22
2.1	O QUE É EMPREENDEDORISMO.....	22
2.2	EMPREENDEDORISMO NO BRASIL E NO MUNDO.....	26
2.3	O SUJEITO EMPREENDEDOR: LÍDER E GESTOR.....	27
3	POLÍTICAS PÚBLICAS	31
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	32
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	36
3.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO	41
3.3.1	Vozes Dissonantes	45
3.4	EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	47
3.5	EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA UNIÃO EUROPEIA (UE).....	49
3.5.1	Comunidade Europeia – Modelo Finlandês	56
3.6	IMPORTÂNCIA DO ENSINO EMPREENDEDOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA ..	58
3.7	PEDAGOGIA EMPREENDEDORA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	62
3.8	O PAPEL RELEVANTE DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA.....	68
3.9	JEPP, EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E DESENVOLVIMENTO.....	71
3.9.1	JEPP: o Jovem e o Empreendedorismo	72
3.9.2	JEPP e a Educação Empreendedora	77
3.9.3	Educação de Qualidade	79
3.9.4	Equidade Socioeconômica	82
3.9.5	Micro e Pequenas Empresas: Desenvolvimento Local e Educação Empreendedora	85
3.10	CENTRO INTEGRADO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (CIAMPE) ..	90
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	1011
	REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a teoria da Educação Empreendedora como proposta de Política Pública que visa ao desenvolvimento e formação de futuros empreendedores, tendo como base o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE).

A discussão sobre Educação Empreendedora apresenta relevância política, social e acadêmica tanto em nível local e nacional quanto internacional, pois investigá-la permite ampliar a compreensão de uma temática que deve ser mais explorada nos estudos acadêmicos e remete a várias reflexões de inúmeros aspectos e vertentes, fato que despertou o fascínio pelo tema.

Além disso, o interesse pelo assunto aumentou, sobretudo, em 2011, após termos desempenhado funções trabalhistas na Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal de Serra, no Estado do Espírito Santo, diante do desafio de implantar o Centro Integrado de Apoio das Micro e Pequenas Empresas (CIAMPE). Este modelo de Centro Integrado se tornou realidade em diversos municípios do Brasil a partir da reformulação do Simples Nacional, que apontou o melhor caminho para atender às demandas assinaladas pelas instituições defensoras da desburocratização de formalização de pequenos negócios.

Foi com a criação do Ciampe, no município de Serra (ES), que entramos em contato com as estatísticas que destacam o alto índice de empresas formalizadas que encerram as atividades ainda nos primeiros anos de vida. De tal modo que observamos ser necessário relacionar caminhos que diminuam a porcentagem de mortalidade de pequenos e médios empreendimentos, considerados responsáveis pela alavanca da geração de riquezas, empregos e renda na sociedade. Especula-se, assim, que uma das hipóteses de solução para tais problemas se daria por meio da Educação Empreendedora implementada na Educação Básica.

O CIAMPE tem como objetivo facilitar a vida do empreendedor, que pode abrir o negócio sem precisar destacar-se a vários órgãos públicos. O Ciampe tem o papel de agilizar a documentação do empreendedor para a abertura e fechamento do negócio, bem como a mudança de categoria do empreendedor que no ano anterior teve movimentação financeira acima da categoria cadastrada.

Esse órgão reúne representantes da Vigilância Sanitária, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Finanças e Bombeiros. Com atendimento ágil e personalizado, oferece contador

para orientação aos empreendedores das vantagens e desvantagens de abrir um negócio próprio, disponibiliza cursos de capacitações oferecidas pelo Sebrae e pela própria prefeitura e informações sobre as linhas de créditos disponíveis por meio do programa Nosso Crédito, sobre compras governamentais, além de informações sobre problemas com que o empreendedor depara no dia a dia. E também possibilita parcelar dívidas de IPTU e receber licença de localização e funcionamento do empreendimento e alvará de funcionamento.

O empreendedorismo ganhou destaque nos últimos anos e é reconhecido como importante impulsionador da economia do Brasil. O tema está intimamente ligado à inovação, tendo em vista o potencial de criação de riquezas por meio de novos produtos, métodos de produção, mercados e formas de organização. Ao efetuar a leitura da bibliografia especializada sobre empreendedorismo, foi possível perceber que o assunto se relaciona a diversos campos de atuação, econômico, social, cultural, dentre outros. Dolabela (2003) diz que o empreendedor não é somente o indivíduo que consegue prosperar nos negócios, ou seja, financeiramente, mas também aquele que consegue incorporar o empreendedorismo à vida social e cultural, uma vez que as práticas empreendedoras podem contribuir para a autonomia dos cidadãos.

Na instância social, a escola local e a educação são instrumentos de fomento na propagação do empreendedorismo. Como local para estabelecimento de relações sociais e de socialização dos saberes, a escola possui papel fundamental na formação dos cidadãos. Nesse sentido, o desenvolvimento do cidadão, enquanto empreendedor, autônomo e responsável, está atrelado à Educação Básica.

O artigo 22 da Lei nº 9.394/1994, intitulada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. De tal modo, é papel da escola fomentar instrumentos e possibilidades que possam facilitar as escolhas dos alunos referentes ao futuro profissional. Esse tipo de educação se refere à técnica de instrumentalizar o educando a realizar escolhas, de forma a contribuir para o fortalecimento do projeto de vida, isto é, constitui-se como preparação para participar da construção do desenvolvimento social por meio de habilidades e competências adquiridas no decorrer da formação.

Estudo realizado em 2015 no Brasil pela Global Entrepreneurship Monitoramento (GEM) e patrocinado pelo Sebrae apontou crescimento expressivo de 39,3% na taxa de

empreendedorismo, maior número registrado nos últimos 14 anos no país. A pesquisa constatou ainda que quatro entre dez brasileiros possuem ou estão em processo de concepção de um empreendimento (SEBRAE, 2015).

Dornelas (2008) menciona que existe grande diversidade de ferramentas capazes de contribuir na geração da inovação. Para tanto, é essencial a preparação dos sujeitos para serem empreendedores e autônomos em potencial. O desencadeamento desse processo se torna efetivo diante de conhecimentos técnicos, experiências bem-sucedidas, dinamicidade e criatividade que fomentem transformações no cenário em que estão inseridas, o que pode desencadear mudanças culturais e comportamentais. De tal modo, a educação que deseja tornar os alunos sujeitos mais autônomos deve visar à “[...] construção de habilidades e competências essenciais nas diferentes áreas de formação, para que inovar e empreender migre do campo das intenções nobres para se tornar realidade vivida” (NOGUEIRA, 2010, p. 13).

Dispondo-se a atender a essa questão, o Sebrae desenvolveu o JEPP, objeto de estudo desta pesquisa. O projeto busca analisar a inserção da Educação Empreendedora e sua concretização no contexto da Educação Básica, despertando no educando um novo olhar em relação ao desenvolvimento de habilidades, por meio de atividades teóricas e/ou práticas. O JEPP implantado nas escolas do Espírito Santo desde o ano de 2006, foi bem-sucedido e atualmente se desenvolve nos centros de ensino no Estado. Nesse sentido, verifica-se que o ambiente escolar, ao se valer de projetos empreendedores, como o JEPP, por exemplo, pode muito bem funcionar como portal inovador ao produzir capital humano criativo capaz de gerar emprego e renda por meio de produtos e serviços.

Diante da forte concorrência e competitividade no mercado de trabalho, pensamos que apenas o sujeito que for capaz de tomar decisões, organizar recursos, traçar planos e metas estará à frente dos demais. Relatório de 2012 do Sebrae informa que as estatísticas referentes às pessoas que se têm formalizado como empreendedores vem crescendo ano após ano. Porém, as mesmas estatísticas têm demonstrado também que grande parte das empresas abertas, em destaque os Empreendedores Individuais, encerra as atividades com menos de cinco anos de vida. Esse é um dado preocupante para aqueles que investem sonhos e recursos num empreendimento e que em um curto intervalo de tempo perdem as economias e o negócio.

A pergunta a seguir, que orienta o estudo, pode ser assim sintetizada a partir do cenário posto:

- Quais medidas podem ser adotadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social com foco no Empreendedorismo com o objetivo de fundamentar a Educação Empreendedora como proposta de política pública que visa ao desenvolvimento e formação de futuros empreendedores e de inclusão social, tendo como base o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), com a parceria do Centro Integrado de Apoio das Micro e Pequenas Empresas (Ciampe) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município da Serra, no Estado do Espírito Santo.

Nesse sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de habilidades e competências desses sujeitos para o enfrentamento do desafio de permanência no mercado empresarial, reduzindo, assim, as estatísticas de mortalidades dos novos negócios. Em estudo recente, a GEM (SEBRAE, 2015) destacou a relevância do segmento das micro e pequenas empresas na geração de riqueza e na elevação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, destacando-se como essenciais para a economia brasileira. Isso sugere que a adoção de Políticas Públicas relacionadas ao empreendedorismo se configura como ferramenta governamental que visa promover o desenvolvimento econômico e social do país, promovendo o acesso ao financiamento e estimulando, sobretudo para os empreendedores iniciantes, o acesso ao conhecimento técnico por meio da Educação Empreendedora.

Na tentativa de elucidar a questão posta acima, a Educação Empreendedora se mostra como instrumento eficiente de Política Pública inserida no contexto da Educação Básica, pois visa à formação de futuros empreendedores, conscientes da capacidade de agir de forma deliberada e com o poder de instituir empreendimentos que podem vir a ser responsáveis por alavancar a geração de riquezas, emprego e renda numa sociedade. De tal modo, esta pesquisa pretende discutir as Políticas Públicas que visam implementar a Educação Empreendedora como essencial à Educação Básica – como é o caso do JEPP –, visando, com tal medida, a formação de cidadãos empreendedores e capazes de alcançar a autonomia profissional.

Apresenta-se, ademais, o empreendedorismo como uma das ferramentas no mercado dos negócios, bem como as principais qualidades do perfil de um empreendedor de sucesso, na concepção de autores renomados; o desdobramento da Inserção da Educação Empreendedora no contexto da Educação Básica, destacando a prática do ensino empreendedor na Educação Básica; defendendo-se a ideia de que o JEPP é uma instrumento de inovação na formação empreendedora do educando, promovendo autonomia profissional, por meio da concepção e

consolidação de uma ferramenta que aponta caminhos que possibilitará sucesso nos negócios e nas instituições públicas e privadas.

1.1 OBJETIVOS DO ESTUDO

Esta pesquisa objetiva analisar a teoria da Educação Empreendedora como proposta de política pública que visa ao desenvolvimento e formação de futuros empreendedores e à inclusão social, tendo como base o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) no Estado do Espírito Santo.

(Entre os objetivos secundários, busca-se subsidiar o estudo investigando os três eixos que suportam o estudo – 1) Empreendedorismo; 2) Políticas Públicas para Pequenas e Médias Empresas (PMEs); e 3) Educação Empreendedora, com foco no o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) no Estado do Espírito Santo.

1.2 METODOLOGIA

No tocante à documentação disponível, ou seja, o material acerca do JEPP produzido pelo SEBRAE e as pesquisas relacionadas ao projeto citado, a metodologia de pesquisa vincula-se à pesquisa bibliográfica acerca da Educação Empreendedora como inovação na Educação Básica e como Política Pública de desenvolvimento.

Para Gil (2010 p. 30), “[...] a pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Por essa razão, utiliza-se como base de dados livros de autores especialistas no assunto e artigos científicos indexados especialmente nos portais do banco de dados do Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Spell, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre outros.

A metodologia utilizada para o alcance dos objetivos do estudo é bibliográfica e documental, com base na legislação oficial, como a LBN, pareceres do Conselho Nacional de Educação, o

Estatuto das Microempresas, os pressupostos do JEPP, documentos a que a autora teve acesso quando da implantação do Centro Integrado das Micro e Pequenas Empresas (Ciampe) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal de Serra, no Estado do Espírito Santo, entre outros.

Destaca-se no estudo a análise descritiva, exploratória e explicativa. A pesquisa descritiva, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52) considera que:

O pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Assim, na pesquisa descritiva os fatos podem ser: “[...] observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Dessa forma, os fenômenos são estudados, mas não podem ser manipulados pelo pesquisador.

A delimitação do nosso estudo constitui-se a partir da execução do Projeto JEPP, como ferramenta de inovação para a formação de cidadãos empreendedores e medida interventiva de Políticas Públicas de desenvolvimento econômico e social, desenvolvido pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), por meio do Sebrae na cidade de Vitória.

Já o procedimento técnico que adotamos para a coleta de dados deu-se por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica pode ser definida como:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates, que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 182).

Enquanto a pesquisa documental pode ser distinguida a partir da restrição às fontes primárias: “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

Assim sendo, a pesquisa bibliográfica se apropria das contribuições de vários autores relacionado a um assunto específico, e a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Deste modo, buscamos escolher os procedimentos técnicos mais adequados ao tipo de pesquisa descritiva. O trabalho foi realizado por meio de coleta de dados secundários – publicações de livros, revistas e artigos científicos de especialistas, referente à contextualização do empreendedorismo e da inserção da Educação Empreendedora na Educação Básica. E, ainda, a documentos alusivos ao Projeto JEPP fornecidos pelo SEBRAE, como textos sobre “Gestão e empreendedorismo no setor audiovisual”; o Projeto Despertar: com histórias de alunos empreendedores, que traz resultados do trabalho feito com alunos do Ensino Médio em escolas estaduais do Rio Grande do Norte; dados da Pesquisa GEM, que informa taxas de empreendedorismo no Brasil; o “Estudo de Inteligência de Mercado: Música”, além de documentos a que a autora teve acesso quando da implantação do Centro Integrado das Micro e Pequenas Empresas (Ciampe) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal de Serra, no Estado do Espírito Santo, entre outros.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa utilizou o método de investigação de cunho qualitativo. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70), a pesquisa qualitativa mantém “[...] uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

De tal modo, efetuamos uma revisão bibliográfica utilizando publicações como livros técnico-científicos, artigos científicos, pesquisas científicas, revistas científicas, jornal impresso e virtual, monografias e teses que abordam a temática da pesquisa, e analisamos e interpretamos os dados acerca da contextualização do empreendedorismo no Brasil, ressaltando alguns recortes históricos da trajetória deste segmento na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no Estado do Espírito Santo.

A pesquisa foi norteadada por três conceitos teóricos principais, que foram investigados na Fundamentação Teórica: Empreendedorismo, Educação Empreendedora e Políticas Públicas.

A dissertação foi dividida em capítulos. No primeiro capítulo, o tema foi introduzido e contextualizado, apresentando-se a pergunta que orienta o estudo, objetivos e justificativa e o percurso metodológico. A fundamentação teórica é iniciada no Capítulo 2 –

“Empreendedorismo: o poder de transformar” –, que traz a conceituação, a situação no Brasil e no mundo e a noção de sujeito empreendedor. No Capítulo 3, discutem-se as Políticas Públicas, formas de incentivo a microempreendedores e Micro e Pequenas Empresas (MPEs), as políticas educacionais de desenvolvimento e de incentivo ao empreendedorismo.

Destacam-se, também neste capítulo, as principais características do sujeito empreendedor, bem como vozes dissonantes da política de incentivo ao empreendedorismo, a Educação Empreendedora e como foi implantada na Educação Básica, o surgimento da pedagogia empreendedora e de sua importância para a transformação social e econômica do país e do estado. Ademais, destaca-se a importância do papel do professor na Educação Empreendedora, oferecendo-se ainda uma comparação com os métodos e incentivos ao ensino empreendedor na União Europeia, com destaque para a Finlândia e sua moderna compreensão do tema, a fim de ajudar a balizar os avanços na área no Brasil. Com atenção especial dada ao Projeto JEPP, vez que se trata de um dos eixos do estudo.

Evidencia-se a importância das Políticas Públicas para o desenvolvimento do país e do Estado do Espírito Santo, destacando-se que a educação deve ser privilegiada, sobretudo com relação à Educação Empreendedora, responsável pela transformação social e econômica do indivíduo, vez que forma cidadãos mais ativos e eficientes na sociedade, capazes de promover mudança social. Evidencia-se, ademais, o JEPP e sua aplicação na Educação Básica, o qual se configura como um projeto sobre empreendedorismo formulado pelo Sebrae, sendo considerado ferramenta importante na formação de futuros empreendedores.

No Capítulo 4, discute-se a análise dos resultados do estudo. Seguem-se as Considerações finais no Capítulo 5 e a lista de obras utilizadas para dar suporte à revisão da literatura, em Referências.

2 EMPREENDEDORISMO: O PODER DE TRANSFORMAR

O Empreendedorismo, apesar de tema amplamente discutido na contemporaneidade, possui várias definições e tem conceituação subjetiva. O conteúdo varia muito de um lugar para o outro e entre os autores especialistas do tema. Verifica-se certa dissintonia ao definir realmente o que seja, e cada especialista elabora a própria definição.

Para Dolabela (2003), as razões dessa subjetividade podem ser as diferentes concepções ainda não consolidadas sobre o assunto. O autor menciona que a dificuldade em dar uma definição seja o fato de se tratar de um termo novo no Brasil, onde o tema se popularizou apenas na década de 90 do século passado. O empreendedorismo também recebeu fortes contribuições da Psicologia e da Sociologia que contribuíram para auxiliar nas diversas definições para o termo e, como consequência, variações em seu conteúdo.

Vários autores abordam o assunto acerca das múltiplas definições para o termo empreendedorismo, considerando sempre a área de interesse de cada um. Entre os principais especialistas que conceituam o referido termo, pode-se destacar: Idalberto Chiavenato, Fernando Dolabela, José Dornelas, Peter Drucker, entre outros.

Pessoas com características ou espírito empreendedor possuem visão diferente do mundo, pois valorizam as experiências, tomando decisões acertadas. Abrem novas trilhas, exploram novos conhecimentos, definem objetivos e não têm medo de dar o primeiro passo.

2.1 O QUE É EMPREENDEDORISMO

Barreto (1998, p. 28) destaca que “[...] empreendedorismo é a habilidade de se conceber e estabelecer algo partindo de muito pouco ou quase nada”, já Dolabela (2006, p. 36) enfatiza que “[...] o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX”. Dornelas (2008, p. 134) por sua vez, conceitua empreendedorismo como “[...] o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades”.

Neste sentido, empreender exige características diferenciadas do empresário, por exemplo, o senso de oportunidade, capacidade de lidar com pessoas, persistência e criatividade.

Empreender também não é sinônimo de lucro, a maioria das pessoas pensa em abrir o próprio negócio apenas visando ao lucro, mas nem sempre isso acontece de pronto, o que já fez que muitos grandes empreendedores fossem à falência mais de uma vez e conseguissem reerguer-se, pois a persistência é característica fundamental para o negócio (SEBRAE, 2009).

É relevante categorizar neste momento o empreendedorismo conforme o posicionamento e visão de alguns dos autores selecionados para este estudo. O Quadro 1 sintetiza os principais conceitos apresentados pelos estudiosos da área do empreendedorismo.

Quadro 1 – Empreendedorismo na ótica dos autores

Autor	Conceito
Dolabella (2003)	Empreender não significa apenas criar novas propostas, inventar novos produtos ou processos, produzir novas teorias, engendrar melhores concepções de representação da realidade ou tecnologias sociais, mas também, assimilar as novas tendências do mercado e conquistar métodos capazes de ampliar as oportunidades de negócios.
Dornelas (2008)	O termo empreender é sempre revestido de características e atitudes visionárias e está sempre enxergando oportunidade em muitas ocasiões que os administradores nem sempre detectam.
Previdelli (2008)	Em face da tendência de constante transformação, de um mundo globalizado e sem fronteiras econômicas, a atividade empreendedora é de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico de uma comunidade e de uma nação, pois estimula o crescimento, aumenta a produtividade e gera novas tecnologias, produtos e serviços.
Chiavenato (2003)	Quando se trata de empreendedorismo, as inovações precisam ser analisadas e estudadas, ou seja, não basta estar alerta a elas, é necessário que a sua busca seja organizada e deve ser feita em base ordeira.
Drucker (1987)	O poder de inovação dos empreendedores tem gerado para o mundo novos produtos, serviços e novas tecnologias. Criar algo novo pode transformar ou abalar o equilíbrio, ou a inércia, do mercado, provocando mudanças capazes de alavancar o crescimento de uma economia
Souza (2012)	O empreendedorismo não basta ser atributo apenas de empresários e executivos e há de ser ensinados nas escolas desde a tenra idade.
Lezana; Toneli (1998)	É imprescindível ao empreendedor ter formação complementar, aquisição de conhecimentos novos ou atualização dos que já possui, a partir de interesse particular ou de necessidade gerada pelo negócio.

Fonte: Autora

Em linhas gerais, conforme a categorização acima, pode-se dizer que o empreendedorismo, na ótica dos autores relacionados, abrange a criação de novas propostas, teorias e a assimilação de novas tendências do mercado para a conquista de métodos capazes de ampliar as oportunidades de negócios, incluindo as transformações ocasionadas pela globalização da economia no sentido de estimular o crescimento e produtividade e gerar novas tecnologias, produtos e serviços, como também, o estudo das inovações que sejam coerentes com o atual mercado competitivo, a criação do que é novo e capaz de transformar o mercado competitivo. É algo que deve ser ensinado desde a tenra idade para a aquisição de conhecimentos já na Educação Básica, o que subsidiará as novas gerações no desenvolvimento de competências de liderança organizacional e bom uso das ferramentas de trabalho.

Feitas as colocações, é importante enfatizar também a trajetória do empreendedorismo, cujo processo de expansão vem desde a década de 1950. No entanto, o reconhecimento da importância e do papel do empreendedorismo é recente. O empreendedor passou a ser considerado o principal ator do desenvolvimento econômico da nação.

Conforme ressalta Dolabela (2003, p. 35), depois da década de 1930, “[...] Joseph A. Schumpeter, retomando o pensamento do precursor Jean-Baptiste Say (1767-1832), voltou o foco de sua teoria para o tripé empreendedor, inovação e crescimento econômico”. Dolabela (2003, p. 35), ainda, infere: “Foi desvelado um segredo que tem a idade da civilização: a capacidade do ser humano de ser protagonista do próprio destino, de agir intencionalmente para modificar sua relação com o outro e com a natureza e de se recriar constantemente”.

Em relação ao surgimento do empreendedorismo, é importante destacar alguns marcos históricos, como:

- 1) Marco Polo empreende o estabelecimento de rota comercial para o oriente;
- 2) na Idade Média, empreendedor era quem gerenciava grandes projetos de produção com recursos oficiais e sem assumir riscos;
- 3) no século XVII, nos contratos com o governo, os preços eram prefixados e lucro/prejuízo pertenciam ao empreendedor;
- 4) no século XVIII, Thomas Edison empreendeu com auxílio de investidores, estabelecendo-se a diferença entre o fornecedor do capital e o empreendedor (que assumia os riscos);
- 5) no século XIX e XX, a noção de empreendedores se expande, incluindo características e comportamentos distintos, com perfil de visionário, assumindo riscos, sendo líder, tomador de decisões, pagam empregados, planejam e controla, nem sempre a serviço do capitalismo (DORNELAS, 2008).

Foi nesse contexto que o empreendedorismo atraiu o olhar de diversas áreas do conhecimento, como: “[...] economistas, mas também educadores, psicólogos, sociólogos, administradores, pesquisadores na área de ciências exatas, cada qual com seus paradigmas, padrões de análise, experiências e conteúdo” (DOLABELA, 2003, p. 35).

Sobre o significado da expressão “empreendedorismo”, Souza (2012, p. 77-78), menciona:

O uso da expressão “empreendedorismo” tem crescido, paulatinamente, nos últimos anos e, por não haver um conceito unívoco sobre o que possa significar, convém buscar seu sentido etimológico e, a partir daí, buscar também seu significado histórico, político e social.

Além disso,

A palavra “empreender” vem do latim *imprehendere*, que significa prender nas mãos, assumir, fazer. Daí derivam as palavras “empreendedor” e “empreendedorismo”, dentre outras. A primeira, com o sufixo “or”, designa o agente, indivíduo que, no caso, empreende. Ou seja, empreendedor é aquele que assume a realização de uma determinada tarefa e, na sociedade capitalista, passou a designar um tipo de empresário, de quem se pode dizer que possui iniciativa e criatividade para correr os riscos de iniciar e efetivar uma determinada atividade produtiva. Já a palavra empreendedorismo, tendo o sufixo “ismo”, diz respeito a uma doutrina, escola ou teoria. Sendo assim, trata-se do princípio, doutrina ou teoria característica da ação de pessoas que possuem iniciativa de começar algo potencialmente arriscado (SOUZA, 2012, p. 78).

Segundo Dornelas (2001, p. 27), a palavra “empreendedor”, quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo, ou seja, refere-se aos indivíduos que não tem medo de iniciar algo novo e assumir as consequências.

Dornelas (2008, p. 29) relata ainda que “[...] o empreendedorismo está relacionado a ter habilidades e competências de criar algo, gerando resultados positivos. Ou ainda, empreender refere-se à capacidade de inovar em algo já existente, tornando-o mais competitivo e lucrativo”. A definição do termo empreendedorismo, conforme Dornelas (2008, p. 78), refere-se ao “[...] envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, salienta-se que a implementação destas oportunidades leva a criação de negócios de sucesso”.

Corroborando com a visão de Dornelas, Dolabela (2014) relata que na literatura existem diversas denominações acerca do termo, e que todas elas eram voltadas para os âmbitos organizacionais, o que difere da definição dos dias atuais, onde ela abarca diversas áreas, como as instituições escolares. De tal modo, segundo Dornelas (2001, p. 23):

O momento atual pode ser chamado de a Era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riquezas para a sociedade.

Em suma, para Souza (2012), o empreendedorismo não basta ser atributo apenas de empresários e executivos e há de ser ensinado nas escolas desde a tenra idade.¹ A autora está em consonância com Fernando Dolabela, para que “[...] o empreendedor é definido pela forma de ser, e não pela maneira de fazer” (2008, p. 13). De tal modo, a postura empreendedora deve ser incorporada pelo conjunto da população e ensinada na escola (SOUZA, 2012, p. 79).

Nesse mesmo sentido, José Dornelas, autor de livros sobre o tema empreendedorismo, afirma que “[...] é importante salientar que para ser empreendedor não é necessário ser empresário. E o contrário também deve ser ressaltado: nem todo empresário pode ser considerado um empreendedor” (DORNELAS, 2007, p. 28).

2.2 EMPREENDEDORISMO NO BRASIL E NO MUNDO

Um dos países onde o empreendedorismo sempre esteve em franca ascensão é o Estados Unidos. O ensino do empreendedorismo nos Estados Unidos atinge atualmente mais de 1.100 escolas e neste novo milênio o Brasil surgiu com o potencial de desenvolver a mesma marca, uma vez que possui diversos programas e ações visando a formação de empreendedores (CIELO, 2001). No entanto, o número de instituições disseminadoras do empreendedorismo no Brasil ainda é pequeno. Ressaltam-se, apenas, as atuações de algumas Instituições de Ensino Superior (IES), do Sebrae, do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e de algumas associações empresariais que atuam em várias regiões do País. Os objetivos e conteúdo de alguns cursos ofertados por IES brasileiras, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo, e por entidades representativas empresariais, como o Sebrae e o IEL, fica evidente nas metodologias pedagógicas o caráter de fortalecer o indivíduo no que tange à iniciativa e à competência empreendedora (LIMA-FILHO; SPROESSER; MARTINS, 2009, p. 252-3).

No entanto, um dos caminhos deveria ser trilhado em relação às IES e universidades no Brasil, seria prover as grades curriculares da graduação e, mais ainda, da pós-graduação (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*) com o ensino de empreendedorismo em conjunto com as práticas

¹ Para Souza, “a educação empreendedora deve começar na mais tenra idade, porque diz respeito à cultura, que tem o poder de induzir ou de inibir a capacidade empreendedora” (DOLABELA, 2003, p.15).

didático-pedagógicas mais recomendadas para essa abordagem, fato que é criticado por diversos autores (HENRIQUE; CUNHA, 2008, p. 115).

No Brasil, o movimento de implantação do empreendedorismo já estava presente no governo Militar (1964-1985). No entanto, Dornelas (2008) afirma que o tema passou a ser tratado com mais frequência a partir da Constituição de 1988. Os Artigos 170 e 179 da Carta Magna instituíram que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam dispensar às microempresas e empresas de pequeno porte, tratamento jurídico diferenciado e favorecido, visando incentivá-las pela simplificação, redução de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e outros benefícios. Dornelas (2008, p. 15) menciona que o “[...] empreendedorismo foi muito difundido no Brasil a partir de 1990, já nos Estados Unidos, país onde o capitalismo tem sua principal caracterização, o termo *entrepreneurship* é conhecido e referenciado há muitos anos”.

O empreendedorismo tem ganhado força no Brasil nas últimas décadas. Para Dornelas (2008), este vem sendo visto como fator importante para o desenvolvimento da economia e o crescimento do país. Um dos fatores que contribuiu para o fortalecimento do empreendedorismo foi a criação, em 1996, da Sociedade Brasileira para Exportação de Software (SOFTEX), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que surgiu com o objetivo de executar atividades de apoio ao desenvolvimento, promoção ao fomento para a indústria brasileira de Software e Serviço de Tecnologia de Informações (TI). São iniciativas como os programas Softex e Geração de Novas Empresas de Software, Informação e Serviços (GENESIS), o Programa Brasil Empreendedor do Governo Federal, os programas de capacitação Empreendedores Y Tecnologia (EMPRETEC) e Jovem Empreendedor do Sebrae e os cursos e programas criados nas universidades brasileiras, além do surgimento de incubadoras de empresas que contribuíram para a difusão do empreendedorismo no Brasil.

2.3 O SUJEITO EMPREENDEDOR: LÍDER E GESTOR

A busca por inovação, a nosso ver, é uma característica que deve estar presente no sujeito empreendedor. De acordo com Drucker (1987, p. 190), as inovações precisam ser analisadas e estudadas, ou seja, não basta estar alerta a elas, é necessário que a sua busca seja organizada e

deve ser feita em base ordeira. Ainda, de acordo com este autor, os inovadores que se destacam no mercado utilizam o lado direito e esquerdo do cérebro, isto é, analisam e conseguem visualizar uma lacuna no mercado e lançar uma ideia para saná-la.

Drucker (1987, p. 190) afirma que:

Uma inovação para ser eficaz precisa ser simples e tem que ser concentrada. Ela deve fazer somente uma coisa, eis que, em caso contrário, ela confunde. Se não for simples, ela não funciona. Tudo que é novidade corre perigo; se complicado, não pode ser concertado ou ajustado. Todas as inovações eficazes são surpreendentemente simples. Na verdade, o maior elogio que uma inovação pode receber é haver quem diga: “isto é, óbvio”. Porque não pensei nisso.

Ressalte-se, ainda, que inovar de forma satisfatória é visar à liderança, pois se o empreendedor não mirar a liderança desde o princípio, dificilmente a sua inovação será bem-sucedida. O empreendedor, através de suas ações inovadoras, desenvolve o universo empresarial, permitindo a catalisação do fluxo e do desenvolvimento da economia.

O poder de inovação dos empreendedores tem gerado para o mundo novos produtos, serviços e tecnologias. Criar algo novo pode transformar ou abalar o equilíbrio, ou a inércia, do mercado, provocando mudanças capazes de alavancar o crescimento de uma economia. As teorias de base econômica consideram o empreendedorismo como um fator importante para desencadear processos de crescimento e desenvolvimento econômico e associam o empreendedor à inovação, à criatividade e à capacidade de assumir riscos moderados (DOLABELA, 1999, p. 67). Salientamos, ademais, que os empreendedores impactam a economia, pois quando este identifica uma lacuna no mercado e cria algo, ele gera empregos, arrecadação de impostos, o que contribui para o desenvolvimento econômico.

Na literatura especializada, existe uma escassez de conceitos acerca do termo empreendedor. No entanto, conforme alguns autores salientam, o termo refere-se ao ato de ação. Constatamos que todo empreendedor deve ser um administrador, mas nem todo administrador tem características de um empreendedor. Assim sendo, o termo empreender “[...] é sempre revestido de características e atitudes visionárias e está sempre enxergando oportunidade em muitas ocasiões que os administradores nem sempre detectam” (DORNELAS, 2008, p. 29).

Os empreendedores, segundo Dornelas (2008, p. 33), “[...] geralmente tem dificuldades de tomar decisões do dia-a-dia dos negócios, pois se preocupam mais com os aspectos estratégicos, com os quais se sentem mais à vontade, propiciando um sucesso maior, porém

não garantido”. De tal modo, concordamos com a ideia deste autor, para quem o empreendedor não é apenas aquele que cria ou inova em um determinado seguimento, mas, também, aquele indivíduo que consegue se destacar dentro de uma organização através do seu diferencial, dos seus resultados e, principalmente, por sua contribuição com novas ideias, gerando resultados satisfatórios. Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão. Eles querem ser reconhecidos e admirados, referenciados e imitados, querem deixar um legado. Consideram-se como pessoas que estão revolucionando o mundo, por isso, o seu comportamento e o próprio processo empreendedor que desenvolveram devem ser estudados e entendidos (DORNELAS, 2008, p. 19).

Para Dornelas (2008), em qualquer definição de empreendedorismo encontra-se, pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedor: iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz. O sujeito empreendedor utiliza os recursos disponíveis de modo a transformar o ambiente social e econômico onde vive. Estudos realizados sobre este assunto confirmam que o sucesso de um empreendimento está relacionado aos atributos e comportamentos de seus empreendedores, que combinam talento, conhecimento e persistência para não apenas sobreviver, mas, também crescer, se desenvolver e conquistar o mercado.

Dolabela (2003, p. 52) define que o “[...] empreendedor é o agente que promove o empreendedorismo”. O autor menciona ainda, que “[...] um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (DOLABELA, 1999, p. 28). Nesta visão, o empreendedor é considerado produto do meio em que vive, sendo um ser social e fenômeno regional. Desta forma, notamos que existem locais mais empreendedores que outros – cidades, regiões e países. Assim,

Desfaz-se a tese de que empreendedorismo é fruto de herança genética, ou seja, é possível que as pessoas aprendam a ser empreendedoras. É possível identificar algumas características empreendedoras em determinadas pessoas sem que elas sejam de fato um empreendedor (DORNELAS, 2008, p. 31- 33).

Para Chiavenato (2008, p. 7), “[...] empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades”. De acordo com a teoria do autor “[...] a pessoa com característica empreendedora possui elevada necessidade de grandes realizações, tem muito gosto por competições e são ambiciosas” (CHIAVENATO, 2008, p. 8). Contudo, tais indivíduos

assumem os riscos frente aos desafios e conseguem enxergar os problemas como oportunidade de negócios.

Ao contrário de que muitos pensam o empreendedor não é somente aquele que funda uma empresa ou trabalha em uma. Existem muitos empreendedores que são funcionários, professores ou meramente estudante. Ademais, o empreendedor pode aplicar os conhecimentos adquiridos em qualquer área da vida, tanto pessoal como profissional. Além disso, destacamos também a importância da escolaridade, “[...] uma vez que o empreendedor deve possuir um nível mínimo de educação formal, que lhe permita tratar, de modo satisfatório, com as pessoas, além de ter condições de entender e interpretar a realidade”. Ademais, “[...] aliado à escolaridade, é imprescindível ao empreendedor ter formação complementar, aquisição de conhecimentos novos ou atualização dos que já possui, a partir de interesse particular ou de necessidade gerada pelo negócio” (LEZANA; TONELI, 1998).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, conceitua-se política pública e sua importância para o desenvolvimento local. Enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, a Política Pública nasceu nos Estados Unidos. Na Europa, esta área surgiu como um “[...] desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado” (SOUZA, 2006, p. 21) e sobre a função do governo, que se caracteriza como uma das mais importantes instituições do Estado e o principal produtor, por excelência, de Políticas Públicas. Já, nos EUA, diversamente como aconteceu na Europa, a área surgiu no ambiente acadêmico e “[...] sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado” (SOUZA, 2006, p. 21). Neste país, os estudos sobre as Políticas Públicas passaram direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Como salienta Souza (2006), a disciplina nasceu como subárea da Ciência Política, a qual buscava entender como e por qual razão os governos optam por determinadas ações.

De acordo com Souza (2006), a definição mais notória é a de Laswell (1958 *apud* SOUZA, 2006, p. 24), que afirma que quaisquer decisões e análises sobre política pública implicam responder as seguintes questões: quem ganha o quê? Por quê? E, que diferença faz? Essas perguntas são relevantes quando se trata de Políticas Públicas, pois, há mais de 40 anos atrás, Bachrach e Baratz (SOUZA, 2006, p. 24) evidenciaram “[...] que não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública”.

Sobre Políticas Públicas, Birkland (2005, p. 17-18) afirma que não há um consenso sobre o conceito de política pública, mas alguns atributos se destacam: a política é feita em nome do público e geralmente é feita ou iniciada pelo governo. Logo, o desenvolvimento de uma sociedade resulta das decisões formuladas e implantadas pelos governos em suas diversas instâncias, em conjunto com os demais setores da sociedade, sobretudo o mercado.

Silva (2012, p. 18) concorda com a definição de política pública de Heidemann, que inclui dois elementos-chave: *ação e intenção*. Pode haver uma política sem intenção formal manifestada, porém não será positiva se não houver ação que materializem a intenção, ou seja, política pública sem intenção e objetivos.

Assim, verifica-se que não há consenso acerca da definição de política pública, mas linhas mestras, que, do ponto de vista teórico e conceitual, entende que a política pública, em geral, é um campo multidisciplinar cujo seu enfoque deve prezar as explicações sobre a sua natureza e

os seus processos. Em razão disso, uma teoria geral acerca da política pública deve buscar sintetizar as teorias construídas no campo da Sociologia, da Ciência Política e da Economia. Ademais, uma teoria sobre essa área precisa explicar, igualmente, as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, uma vez que as Políticas Públicas repercutem na economia e nas sociedades de forma contundente (SOUZA, 2006, p. 25).²

Em concordância com Souza (2006, p. 26), podemos então sintetizar política pública como “[...] o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, *colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação*, e quando necessário, *propor mudanças no rumo ou curso dessas ações*”. Já a formulação de Políticas Públicas constitui-se na etapa em que os governos democráticos manifestam seus intenções e plataformas eleitorais em programas e ações que têm a finalidade de produzir resultados ou mudanças na sociedade.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O fenômeno da pobreza e da desigualdade de renda da população brasileira passou a fazer parte de forma acentuada da agenda política e das ações governamentais por meio das organizações sociais e sindicais, que vem cobrando das instituições governamentais Políticas Públicas para a redução da pobreza e das desigualdades regionais.

Em 2003, a onda de inquietação chegou também nas lideranças religiosas e empresariais que buscaram apoio junto ao SEBRAE e à outras instituições. Deu-se início, assim, a uma discussão, por meio de seminários e reuniões, que visava à reivindicação da regulamentação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPes) e a um tratamento diferenciado na forma, já garantido nos Artigos 170 e 179 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Essa iniciativa resultou na aprovação da Lei Complementar (LC) nº. 123 (BRASIL, 2006), popularmente conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresas. Segundo o diretor do Sebrae (2012), Guilherme Afif Domingos, a aprovação dessa Lei foi um grande avanço na garantia de aplicação de Políticas Públicas no âmbito dos municípios, que visam estimular o

² Souza (2006) afirma que pesquisadores de diversas disciplinas – Economia, Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Geografia, Planejamento, Gestão, Ciências Sociais – partilham um interesse comum pela área de Políticas Públicas e que eles têm contribuído imensamente para avanços teóricos e empíricos na área.

desenvolvimento econômico local por meio de ações concretas de incentivo e estímulo às micros e pequenas empresas.

Os números gerados pelas MPEs demonstram a sua importância na geração de emprego e renda, principalmente nas grandes e pequenas metrópoles. Elas são as principais responsáveis por gerar uma colocação para os jovens que estão na busca do primeiro emprego, e para aqueles que já se encontram acima de 40 anos de idade, os quais o mercado considera velhos para trabalhar e a previdência social considera novos para se aposentarem.

As MPEs são responsáveis por gerar riqueza e contribuem de forma positiva pela elevação do Produto Interno Bruto (PIB) do país

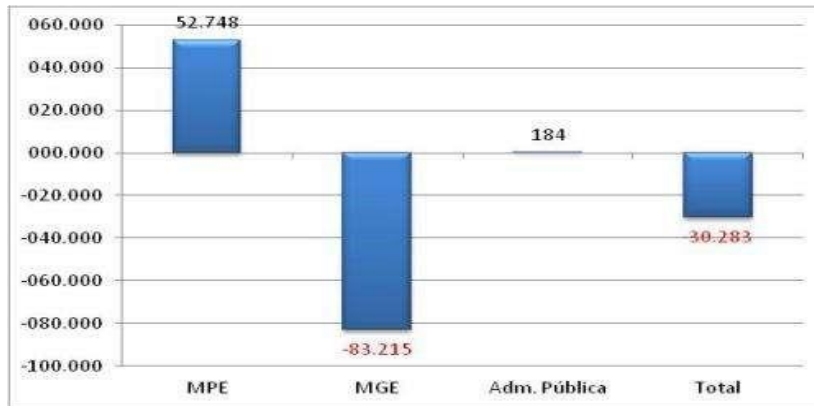
Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011, ou seja, vão além da abertura de portas para a inclusão social. Elas geram empregos sobretudo para pessoas de baixo poder aquisitivo, contribuindo, assim, para a redução da pobreza (IPEIA 2012, p. 10), no cenário econômico brasileiro “[...] é inegável a importância das MPEs para o desenvolvimento nacional no âmbito da geração de empregos e renda”, mesmo “[...] em uma situação caracterizada pela concentração e pela centralização do capital”.

Os pequenos negócios, de acordo com o Sebrae e a Lei Complementar nº 123 (BRASIL, 2006), podem ser divididos em quatro seguimentos por faixa de faturamento, com exceção do pequeno produtor rural. São eles:

1) Microempreendedor Individual (MEI), com um faturamento anual de até R\$ 60 mil; 2) MPE, Microempresa, com um faturamento anual de até R\$ 360 mil; 3) Empresa de Pequeno Porte (EPP), com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões; e 4) Pequeno Produtor Rural (PPR), com propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$ 3,5 milhões (SEBRAE, 2014).

Os pequenos negócios, em outubro de 2014, registraram saldo líquido de 52.748 novos empregos formais celetistas. A Administração Pública também apresentou saldo positivo de 184 empregos, enquanto as MGE (Médias e Grandes Empresas), por sua vez, computaram 83.215 demissões líquidas, que fez com que o saldo líquido dos empregos gerados no país no referido mês ficasse negativo em 30.283, como evidenciado na Figura 10.

Figura 1 – Saldo líquido de empregos gerados pelas MPEs em outubro/2014



Fonte: MTE/CAGED (2014)

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, Tabela 1), no mês de outubro de 2014, os pequenos negócios amenizaram o impacto negativo das MGE na geração de empregos no país em 63% e isso fez com que eles respondessem por mais de 100% dos empregos gerados neste mesmo mês.

O saldo total negativo representa uma quebra na tendência do crescimento de empregos no país. O saldo de empregos gerados pelas MPE no mês de outubro de 2014 foi de 52.748 empregos, em destaque para os pequenos negócios do setor de serviços, enquanto as MGE demitiram 83.215 pessoas (CAGED, 2014, p. 03).

Tabela 1 – Dados de emprego e desemprego

REF	MPE	MGE	Administração Pública	Total MTE
Out/13	101.747	-7.486	632	94.893
Nov/13	91.546	-43.404	-656	47.486
Dez/13	-201.792	-232.575	-15.077	-449.444
Jan/14	47.766	-19.364	1.193	29.595
Fev/14	148.152	99.867	12.804	260.823
Mar/14	2.218	7.417	3.482	13.117
Abr/14	97.890	4.007	3.487	105.384
Mai/14	77.015	-20.320	2.141	56.836
Jun/14	48.016	-24.201	1.548	25.363
Jul/14	33.184	-22.589	1.201	11.796
Ago/14	97.872	2.895	658	101.425
Set/14	112.564	10.607	614	123.785
Out/14	52.748	-83.215	184	-30283

Fonte: MTE/CAGED (2014)

Foi a partir da aprovação da Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas (MPEs) que as estatísticas passaram a evidenciar um aumento no número de abertura de negócios de pequeno

e médio porte pelo Brasil afora, dos quais muitos deles, certamente, já atuavam na informalidade.

A Lei Geral é o novo Estatuto Nacional das Microempresas (ME), das Empresas de Pequeno Porte (EPP) e das MPEs, instituída pela Lei Complementar nº. 123/2006, que veio estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecimento dispensado a estas no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos dos Artigos 146, III, “d”, 170, IX e 179 da Constituição Federal (SEBRAE, 2012).

Nesse contexto, criou-se o Simples Nacional (Regime Especial de Tributação), também conhecido como o Supersimples, abrangendo a participação de todos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e foi originado da Lei Complementar (LC) nº 123/2006, desburocratizando ainda mais o processo. Esta LC também unificou o pagamento dos seguintes tributos e Contribuições:

a) IRPJ – Imposto de Renda da pessoa Jurídica; b) CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; c) IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; d) CONFINS- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; e) PIS –Pasep; f) INSS Patronal – Contribuição para a Seguridade Social; g) ICMS- Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; h) ISS- Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (RECEITA FEDERAL, 2016) .

A escolha de lei complementar e não de lei ordinária se deu por força do artigo 146, III, “d” e respectivo parágrafo único da Constituição Federal/1988, que reserva à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária para definir e prever tratamento diferenciado e favorecimento aos enquadrados, bem como instituir regime único de arrecadação de impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao segmento (SEBRAE, 2012).

Uma Política Pública que merece destaque foi a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI), estabelecida pela LC 128/2008. O MEI é o empresário individual, sem sócios, optante pelo Simples Nacional. Podem trabalhar individualmente ou com o auxílio de até um funcionário que ganha um salário mínimo ou o salário do piso da categoria.

Segundo Spínola (2008, p. 3), muitos empreendedores que atuam na informalidade serão beneficiados com a Legislação, pois estão isentos do pagamento de taxas de legalização o que reduziu expressivamente os tributos. Esta política de apoio ao microempreendedor tem a

colaboração de todas as esferas governamentais: Receita Federal, Ministério da Previdência, Ministério do Desenvolvimento, Juntas Comerciais e sistema do associativismo.

O processo de formalização é realizado no Portal do Empreendedor, desenvolvido com uma metodologia simplificada. Com as devidas orientações no passo a passo (OBSERVATÓRIO DA LEI GERAL, 2017).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O nosso propósito nessa dissertação é estudar a inserção da Educação Empreendedora como projeto de política pública aplicado na Educação Básica brasileira. De tal forma, em nossa concepção, a escola se apresenta como um espaço de reconstrução e reinvenção das Políticas Públicas de educação. Esse postulado é particularmente importante, uma vez que intencionamos refletir sobre uma agenda de Educação Básica de qualidade para todos.

A política é uma manifestação da Política Social e, assim, a política educacional configura-se como um caso particular das políticas sociais (FREITAG, 1987). Sobre a distinção entre *política* e *políticas* da educação, Pedro e Puig (1998, p.17) nos dizem o seguinte:

A Política Educacional (assim, em maiúsculas) é uma, é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais (agora no plural e em minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais (...) se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como Políticas Públicas que se dirigem a resolver questões educacionais (*grifo nosso*).

Quando falamos de política educacional, estamos tratando de *ideias* e *ações*, e, principalmente, de *ações governamentais*, uma vez que “[...] a análise da política pública é, por definição, estudar o governo em ação” (SOUZA, 2003). Dessa forma, as Políticas Públicas expressam a diversidade e multiplicidade da política educacional em determinado momento da história, e dizem respeito a áreas específicas de intervenção (como, por exemplo, políticas de educação infantil, Educação Básica, educação superior, entre outras) (VIEIRA, 2007, p. 56).

De acordo com Cury (2001 *apud* VIEIRA, 2007, p. 57), “[...] enquanto processo(s) social(is), construído(s) historicamente, a(s) política(s) configura(m)-se como um complexo

contraditório de condições históricas que implicam um movimento de ida e volta entre as forças sociais em disputa”. De tal modo, é necessário que elas sejam apreendidas como “[...] um processo mais que um produto, envolvendo negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos não envolvidos diretamente na elaboração oficial de legislação” (OZGA, 2000).

A tendência é tomarmos sempre o Poder Público como a única instância responsável pela formulação de Políticas Públicas, contudo, precisamos frisar que as formas de atuação prática, ou seja, as ações governamentais, são determinadas pela conexão entre as forças da sociedade civil e da sociedade política, as quais são, também, responsáveis pelo jogo das políticas sociais. Assim, as Políticas Públicas devem ser compreendidas em toda a sua complexidade e variação (VIEIRA; ALBUQUERQUE, 2002).

Nessa perspectiva, a escola se configura como um espaço de reconstrução e inovação e oferece elementos para a formulação de novas políticas. Em relação à Educação Básica, que é o nosso foco nesse trabalho, reconstruir e inovar é primordial para se oferecer uma educação com qualidade e equidade.

As profundas transformações vivenciadas nas últimas décadas em diferentes setores – políticos, sociais, tecnológicos e econômicos – tem gerado insegurança em toda a sociedade, como nos diz Henrique e Cunha (2008, p. 115). Desde a década de 1990 até os dias atuais, o Brasil tem presenciado a crescente busca pelo auto emprego, que é caracterizado pelo aparecimento de empreendedores involuntários, representados, sobretudo, por recém-formados e por trabalhadores demitidos de suas empresas.

Além disso, o panorama econômico-social nas últimas décadas no país é demonstrado pelo crescimento populacional contrastado pela estagnação ou baixo crescimento na oferta de emprego e na geração de renda. Tal situação promove, em parte, um maior interesse da sociedade na abertura de micro e pequenas empresas, ou seja, interesse econômico pelo empreendedorismo mais pela necessidade de sobrevivência do que pelo aproveitamento de oportunidades (LIMA-FILHO; SPROESSER; MARTINS, 2009, p. 251).

No relatório executivo de 2002 da GEM (2002), coordenado pela London Business School, da Inglaterra, e pelo Babson College, dos Estados Unidos, o Brasil aparece com mais de 14,4 milhões de pessoas envolvidas em alguma atividade empreendedora de negócios. Ou seja, um

em cada sete brasileiros da população economicamente ativa estava empreendendo. Na pesquisa da GEM em 2016, “[...] quatro em cada dez brasileiros adultos já possuem um negócio ou estão envolvidos com a criação de uma empresa” (UOL, 2016).

Esse relatório sugere que o crescimento do número de empreendedores no país deve ser melhor tratado pela sociedade, ampliando-se sua base de disseminação e estratégias de fortalecimento da capacidade empreendedora, particularmente via processos educacionais que promovam no indivíduo sua melhor condição de competitividade no mundo liberal e globalizado (LIMA-FILHO; SPROESSER; MARTINS, 2009, p. 251). Diante desse panorama, faz-se necessário a atuação de instituições que deem suporte educacional a essa crescente demanda.

Cabe ressaltar que governo não é o único ator no desenvolvimento e implantação de Políticas Públicas. Vários atores participam deste processo, como associações, Organizações não Governamentais (ONGs), empresas, instituições públicas e privadas, entre outros

Uma forma de balizar a qualidade das Políticas Públicas brasileiras em termos de empreendedorismo é a comparação com o que se faz em outros países. Em 2013, em entrevista ao site de notícias da **Veja.com**, a chefe da divisão de empreendedorismo da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Fiorina Mugione, fez uma tomada panorâmica do Brasil e discutiu a necessidade de melhorar o ambiente de negócios, destacando principalmente o ensino dessa disciplina como parte do currículo escolar.

Segundo as constatações de Mugione (BERTÃO, 2013M s/p):

O Brasil é o terceiro maior país em número de empreendedores, com cerca de 27 milhões de pessoas que trabalham em seu próprio negócio, de acordo com levantamento do Sebrae. Ao longo da última década, o empreendedorismo por oportunidade – quando o trabalhador empreende por vontade própria e não por força das circunstâncias – passou de 45% em 2002 para 69% do total de novos empreendimentos em 2011. Contudo, o governo não avançou em Políticas Públicas que estimulem o empreendedorismo – atendo-se apenas àquelas que favorecem o consumo.

O trabalho da chefe do Unctad consiste em visitar os países emergentes a fim de disseminar os conceitos que a Unctad entende como fundamentais primordiais para o desenvolvimento da cultura do empreendedorismo, destacando o fortalecimento da qualificação e interesse de novos empreendedores de iniciar um negócio próprio.

A seguir, são destacados trechos da entrevista que são importantes a este estudo, principalmente pelo fato de a expert da Unctad poder trazer sua visão sobre questões caras ao futuro do empreendedorismo no Brasil e o papel das Políticas Públicas.

Para Mugione (BERTÃO, 2013 s/p), o país precisa realizar adequações na legislação e na capacitação dos iniciantes:

Há Políticas Públicas que poderiam ajudar a melhorar o clima de negócios para empreendedores no país e o governo deve ter um papel nessa ação. É preciso definir se será mais adequado ter uma abordagem mais proativa ou reativa. De uma maneira geral, identificamos que as principais medidas regulatórias necessárias para promover o empreendedorismo são a redução da burocracia, a melhora da capacitação profissional, a promoção de reformas fiscais, a flexibilização de políticas de trabalho e o aumento dos incentivos para a inovação. É preciso a construção de uma vibrante ‘comunidade de startups’ (empresas em estágio inicial) para que o número de empreendedores cresça.

Nesse sentido o Brasil precisaria desenvolver um projeto nacional de empreendedorismo de que participem o setor privado e a sociedade civil:

Há ainda muito que melhorar no ambiente que empreendedores enfrentam para começar um negócio novo e expandi-lo no Brasil. Empreendedores brasileiros têm dificuldade em começar e também fechar negócios próprios por causa da burocracia, do sistema complexo de impostos e de dificuldades para acessar financiamentos. Além disso, a Educação Empreendedora no Brasil é insuficiente, com exceção de alguns esforços pontuais para introduzi-la no sistema formal ou mesmo informal de educação básica (BERTÃO, 2013 s/p).

Mugione destaca os pontos positivos e avanços no Brasil, como houve redução do tempo e do custo de criar uma empresa (BERTÃO, 2013, s/p):

[...] além da criação de uma ampla campanha para estimular a formalização das companhias. A lei de inovação (Lei N° 10.973), de 2004, também é interessante para incentivar a criação de novas empresas. Há ações fragmentadas sendo feitas. O que falta, na verdade, é uma coordenação pública do governo para elas caminharem na mesma direção. Políticas econômicas, por exemplo, particularmente o comércio e o investimento, deveriam estar ligadas ao empreendedorismo.

Para a chefe do Unctad, o país vem avançando na área de inovação e tecnologia e disseminando a visão consciência empreendedora e networking. Em termos de liderança da causa empreendedora no Brasil, Mugione entende que o Sebrae pode assumir esse protagonismo (BERTÃO, 2013, s/p).

Mugione cita Costa Rica e Colômbia como nações com melhores infraestrutura empreendedora na América Latina:

A Costa Rica adotou uma estratégia ampla de empreendedorismo para os anos de 2010 a 2014, enquanto a Colômbia tem uma boa integração de suas políticas empreendedoras com o desenvolvimento econômico, além de estimular a participação do setor privado na melhoria da competitividade do país. Graças a esses esforços, eles aumentaram seus índices em pesquisas, como a feita pelo Banco Mundial que mede a facilidade de se fazer negócios nos países e a do *Global Entrepreneurship Monitor* sobre o crescimento do número de empreendedores (BERTÃO, 2013, s/p).

Em 2015, segundo a pesquisa GEM do projeto Global Entrepreneurship Monitor, liderada pela London Business School e o Babson College, com cem países associados, “[...] quatro em cada dez brasileiros adultos já possuem um negócio ou estão envolvidos com a criação de uma empresa”. Em 2014:

A taxa de empreendedorismo no país foi de 39,3% segundo o estudo, o maior índice dos últimos 14 anos, e quase o dobro do registrado em 2002, quando era de 20,9%. [...] 56% dos empreendedores que estão criando ou já abriram uma empresa identificaram uma oportunidade (PESQUISA, 2016, s/p).

Para esta dissertação, é particularmente interessante a visão de Mugione sobre a inclusão do tema empreendedorismo no currículo escolar. A chefe da Unctad acha importante desenvolver uma cultura empreendedora, e lembra que a Educação Empreendedora não deve restringir-se à academia nem ser tratada isoladamente nas atividades cotidianas dia a dia dos docentes e da sala de aula:

Isso também requer uma mudança de postura dos professores, que não se limitariam a ensinar apenas técnicas de gestão de negócios, mas também expandiria para o ensino de habilidades empreendedoras, tais como a busca por oportunidades, cálculo de risco, negociação e construção de rede de relacionamento. O currículo desenhado deveria incluir métodos de interatividade do professor com o aluno que incorpora experiências práticas e o encoraja a aprender por meio da comparação com formas mais tradicionais de aprendizado escolar. Muitos programas de Educação Empreendedora engajam empreendedores reais como conselheiros voluntários, mentores ou ainda consultores (BERTÃO, 2013, s/p).

Na busca da inserção da cultura empreendedora nas escolas, o Chile, na América Latina, está bem adiantado em termos de ensino do empreendedorismo no currículo regular do seu sistema educacional (BERTÃO, 2013, s/p):

Os ministros da Educação e da Economia têm colaborado para desenvolver este programa e, em 2010, foram registrados 78 mil estudantes de 546 escolas. O país também investiu no desenvolvimento de metodologias de ensino para os professores. Os ministros planejam começar a medir o impacto do desenvolvimento de uma política pública nacional de empreendedorismo já em 2014 em colaboração com o setor privado e o apoio da sociedade civil.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO

Dentre as Políticas Públicas e ações Isoladas de ministérios e outros órgãos oficiais para a disseminação e apoio ao empreendedorismo pode-se citar, em 2015, a iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que “[...] lançou a terceira edição do InovAtiva Brasil, programa de capacitação, mentoria e conexão para startups do País” (PORTAL BRASIL, 2015, s/p).

O programa de aceleração do InovAtiva, sob comando da Fundação Certi tendo como parceiros o Endeavor Brasil e o Serviço Nacional de Aprendizagem (Senai), oferece cursos de empreendedorismo e assessora os empreendedores na administração e perenização de negócios inovadores de todos os setores, disponibilizando uma rede de mentoria que proporciona contato direto com empreendedores já estabelecidos, executivos, investidores e consultores. Podem qualificar-se:

[...] negócios pré-operacionais ou empresas estabelecidas com até cinco anos de operação, aquelas com faturamento anual máximo de R\$ 3,6 milhões e que não tenham recebido investimentos superiores a R\$ 500.000,00. Novos negócios (spin-offs) criados por empresas estabelecidas há mais de cinco anos também podem participar (PORTAL BRASIL, 2015, s/p).

O MDIC assinou também um programa de cooperação com o Reino Unido que incluiu um estágio dos 15 finalistas do InovAtiva2015 nessa região do globo, “[...] com perspectiva de internacionalização para conectar os seus negócios com investidores, aceleradoras, empresas e outros atores britânicos” (PORTAL BRASIL, 2015, s/p).

Em âmbito federal, o governo propõe Políticas Públicas abrangentes voltadas ao trabalho e renda e modo assistam ao país todo e atendam a todos os cidadãos:

Entre os destaques de programas, projetos ou ações que estão mudando a vida dos brasileiros estão Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); o Sistema Nacional de Emprego (Sine), que além de manter um banco de vagas, incentiva a qualificação profissional de trabalhadores que perderam seus empregos; a Lei da Aprendizagem, que beneficia adolescentes no início de suas carreiras; a categoria de Micro-Empreendedor Individual, que estimula profissionais a transformarem seus talentos em negócios [...] (PORTAL BRASIL, 2014, s/p).

Entre essas ações do governo federal, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) contabilizava em 2014, 6,8 milhões de matrículas, capacitando brasileiros para conquistar mais oportunidades no mercado de trabalho. Desde 2011,

o Pronatec busca ampliar a educação profissional e tecnológica. Nas instituições do Sistema S –Senai, Senac, Senar e Senat –e nos institutos federais totalmente gratuitos foram investidos R\$ 14 bilhões:

O Programa já atingiu mais de 3.200 cidades e municípios de todo o Brasil e o objetivo é chegar a marca de oito milhões de alunos matriculados em cursos técnicos profissionalizantes, em mais de 400 áreas de conhecimento. O Pronatec se desenvolve sobre três formas, a primeira é na oferta de ensino técnico para estudantes do Ensino Médio, a segunda é na oferta de qualificação profissional para jovens e adultos que buscam a oportunidade de melhorar sua formação, e a terceira é na oferta de cursos de capacitação para o público do programa Brasil sem Miséria (PORTAL BRASIL, 2014, s/p).

Outra iniciativa é a Lei da Aprendizagem (Decreto nº. 5.598/2005) que determina que todas as organizações de médio e grande porte estejam obrigadas a recrutar jovens entre 14 e 24 anos, por tempo determinado de até dois anos:

Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO do Ministério do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação. A carga horária estabelecida no contrato deverá somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem (PORTAL BRASIL, 2014, s/p).

De acordo como Portal Brasil (2014, s/p), o Cadastro Nacional de Aprendizagem visa manter um registro das entidades de formação técnico-profissional e estimular o encaminhamento ao emprego, entre as quais estão: “1. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); 2. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); 3. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); 4. Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); e 5. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)”.

Finalmente, na categoria de pessoa jurídica, o Microempreendedor Individual (MEI) foi pensado para formalizar profissionais que atuam por conta própria: “Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria” (PORTAL BRASIL, 2014, s/p).

Além de obter o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), podendo abrir conta bancária, fazer empréstimos e emitir notas fiscais, o MEI é enquadrado no Simples

Nacional, estando isento de arcar com tributos federais como Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Pagando apenas um valor fixo mensal destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS, o MI terá acesso a auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, entre outros (PORTAL BRASIL, 2014, s/p).

A necessidade de Políticas Públicas é decorrente da pouca atenção dada pelo país aos empreendedores, em especial às PMES. O primeiro fator negativo são os dados de “[...] estudos internacionais que comparam o apoio que os países dão ao empreendedorismo. No mais eloqüente deles, o Doing Business do Banco Mundial, o Brasil ocupa a intolerável posição 126 entre as 183 economias analisadas, na medição de 2012”. Em segundo lugar estão “[...] os efeitos e as contradições que a falta de apoio institucional e estruturado ao empreendedorismo geram na economia do país” (PORTAL BRASIL, 2014, s/p). Para enfrentar o problema:

[...] a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT), por meio da Coordenação de Empreendedorismo e Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e a Junta Comercial do Estado de São Paulo elaboraram um planejamento estratégico para sua atuação, o qual resultou no Programa VIA RÁPIDA EMPRESA, dentro do Plano Plurianual PPA 2012-15.

Em 2012, a SDECT publicou a Política Pública Estadual de Estímulo do Empreendedorismo e Favorecimento à Micro e Pequena Empresa, sendo criada:

[...] a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa e anunciou um pacote de medidas. O conjunto deverá garantir o início da articulação de toda a Administração Pública Estadual (Executivo, Judiciário e Legislativo), com as demais esferas de governo, municipal e federal, e entidades parceiras, em torno dos seguintes objetivos centrais da Política Pública:

- a) aumentar significativamente a facilidade de prospecção, legalização e exercício de atividades econômicas pelos empreendedores paulistas, e;
- b) aumentar a participação das MPE do Estado no Produto Interno Bruto paulista.

A pesquisa GEM, que mede a taxa de empreendedorismo em vários países, é realizada anualmente sob coordenação de universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra, mostra que o Brasil, hoje, é o sexto país mais empreendedor do mundo. O aspecto perverso do empreendedorismo no Brasil, no entanto, é que apenas 40% das MPEs recém-abertas permanecem no mercado após cinco anos de vida.

As micro e pequenas empresas são responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no país e são representadas por diversas entidades, associações e clubes de lojistas responsáveis

pela sua relação com as comunidades onde estão inseridas. O significado que essas organizações têm para o desenvolvimento econômico do Brasil está em seu poder empregatício. Os diversos setores em que essas empresas atuam independentemente da localização geográfica afetam diretamente o aumento do produto interno bruto do país (PIB), gera trabalho e melhora a renda e as condições de vida da população economicamente ativa. Pela sua presença na economia, as MPEs devem ser objeto de Políticas Públicas permanentes no que tange a apoio institucional, legislação específica, tratamento tributário diferenciado e capacitação profissional (SEBRAE, 2012).

Não se pode esquecer de que esses pequenos empreendimentos são considerados os maiores geradores de empregos, além de melhorarem a produção de bens e serviços em seus locais de origem com reflexo positivo na economia nacional. Barreto (2012) afirma que boa parte dos novos empreendimentos não completa os primeiros dois anos de atividades, sendo que muitas destas pequenas empresas morrem antes mesmo de completarem dois anos de existência no mercado competitivo. Desta forma, é relevante identificar as principais políticas públicas que solucionem este problema, para elevar a sobrevivência de negócios que contribuem com política social geradora de renda para aquelas da menor oportunidade da sociedade.

No Brasil 72% dos municípios brasileiros têm população inferior a 20 mil habitantes. Essas localidades mantêm sua economia estimulada e sustentada em torno dos pequenos negócios urbanos e rurais. As MPEs geram renda e movimentam a economia local. Pequenos e médios negócios ocupam uma posição relevante na oferta de trabalho e de geração de renda em todos os segmentos da população das localidades, e são responsáveis por significativa movimentação de riquezas. É importante que os governos locais ampliem meios e acesso ao fomento financeiro dos produtores locais como meio de estimular as relações de comércio intra e intermunicipais. Incentivar as MPEs pode ser um caminho mais curto para conquistar o desenvolvimento regional, que favorece a ampliação de empregos e da renda, e fortalece a cidadania (SEBRAE, 2005).

Atualmente as MPEs representam mais de 20% do PIB brasileiro, e juntas empregam mais de 15 milhões de pessoas (SEBRAE, 2005). Os dados demonstram a participação significativa das MPEs na economia brasileira, e são uma alternativa para a população que sonha em ter seu próprio negócio, buscar uma fonte de emprego formal ou informal. As MPEs devem ser estimuladas pois são as os alicerces de empregos do país, e quando estimuladas podem ter um efeito multiplicador em nossa economia (SEBRAE, 2005).

A partir das considerações inseridas neste capítulo, compreende-se que as micro e pequenas empresas no Brasil precisam superar os fatores que possam comprometer sua permanência no mercado competitivo. Os empreendedores devem, portanto, estarem atentos às novas demandas do mercado, investindo em táticas que propiciem a atração e fidelização de um público-alvo. Cabem aos gestores de micro e pequenas empresas levarem em conta a necessidade de investir na otimização dos produtos e serviços prestados à população, não se esquecendo do bom relacionamento que devem manter com seu público, tornando-os fidedignos.

3.3.1 Vozes Dissonantes

Posições discordantes alertam para os aspectos negativos e visão de bálsamo curador de todas as feridas da economia do empreendedorismo. A reformulação do setor produtivo do final do século XX com base na “lean manufacturing” da japonesa Toyota rompeu com a antiga cadeia produtiva e impulsionou a terceirização dos serviços. Nesse contexto, a formação para o empreendedorismo passa a constituir parte da agenda das Políticas Públicas. Para Fusioka e Platt (2014, p. 61), o empreendedorismo significa “[...] nova forma de precarização do trabalho com a finalidade de recuperar o padrão de acumulação e, contrariamente à concepção propalada pelas Agências Multi laterais, potencializam os antagonismos sociais”.

O empreendedorismo investe na capacidade empreendedora do sujeito social e assim criar valor para toda a sociedade como um todo. Num contexto de rompimento da cadeias produtiva, da “manufatura enxuta” e consequente terceirização de serviços, com flexibilização de produtos e serviços, o Estado propões uma agenda de Políticas Públicas educacionais voltadas à qualificação de trabalhadores sob o olhar empreendedor “[...] por meio da capacitação de empreendedores; e sob a ótica do Trabalhador, que se converte em ‘dono do próprio negócio’, imbuído do ideal do *self made man*, o seu sucesso depende apenas de sua capacidade empreendedora” (FUSIOKA; PLATT, 2014, p. 61).

Embora o Brasil possua o maior número de programas voltados à formação empreendedora, mais de 50% dos microempreendedores encerram as atividades com menos de 5 anos de vida como agravo de que 99,8 % dos empregos gerados no país vêm dos Empreendedores Individuais (EIs) e MPEs. Isso faz questionar a ineficiência das ações governamentais na formação empreendedora, se realmente atendem às necessidades dos empreendedores de

modo que possam gerar empregos, renda, qualificação, como apontam os dados oficiais, ou inversamente atendem à demanda do capital internacional, criando uma terceirização que traz redução de custos trabalhistas ao passo que assume os riscos da produção, customizando serviços, flexibilizando, temporários, oferecendo um trabalho precário e instável (FUSIOKA; PLATT, 2014). Curiosamente, o empreendedorismo associa-se ao à concepção de justiça e desenvolvimento social, como possibilidade de combate à extrema pobreza, passando a ser disseminado e defendido por instituições como ONU, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O relatório do Banco Mundial (2005) chamado “Um melhor clima de investimento para todos” incentiva os países emergentes a criar programas e políticas de apoio aos empreendedores. O documento prevê que o desenvolvimento do setor privado seria a chave para o combate à pobreza. O Banco Mundial defende o empreendedorismo como forma de “[...] empoderar a população ao gerar emprego, ofertar produtos e serviços a preços mais baixos, resultando assim na melhoria das condições socioeconômicas de um modo geral” (FUSIOKA; PLATT, 2014, p. 63).

Este autor (2014, p. 63) aponta que esse discurso vem sendo proferido inclusive “[...] por sujeitos às vezes situados em posições político-ideológicas opostas”. Essa seria uma forma de “[...] dissimular uma combinação de individualismo antiestatal e um imperialismo empresarial fundados na defesa de valores (como) empreendedorismo [...] e capitalismo internacional de livre mercado” (FUSIOKA; PLATT, 2014, p. 63).

O estudo de Fusioka e Platt (2014, p. 73) reputa à reestruturação internacional e nacional do setor produtivo a implantação da educação técnico-profissional sob a alegação de que o empreendedorismo passou a constituir a solução para “[...] as mazelas de produção e emprego, novamente atrelando a Educação a uma clássica concepção salvacionista, no sentido de geração de emprego formal”.

O modelo de empreendedorismo proposto pelo governo leva à responsabilização do trabalhador individualmente pela própria situação, como desempregado ou fracassado empresarial: “Uma perspectiva bastante conveniente para se encobrir os problemas estruturais do capitalismo gerador do desemprego”.

As medidas que propalam essa fé por meio de pacotes de fomento não significaram a permanência dos sujeitos em um período de tempo suficiente empregados e bem-sucedidos como propunham:

Concretamente tais dados demonstram que a realidade econômica e social engendra este modelo de instabilidade, a partir da precarização das condições de trabalho, terceirização e subcontratação, encobertos pelo discurso ideológico da culpabilização individual do trabalhador (FUSIOKA; PLATT, 2014, p. 74).

Essa avaliação de Fusioka e Platt (2014) tem o dom de alertar as autoridades e mesmo os candidatos a empreendedor sobre os riscos de abrir um negócio e ver as economias de anos desaparecer.

3.4 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

O Brasil e diversos outros países têm reconhecido a importância da Educação Empreendedora para o crescimento e desenvolvimento de uma nação. Esta tem sido até mesmo alocada como prioritária nas agendas e debates políticos, econômicos e acadêmicos, incluindo discussões nas Nações Unidas (UNCTAD, 2015, *apud* SCHAEFER; MINELLO, 2016, p. 61). A ONU (União das Nações Unidas) e o seu órgão responsável pela economia e pelo desenvolvimento, assinalam quatro áreas-chave para a Educação Empreendedora, são elas: a) incorporação do empreendedorismo na educação e treinamento, b) o desenvolvimento curricular, c) o desenvolvimento do professor e d) o engajamento com o setor privado (UNCTAD, 2011, *apud* SCHAEFER; MINELLO, 2016, p. 61).

De acordo com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2016, p. 3) do MEC, o mundo globalizado exige uma nova concepção da educação, que possa prover conhecimentos, habilidades, aptidões e valores que possam despertar o potencial empreendedor do aluno, “[...] uma educação que gera no educando a autonomia de pensamento, sentimento, valorização, iniciativa e ação para empreender a própria vida”.

Assim, o Programa Mais Educação foi criado para oferecer uma Educação Econômica pelo Empreendedorismo na Escola Pública:

Educação Econômica é um dos macrocampos constituídos do Programa Mais Educação. Sabemos que se trata de um tema amplo, por isso mesmo, escolhemos um caminho didático que primasse pela possibilidade criadora, inventiva, agregadora e intersetorial de ações envolvidas no Programa Mais Educação” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE, 2016, p. 3).

A integração do desenvolvimento do empreendedorismo na Educação Básica apoia-se sobre quatro pilares, segundo a Secretaria de Educação Continuada (2016, p. 17):

1. A capacidade individual de empreender: (enfoque procedimental). Soluções inovadoras. Incluir o agir como experiência didática, além do falar, ler e escrever. As aulas teóricas intercaladas com aulas de campo, em forma de dinâmicas e experiências vivenciais. 2. O processo de iniciar e gerir empreendimentos: (enfoque no “saber”). Uma metodologia a ser aprendida. 3. O movimento social de desenvolvimento do espírito empreendedor: (enfoque na cidadania), exercendo direitos e deveres. 4. Gestão Democrática da Escola O empreendedorismo é uma postura, um modo de agir no mundo. Estamos falando, portanto, da promoção de uma cultura participativa, solidária, agregadora, inventiva e geradora de riquezas a serem socializadas entre todos os membros de uma comunidade.

Segundo o MEC, inserir o empreendedorismo na Educação Básica significa romper com os paradigmas na tradição didática:

Assim, os projetos para a formação empreendedora devem ser elaborados, a partir do desafio de se introduzir novos conteúdos e didáticas, que superem obstáculos e resistências. Além disso, o processo de gestão escolar deverá ser pautado na participação ativa de toda a comunidade, incluindo alunos, pais, professores, funcionários e todos os demais atores, que compõem a ambiência educacional da instituição (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE, 2016, p. 17).

Entre as ações pedagógicas visando à cultura empreendedora, estão:

- a criação, realização e adaptação de sonhos em todas as etapas da vida; • a capacidade empreendedora coletiva e individual;
- a participação na construção do desenvolvimento social sustentável, mediante a cooperação, gestão democrática, cidadania e da geração de trabalho e da distribuição de renda, com vistas à propagação de valores humanos e familiares, melhoria de vida da população e redução da exclusão social;
- a discussão coletiva e solidária dos membros das comunidades locais sobre suas necessidades;
- o desenvolvimento sustentável da comunidade local por meio de projetos individuais e/ou coletivos (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE, 2016, p. 16).

Segundo uma visão multi e interdisciplinar, deve-se discutir:

[...] economia pessoal e finanças, além de promovermos conhecimentos matemáticos, demonstraremos como aplicar esses conteúdos aprendidos em sala de aula, como porcentagem e juros, para melhorar e desenvolver práticas do cotidiano. Uma noção do espaço geográfico, tanto no aspecto físico quanto no populacional será desenvolvido, quando trabalhamos o mix do marketing, onde buscamos caracterizar o nosso cliente, fazendo um levantamento das características etárias e econômicas do nosso público alvo, assim como as características do espaço que ocupam (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE, 2016, p. 17).

O ensino empreendedor deve tratar de aspectos da cidadania, sem focar na formação exclusiva dos jovens nas práticas negociais, mas propor uma formação que valorize o potencial empreendedor.

A UNESCO também sugere o desenvolvimento e a implementação de programas de Educação Empreendedora que devem seguir as recomendações para a educação do século XXI, que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Além disso, a Unesco também recomenda uma educação que possua alguns aspectos do empreendedorismo, com a finalidade de que os estudantes aumentem a competência para inovar, reter conhecimento, desenvolver projetos próprios e lidar com as mudanças (LOPES; TEIXEIRA, 2010).³

3.5 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA UNIÃO EUROPEIA (UE)

Segundo a visão europeia da Educação Empreendedora, representada pela Organização para o Desenvolvimento e a Cooperação Econômica (OCDE), a educação empresarial tem registado crescimento exponencial mundial no ensino superior e foi oferecida em 2001 em quase 1.200 escolas dos 34 países-membros da OCDE (LACKÉUS, 2015). O Brasil não é país-membro da OCDE, mas possui uma relação ativa com a organização, participando como se membro fosse no Comitê Diretivo do Centro de Desenvolvimento e no Comitê de Investimentos.

Em outros níveis de educação, esse forte crescimento ainda não foi visto, mas está a caminho em razão das pressões políticas exercidas sobre as instituições educacionais em todo o mundo. Hoje, a Educação Empreendedora tornou-se parte importante da política industrial e educacional em muitos países.

A educação empresarial também é frequentemente vista como uma resposta à crescente globalização, diante do incerto e complexo mundo moderno, exigindo que todas as pessoas e

³ Apoiando-se em Guerra e Grazziotim (2010) e em Lima *et al.* (2014), Schaefer e Minello (2016, p. 61), afirmam que “A educação empreendedora pode aumentar a qualidade da preparação e o número de jovens inovadores, proativos e com iniciativa, tanto para trabalharem em uma organização ou atividade autônoma, quanto para tocarem seu próprio negócio. Em ambas as condições, o resultado é um impacto socioeconômico relevante (GUERRA; GRAZZIOTIN, 2010; LIMA *et al.*, 2014, *apud* SCHAEFER; MINELLO, 2016).

organizações da sociedade sejam cada vez mais dotados de competências empresariais (LACKÉUS, 2015).

Para além do desenvolvimento da economia e da criação de empregos, há também uma crescente crença sobre os efeitos que as atividades empresariais podem ter sobre os estudantes bem como na relevância percebida sobre o tema, no envolvimento e na motivação dos funcionários e na vida profissional.

O papel que o empreendedorismo pode desempenhar ao enfrentar desafios sociais importantes coloca a educação empresarial como capacitador de pessoas e organizações para criar valor social para o bem público.

Segundo comunicado à imprensa da Comissão Europeia (CE) em 2012, a educação para o empreendedorismo é estratégia de muitas nações do bloco:

Em oito países (Dinamarca, Estónia, Lituânia, Países Baixos, Suécia, Noruega, País de Gales e Bélgica, na Flandres) foram já lançadas estratégias específicas para promover a educação para o empreendedorismo, e noutros 13 (Áustria, Bulgária, República Checa, Finlândia, Grécia, Hungria, Islândia, Liechtenstein, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Turquia) já se incluem estes estudos nas estratégias nacionais no domínio da aprendizagem ao longo da vida, da juventude ou do crescimento (COMISSÃO EUROPEIA, 2012, s./p).

Metade da União Europeia está promovendo reformas no setor do ensino “[...] que incluem o reforço da educação para o empreendedorismo. A situação em 31 países europeus e cinco regiões foi avaliada para o relatório sobre o empreendedorismo no ensino escolar designado Entrepreneurship Education at School in Europe” (CE, 2012, s/p).

Há grande interesse dos estudantes pelo empreendedorismo, motivados pela possibilidade de se envolverem na solução de desafios sociais.

O empreendedorismo pode ser visto como uma ferramenta para que os jovens tentem agir como transformadores da sociedade, como vetores que podem criar valor para a sociedade de várias maneiras (Quadro 2).

Se esse interesse puder ser mobilizado como parte do currículo, pode-se orientar o conhecimento teórico na solução de trabalho prático de maneira significativa para o aluno. As empresas também são convidadas a participar com recursos financeiros em tais empreendimentos.

Quadro 2 – Como diferentes stakeholders na sociedade estão criando valores para os outros

Stakeholder	Cria valor para	Como o valor para outros é criado	Tipo F/S/C	Tipo R/E
Empresa estabelecida	Clientes, colaboradores e acionistas	Oferecendo serviços e produtos comerciais	Valor financeiro	Rotina
Empresário	Clientes, colaboradores e acionistas	Oferecendo novos serviços e produtos comerciais	Valor financeiro	Explorativo
Empreendedor social	Sociedade e indivíduos em necessidade	Ao oferecer novos serviços e produtos sociais	Valor financeiro, social e cultural	Explorativo
Estado de bem-estar	Cidadãos do estado	Ao oferecer serviços de assistência social	Valor financeiro, social e cultural	Rotina
Membro da família	Outros membros da família	Estando sempre lá	Roteiro do valor social	
Pet	Outros membros da família	Por estar sempre lá	Rutina de valor social	
Artista	Outras pessoas	Por divertir, provocar e desencadear novos pensamentos	Valor cultural	Rotina / explorativa
Estudante	Futuro empregadores / família / sociedade	Ao se preparar para a vida profissional tornar-se um cidadão educado	Por valor financeiro, social e cultural Rotina	
Professores	Alunos	Facilitando a aprendizagem dos alunos	Valor social / cultural	Rotina

Fonte: baseado em LACKÉUS (2015, p. 11-12).

A ênfase nos efeitos econômicos tem dificultado até agora a adoção generalizada da Educação Empreendedora no sistema educacional, vista muitas vezes como ameaça por professores, que afirmam que se trata da face feia do capitalismo adentrando as instituições educacionais. No entanto, a clara necessidade de todas as pessoas se tornarem mais empreendedoras diante da globalização e da crescente incerteza no mercado tem estimulado uma atividade política significativa, mas ainda não resultou em uma ampla adoção entre professores em todos os níveis de educação. Segundo Lackéus (2015), estudos apontam o potencial da educação empresarial para trazer maior relevância percebida pelos alunos sobre as matérias ensinadas, aumentando a motivação e reduzindo problemas de tédio e abandono escolar.

O principal objetivo da maior parte da educação empresarial é desenvolver algum nível de competência, definidas por Lackéus (2015) como conhecimentos e habilidades que afetam a disposição e a capacidade de realizar o trabalho empreendedor de criação de novos valores. Esta definição se alinha com grande parte da literatura sobre competências em geral. Há apenas uma maneira de aprender a se tornar empreendedor, que é aprendendo por meio da própria experiência, parece não haver atalhos, essa competência só pode ser adquirida por meio da aprendizagem fazendo na prática ou pela observação direta. Isso deixa aos professores uma pergunta sem resposta fácil: “aprender fazendo o quê?” É necessário uma

mentoria sólida sobre o que os alunos devem fazer para desenvolver competências empresariais.

Segundo a Confederação Europeia de Empresas Júniores (JADE)⁴:

As competências empresariais devem, portanto, incluir habilidades e atitudes transversais, bem como habilidades mais específicas de conhecimento e negócios. Em um sentido amplo, o empreendedorismo deve ser considerado como uma mentalidade que apoia todos na vida cotidiana em casa e na sociedade. Para inspirar o empreendedorismo, temos que olhar mais de perto para os modelos de papel e aprender com eles (JADE PORTUGAL, 2016).

Lackéus (2015) arrisca-se a dar alguns conselhos iniciais sobre a aprendizagem do aprender fazendo que podem despertar o desenvolvimento de competências empresariais. Os professores devem dar atribuições aos alunos para criar valor (de preferência inovadoras) às partes interessadas como problemas e/ou oportunidades que os alunos identificam por meio de um processo interativo que eles mesmos possuem, devendo assumir total responsabilidade por isso. Essas atribuições levam a interações com o mundo exterior, que desencadeiam incerteza, ambiguidade e confusão. Isso deve ser considerado como um resultado positivo e uma fonte de rica aprendizagem. Para aliviar os níveis de dificuldade e incerteza de tal atribuição, pode-se propor uma abordagem de trabalho em equipe, oferecendo aos alunos possibilidades criativas, habilidades e oportunidades de aprendizagem entre pares, com tempo suficiente para estabelecer relações frutíferas, sejam meses ou anos. Um aconselhamento eficiente sobre como gerir o processo de criação de valor deve ser oferecido aos alunos.

Nessa linha de pensamento, a JADE (2016) encabeça o Movimento Júnior Internacional. Embora o conceito de Empresa Júnior tenha nascido na França – em 1967, com o objetivo de alimentar o espírito empreendedor nos universitários e aproximá-los da realidade empresarial –, o movimento disseminou-se pela Europa, no entanto, “[...] é o Brasil que domina o panorama mundial. Com mais de 700 empresas júniores e mais de 22.000 empresários júniores, possui a própria Confederação, a Brasil Júnior (JADE PORTUGAL, 2016, s/p). A missão da JADE é incentivar o empreendedorismo na Europa, promovendo um conceito único: a Junior Enterprise, uma organização social civil sem fins lucrativos, formada e administrada exclusivamente por estudantes de graduação e pós-graduação de ensino superior, que prestam serviços para empresas, instituições e sociedade, sob orientação de professores e

⁴ A JADE é composta por 15 Confederações e Membros Consultivos de Países Europeus e coordena o desenvolvimento do movimento em toda a Europa, tem sede em Bruxelas, trabalhando em colaboração com a Brasil Júnior (JADE PORTUGAL, 2016, s/p).

profissionais com o objetivo de consolidar e aprimorar a aprendizagem dos membros. As empresas juniores são semelhantes a uma empresa real, com componentes como governança corporativa (por exemplo, conselho de administração e conselho executivo) e autorregulação.

Em linha com uma perspectiva vygotskiana sobre a aprendizagem, são as interações e atividades que conduzem ao processo de aprendizagem, e essas interações e atividades devem, portanto, ser o foco da avaliação dos professores. As estratégias de avaliação podem incluir pedir aos alunos que relatem nomes e outras informações práticas de stakeholders externos envolvidos e permitir que os alunos reflitam sobre se as tentativas de criação de valor foram apreciadas (LACKÉUS, 2015). Tais estratégias de avaliação podem conduzir ao que se chama de alinhamento construtivo, isto é, quando a avaliação aplicada está em alinhamento com o que os alunos precisam fazer para alcançar os resultados de aprendizagem propostos pelo professor.

Discutem-se muitas das oportunidades de ensino do empreendedorismo na educação, como a capacidade de desencadear rica aprendizagem e incutir compromisso, alegria, motivação, confiança e sentimentos de relevância entre os alunos, mas também os efeitos esperados como criação de emprego, sucesso econômico, renovação e inovação para indivíduos, organizações e sociedade em geral. Especula-se sobre esperanças para o futuro em termos de educação, quando será considerada relevante e eficaz e aplicada na prática pelos futuros professores e partes interessadas. Importantes e futuras melhorias, como a necessidade de otimizar a abordagem pedagógica para todos os estudantes em todos os níveis de educação, a necessidade de maior e mais estreita colaboração entre pesquisadores e profissionais nos dois domínios – educação e empreendedorismo –, a necessidade de reduzir a distância entre os efeitos da educação empresarial e de maior compreensão de quando, como e por quê a educação empresarial pode desenvolver competências empresariais, especialmente no nível secundário, com uma abordagem integrada.

Lackéus (2015) alerta que, para além dos efeitos promissores para os estudantes e sociedade, é importante ter em mente que o campo da educação empresarial se encontra numa fase muito precoce de desenvolvimento. Ainda é considerada uma abordagem pedagógica inovadora, mas marginal, que estimula muito o interesse de várias partes interessadas. Há um grande caminho ainda por percorrer para obter sucesso em uma educação empresarial eficiente e acessível às pessoas nos sistemas educativos mundo afora. E o caminho para alcançar um objetivo tão ambicioso ainda é longo, sinuoso e arriscado. O autor acredita que as ideias

discutidas podem constituir uma orientação para as pessoas comprometidas com a causa do empreendedorismo.

A Comissão Europeia (CE, 2016) relembra que a União Europeia (EU) e os estados-membros há muitos anos vêm desenvolvendo um trabalho de crescente conscientização do potencial dos jovens, para que desenvolvam os próprios empreendimentos comerciais ou sociais, tornando-se assim inovadores nas áreas em que vivem e trabalham. A educação para o empreendedorismo é essencial não apenas para jovens, mas também para fornecer as competências, os conhecimentos e as atitudes que levam ao desenvolvimento de uma cultura empresarial.

Relatório da Comissão Europeia (CE, 2016) fornece uma série de informações colhidas nos países-membros da EU sobre empreendedorismo que inclui a educação escolar (primária, secundária geral e escolar IVET) em todos os países/regiões da rede Eurydice,⁵ com exceção da Alemanha, Irlanda e Liechtenstein. O relatório verificou que o material didático é a forma mais comum de apoio prestado pelas autoridades centrais da União Europeia, e o principal tipo de apoio aos professores fornecido pelas autoridades centrais é por meio do financiamento ou desenvolvimento de materiais didáticos. Além dos centros de especialização apoiados pelas autoridades centrais em 11 países/regiões (nas três Comunidades da Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Croácia, Áustria, Romênia, Finlândia e Montenegro), a conexão via rede entre professores é também um método que pode ser útil no desenvolvimento de uma compreensão e compartilhamento de melhores práticas. Essa ferramenta poderia ser mais bem explorada, pois as redes de professores só existem na Dinamarca, Estônia, Espanha e França. Em alguns países/regiões da UE, setores privados e sem fins lucrativos já estão envolvidos no desenvolvimento de materiais didáticos e centros de recursos on-line para professores (CE, 2016).

O Relatório da CE (2016) identificou duas áreas que necessitam melhorias: avaliação de aprendizagem e formação de professores. O desenvolvimento de avaliação de aprendizagem abrangentes e consistentes, aplicada em vários níveis da educação e especificamente avaliada é essencial. Além disso, a integração do espírito empresarial da educação para todos os

⁵ Eurydice é uma rede europeia que colige e difunde informação comparada sobre as políticas e os sistemas educativos europeus, sob a forma de estudos e análises comparadas sobre várias temáticas nas áreas da Educação e Formação desde a Educação de Infância ao Ensino Superior. A Rede Eurydice foi criada em parceria entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros em 1980 com o objetivo de trocar informação sobre os sistemas educativos nacionais. É financiada pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida. DGEEC. Rede Eurydice. Disponível em: <<http://www.dgeec.mec.pt/np4/54/>>. Acesso em: 28 maio 2017.

professores, independentemente da disciplina e do nível em que lecionam, é crucial se o objetivo é oferecer alta qualidade na prestação desse serviço aos alunos.

No ensino primário, cerca de metade dos países tem no currículo a orientação para abordar educação para o empreendedorismo, com ênfase em objetivos transversais e horizontais, sem se ater a temas particulares. Em 14 sistemas educativos na União Europeia, a educação para o empreendedorismo está integrada a disciplinas obrigatórias. Em quatro países (Espanha, Eslovênia, Finlândia e Noruega), os objetivos interdisciplinares são obrigatórios; e em outros quatro (República Checa, Letônia, Malta e Romênia) a abordagem se dá no âmbito curricular de forma obrigatória e facultativa. Na Espanha, a nova Lei da Educação (LOMCE) estabelece que “[...] sem prejuízo do seu tratamento específico em algumas [...] o empreendedorismo, a educação cívica e a educação constitucional devem ser aplicados em todos os domínios”. Na Eslovênia, a Lei da Escola Básica de 2007 introduziu o objetivo de “[...] desenvolvimento de atitudes empresariais em eficácia, inovação e criatividade [...]” nos currículos do ensino primário e secundário (COMUNIDADE EUROPEIA, 2015, p. 61).

Segundo o Relatório da Comissão Europeia (2016, p. 141), na Dinamarca, por exemplo, formação e apoio aos professores na educação para o empreendedorismo constituem tema obrigatório na formação inicial de potenciais professores do ensino primário e secundário inferior. O Ministério da Infância, da Educação e da Igualdade de Gênero apoia os professores, oferecendo desenvolvimento e divulgação de cursos de inspiração em inovação e empreendedorismo por meio do sistema nacional de aprendizagem dirigido a professores, que é fornecido gratuitamente. Os municípios são responsáveis pelo desenvolvimento contínuo de competências dos professores, incluindo as competências em inovação e empreendedorismo.

O estudo “O futuro é uma oportunidade”, realizado pela Comissão Europeia (CE, 2017), discute o papel da educação comercial voltada para as oportunidades que o futuro oferecerá pensando em garantir que os futuros empresários possam lidar com os grandes desafios desconhecidos. A aprendizagem não pára. Apenas algumas décadas atrás, o ensino dos alunos foi considerado completo quando se formaram. No melhor dos casos, as pessoas realizaram alguns cursos de atualização durante a vida profissional e foi isso. Hoje, com a grande quantidade de novos conhecimentos à frente, aprender é uma atividade contínua. Não pára hoje, simplesmente continua. É importante perceber que toda teoria e modelo que ensinamos é apenas uma declaração de conhecimento atual e só é verdade em certas circunstâncias, e essas circunstâncias estão sujeitas a mudanças radicais a uma velocidade cada vez maior.

Precisamos ensinar os alunos – os empreendedores do futuro – como pensar, porque terão de responder a perguntas que ainda não pensamos. Nós também precisamos repensar a nós mesmos e ao nosso ambiente.

3.5.1 Comunidade Europeia – Modelo Finlandês

Na Finlândia, criatividade, inovação e risco bem como a capacidade de planejar e dirigir ações para a realização de metas são vistos como qualidades de suporte à vida cotidiana na educação, no trabalho, nas atividades de lazer e atividades sociais. São qualidades necessárias no empreendedorismo, assim como desenvolver a consciência sobre o trabalho executado e o aproveitamento de oportunidades. O governo finlandês entendeu que o papel da escola era educar os jovens a considerar o autoemprego (ser o próprio patrão) pelo menos em algum momento da vida em vez de sempre procurar emprego na empresa de outros. Percebeu-se que a sociedade deve oferecer educação e treinamento para ajudar as pessoas a ganhar a vida de forma independente ou melhorar a empregabilidade. Essa etapa da educação para o empreendedorismo aconteceu em 1992, quando o Conselho Nacional de Educação nomeou um comitê para definir o conceito de empreendedorismo e propor e aplicar diferentes paradigmas de desenvolvimento com base na conjuntura daquele momento (FINLAND, 2016).

Isso desencadeou uma forte ligação em rede entre diferentes partes interessadas. O desenvolvimento curricular lançado pelo comitê resultou em uma inclusão de mais empreendedorismo no ensino básico, no ensino secundário e no currículo básico profissional de 1994-1995. Além disso, foram elaborados planos para a formação contínua dos professores em matéria de qualificação adicional para empreendedores e materiais adequados para diferentes formas de educação. A iniciativa para uma Década de Empreendedorismo, de 1995 a 2005, partiu de várias organizações: três Ministérios –Comércio e da Indústria; do Trabalho; Educação –, o Conselho de Educação e a Federação dos Empregadores Finlandeses (atual Confederação das Indústrias Finlandesas). A década tinha três temas: empreendedorismo na sociedade, empreendedorismo no desenvolvimento de empregos e desenvolvimento e promoção do empreendedorismo. O objetivo era criar 100.000 novos postos de trabalho.

O empreendedorismo na Finlândia está ligado a cidadania e constitui um dos sete temas interdisciplinares no ensino básico e um dos seis temas do ensino secundário. Permeando todos os assuntos e voltados para integrar o ensino, esses temas são considerados prioridades fundamentais no domínio da educação e da formação. Algumas universidades elaboraram estratégias de empreendedorismo próprias. Os politécnicos adotaram uma estratégia conjunta em 2006, cujo objetivo era que, em 2010, um em cada sete graduados politécnicos teria iniciado uma carreira nos negócios dentro de dez anos após a graduação.

A estratégia finlandesa para a educação para o empreendedorismo consubstanciada no projeto “Guidelines for entrepreneurship education”, produzido pelo Ministério da Educação e Cultura finlandês, abrange o período 2009-2015. As orientações foram elaboradas por meio de uma ampla cooperação com diferentes operadores da comunidade empresarial. Os parceiros eram oriundos de uma série de agências governamentais e nacionais, organizações de ensino, autoridades regionais e organizações empresariais. E abordam todos os níveis: da educação e cuidados na primeira infância à educação no ensino superior, visando desenvolver uma cidadania ativa, reforçar a criatividade e a inovação, com base em educação e formação para criar uma cultura empresarial positiva e promover a criação de empresas.

Os 11 objetivos nas diretrizes para a educação finlandesa do “Guidelines for entrepreneurship education” que se esperava alcançar até 2015 estão bem encaminhados. São eles (FINLAND, 2015, p. 7):

- a ligação em rede entre os parceiros da EE é intensificada em âmbito internacional/nacional/regional/local;
- as medidas relativas à EE são principalmente originárias do âmbito regional e local;
- os centros especializados regionais abrangem todo o país;
- a EE tornou-se parte sólida dos currículos centrais e parte mais forte dos currículos escolares específicos;
- a EE é integrada mais fortemente nas estratégias escolares e empresariais e nos planos de desenvolvimento;
- os estudos de empreendedorismo estão incluídos nos currículos curriculares profissionais;
- as instituições de ensino superior incorporaram o empreendedorismo nas estratégias globais;
- a EE faz parte da formação inicial dos professores que serão responsáveis por este tema;
- aumento da disponibilidade de DPC e destacamentos relativos à EE;
- ambientes de aprendizagem que promovam a criação de redes e utilização de ambientes virtuais.

A visão de longo alcance tanto da União Europeia como das autoridades finlandesas podem ser um excelente indutor de transformações potenciais no programa de inovação brasileiro com foco na Educação Empreendedora, que, como se viu não se restringe à Educação Básica.

3.6 IMPORTÂNCIA DO ENSINO EMPREENDEDOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Percebemos que as obras sobre o ensino do empreendedorismo na Educação Básica alegam, sobretudo, a necessidade de requerer uma transformação cultural que desenvolva a perspectiva empreendedora em toda a população, por meio da implantação dessa temática no currículo escolar, reconhecendo que existe uma relação positiva entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico e social. Assim,

Os autores de estudos que defendem a implantação do empreendedorismo como componente curricular partem do pressuposto de que, se toda a população de um país tiver uma cultura empreendedora, haverá melhoria no desenvolvimento socioeconômico (SOUZA, 2012, p. 86). Franzini *et al.*, mencionam, como muita propriedade, que:

Um fator que tem colocado a questão do empreendedorismo como prioritário nas discussões acadêmicas e econômicas é o estudo realizado em vários países, comprovando a influência da cultura empreendedora no processo de desenvolvimento econômico de uma sociedade. Tais estudos demonstram que, quanto maior a parcela de uma população com características empreendedoras, maiores são as chances daquela nação ou sociedade se desenvolver e gerar riquezas. Neste sentido, a sociedade e, principalmente, os educadores devem se alertar para este dever e se perguntar se estão formando empreendedores ou apenas profissionais que desempenharão bem o seu papel de funcionário e colaborador (FRANZINI *et al.*, 2006, p. 75-76 *apud* SOUZA, 2012, p. 85-86).

Segundo Lopes e Teixeira (2010, p. 8), a primeira disciplina de empreendedorismo surgiu em 1981, por iniciativa do professor Ronald Degen, na Escola Superior de Administração de Empresa da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Com foco na criação de “negócios” a disciplina de empreendedorismo foi ministrada por ele de 1981 a 1987, no mesmo período a Universidade de São Paulo (USP) passou a ofertar a disciplina, fruto da conclusão de um estudo do Professor Sílvio Aparecido dos Santos. A disciplina foi ofertada no curso de graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) (PREVIDELLI, 2008, p. 59).

No âmbito educacional, o empreendedorismo deve ser compreendido na forma como pode contribuir com as práticas pedagógicas, por isso, neste capítulo iremos analisar as ideias acerca do que se configura a Educação Empreendedora e a Pedagogia empreendedora, que nos levará a refletir sobre o empreendedorismo no âmbito escolar.

A LDB (BRASIL, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) possuem uma característica inovadora em relação aos projetos educativos a serem implantados nas escolas, ou seja, a ação pedagógica é norteadada através das referências nos parâmetros básicos, leis que permitem ao professor autonomia de ação, capaz de levar em conta, as realidades de cada aluno, de sua escola e de sua região.

No Brasil já houve duas indicações para que o Empreendedorismo se tornasse uma disciplina obrigatória no currículo do Ensino Básico, da educação profissional e da educação superior. O Conselho Nacional de Educação (CNE) manifestou-se sobre o tema emitindo o parecer CNE/CEB nº 13, homologado pelo ministro da Educação e publicado no Diário Oficial da União em 2010, orientando que o empreendedorismo deveria ser tratado no currículo como um tema transversal, ou seja, que ele atravessasse todos os conteúdos, disciplinas e áreas de conhecimento (BRASIL, 2010).

Está em tramitação na Câmara Federal, uma proposta de Lei n 1.673/11, como ementa que acrescenta ao artigo 26 da Lei 9.394/1996 a inclusão do tema Empreendedorismo nos currículos do Ensino Fundamental e Médio. O projeto ainda está sendo analisado, mas a Educação Empreendedora já é uma realidade em várias escolas pelo Brasil, por meio da transversalidade.

Fernando Dolabela, consultor e autor de vários livros sobre Empreendedorismo, elaborou e desenvolveu projetos de fomento do empreendedorismo em escolas, sendo um deles a Oficina do Empreendedor, para alunos do Ensino Superior. Já a Pedagogia Empreendedora, conforme o autor destaca, é uma metodologia de ensino de empreendedorismo para a Educação Básica. Esta metodologia foi testada em um plano piloto no ano de 2002, nas cidades mineiras de Japonvar e Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. A partir daí, várias cidades implantaram a Pedagogia empreendedora na rede pública municipal e algumas da rede estadual, como, por exemplo, em Santa Rita do Sapucaí (MG), Guarapuava (PR), Três Passos (RS), São José dos Campos (SP), Jacarezinho (PR), com o apoio do SEBRAE (SOUZA, 2012, p. 84).

O empreendedorismo tem ganhado força no Brasil, em maior destaque após 1990. Ele vem sendo colocado como prioritário nas discussões acadêmicas e econômicas em estudos realizados em vários países, comprovando a influência da cultura empreendedora no processo de desenvolvimento econômico de uma sociedade. Tais estudos demonstram que quanto maior é a parcela de uma população com característica empreendedoras, maior são as chances daquela sociedade se desenvolver e gerar riquezas (PREVIDELLI, 2008, p. 75).

Estamos vivendo, segundo Previdelli (2008, p. 76), na “era do fim dos empregos” e a alternativa que melhor se apresenta para a solução deste impasse é o estímulo do espírito empreendedor das futuras gerações. Essa atribuição empreendedora não deve ser tarefa apenas das escolas de Administração ou das instituições de Ensino Superior. Trata-se de uma postura que deve ser tomada desde a infância, no âmbito familiar, e no contexto escolar, desde o Ensino Básico.

Nesse sentido, a introdução de disciplina de Empreendedorismo na Educação Básica tem um caráter revolucionário. Isto significa uma quebra de paradigma na tradição didática, uma vez que aborda o saber como consequência dos atributos do ser. Sobretudo na sala de aula, elementos como atitudes, comportamento, emoção, sonhos, dentre outros, ganham a atenção dos educadores, que antes era ocupado somente pelo saber.

A Educação empreendedora deve incluir, necessariamente, o aumento da capacidade de gerar capital social humano. Sendo assim, é possível afirmar que a Educação Empreendedora deve começar na mais tenra idade, por que diz respeito à cultura, que tem o poder de induzir ou inibir a capacidade empreendedora. Na educação, o empreendedor deve focalizar o ensino e a aprendizagem nos quatros pilares da educação.

De acordo com Delors (2001, p. 34):

Aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser e, com isso, ser capaz de tomar a decisão certa frente aos desafios e exigências que surgem em uma sala de aula. Além dos quatro pilares, o professor empreendedor também deve embasar suas crenças e atitudes em um quinto pilar: o aprender a empreender, pois novas habilidades vêm sendo exigidas dos profissionais da educação para poderem enfrentar a globalização com responsabilidade, competência e autonomia.

As principais diferenças entre ensino convencional e ensino empreendedor estão no Quadro3, a seguir.

Quadro 3 – Ensino convencional x ensino empreendedor

Convencional	Empreendedor
Ênfase no conteúdo, que é visto como meta	Ênfase no processo aprender a aprender
Conduzido e dominado pelo instrutor	Apropriação do aprendizado pelo participante
O instrutor repassa o conhecimento	O instrutor c/ facilitador geram conhecimento
Informações corretas de uma vez por todas	O que se sabe pode mudar
Aquisições e informações corretas de uma vez por todas	O que se sabe pode mudar
Currículos e sessões fortemente programadas	Sessões flexíveis e voltadas a necessidades
Objetivos de ensino impostos	Objetivo do aprendizado negociado
Prioridade para o desempenho	Prioridade para autoimagem geradora do desempenho
Rejeição ao desenvolvimento de conjecturas e pensamento diferente	Conjecturas e pensamentos divergentes vistos como parte do processo criativo
Ênfase no pensamento analítico e linear	Envolvimento de todo cérebro
Conhecimento teórico e abstrato	Conhecimento teórico complementado por experiências em sala de aula e fora dela
Resistência a influência da comunidade	Encorajamento a influência da Comunidade
Ênfase no mundo exterior, experiência interior considerada imprópria ao ambiente escolar.	Experiência interior é contexto para o aprendizado; sentimentos incorporados à ação.
Educação encarada como necessidade social durante certo período de tempo	Educação vista como processo que dura toda a vida, relacionado apenas tangencialmente com a escola
Erros não aceitos	Erros como fonte de conhecimento
O conhecimento é o elo entre aluno e professor	Relacionamento humano entre alunos e professores é de fundamental importância

Fonte: Dolabela (2008, p. 153)

Analisando o Quadro 3 elaborado com base nas argumentações de Dolabela (2008), percebemos que existem muitas diferenças entre o ensino convencional e o ensino tradicional. Os currículos no ensino tradicional, por exemplo, são programados de forma inflexível, enquanto que no ensino empreendedor as sessões são flexíveis e são voltadas para o atendimento da realidade dos alunos. Fica claro que o ensino empreendedor se volta para a interdisciplinaridade, neste sentido, pode-se dizer que a perspectiva pós-moderna do processo ensino-aprendizagem é caracterizada por elementos como: interdisciplinaridade, multiculturalismo, diversidade metodológica, dentre outras questões.

Existe hoje uma demanda relacionada ao uso dos saberes articulados e interdisciplinares para a Educação Básica. Deve-se reconhecer que o entendimento sobre determinado conteúdo, requer, acima de tudo, a contextualização dos objetos de conhecimento e suas ligações com a prática humana, assim, os professores que trabalham com foco no empreendedorismo devem agregar à sua prática de ensino a métodos capazes de criar situações que possam ser problematizadas na sala de aula, formando assim a capacidade crítica nos alunos. Líbano (2003, p. 37) afirma que o que se agrega “[...] em termos de pensar crítico é a capacidade de

problematizar, ou seja, de aplicar conceitos como forma de apropriação dos objetos de conhecimento a partir de um enfoque totalizante da realidade”.

A formação de ação empreendedora se caracteriza pela capacidade de construir conhecimentos novos a partir de conhecimentos precedentes, tornando-se, assim, de utilidade não só para empreendedores, mas também para todas as pessoas ligadas a outros ramos de atividade. É grande o interesse de pesquisadores sobre a Educação Empreendedora e diversos estudos e pesquisas tratam do tema mesmo sendo uma questão relativamente nova no ensino brasileiro. Neste contexto, os professores que possuem as competências para agir de forma empreendedora em sala de aula, utilizando as ferramentas adequadas como as que foram citadas acima, podem se tornar agentes capazes de transformar a realidade escolar, dando novos rumos no que tange a formação de cidadãos conscientizados e autônomos, capazes de transformar a sociedade e de se desenvolverem perante a mesma.

Diante desse contexto, entendemos que o empreendedorismo na Educação Básica deve ser conduzido de forma a articular os saberes interdisciplinares e transversais ao contexto escolar, trabalhando ao mesmo tempo os assuntos da grade curricular e os saberes relacionados à vivência do aluno, fomentando a criatividade do aluno e encorajando-o a buscar novas experiências de aprendizagem de modo a desenvolver a sua autonomia e a ter interesse em progredir na sociedade e transformá-la por meio de suas próprias ações.

3.7 PEDAGOGIA EMPREENDEDORA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O empreendedorismo pedagógico deve ser visto pelo ângulo da transformação social. Segundo Dolabela (2004) a metodologia pedagógica conhecida como Pedagogia Empreendedora (PE) foi proposta e implantada em escolas de Ensino Fundamental, com o objetivo de facilitar a aprendizagem empreendedora pelas crianças e adolescentes. Tal metodologia baseia-se em uma sequência de sonhos, sendo que é alicerçada na transferência de conhecimentos e não suficientemente focado na aprendizagem de métodos independentes de pensamento imaginativo. Mediante estas informações, entende-se que a prática empreendedora no contexto escolar, favorece não apenas a escola, mas também a comunidade como um todo uma vez que esta pode ser transformada a partir da atuação de moradores conscientes e capazes de agir em prol do bem comum.

É fascinante ler as teorias de Fernando Dolabela relacionadas ao empreendedorismo educacional. O pesquisador dedicou parte da sua vida a estudos relacionados à Educação Empreendedora, focando-se nas demandas atuais para a prática pedagógica. A familiaridade de Dolabela com o tema o impulsionou a encarar o empreendedorismo como um fenômeno cultural, tendo o sonho de construir uma sociedade mais justa e igualitária onde todos os cidadãos possam desenvolver o seu potencial empreendedor. Ele questiona muito a falta de motivação por parte das classes políticas e empresariais no que diz respeito à conscientização e capacitação das massas populares para a atuação empreendedora, por este motivo, defende a responsabilidade dos segmentos educacionais em propiciar a formação de indivíduos com estas competências.

No âmbito educacional, o empreendedorismo deve ser compreendido como uma maneira para conduzir as práticas pedagógicas na Educação Básica. Para compreender melhor este assunto, recorremos a Dolabela (2003), que faz a seguinte afirmação:

A Pedagogia Empreendedora é um dos instrumentos de que a comunidade pode dispor para aprender a formular o “sonho coletivo”, estabelecer uma proposta de futuro feita pela própria comunidade. Empreender é essencialmente um processo de aprendizagem proativa, em que o indivíduo constrói e reconstrói ciclicamente a sua representação do mundo, modificando-se a si mesmo e ao seu sonho de auto realização em processo permanente de auto avaliação (DOLABELA, 2003, p. 32).

Na literatura especializada sobre o assunto, o empreendedorismo aparece, geralmente, sempre relacionado a negócio. O que denota uma escassez de estudos em outros campos de pesquisa, como, por exemplo, na área pedagógica. Esta questão torna-se ainda mais preocupante porque o empreendedorismo deve ser visto em sua totalidade, podendo inclusive fomentar ações voltadas para o desenvolvimento de competências no âmbito escolar. Por este motivo, muitos projetos governamentais e institucionais estão sendo criados ultimamente para garantir o acesso de professores aos conhecimentos voltados para o empreendedorismo educacional.

Não se pode esquecer, no entanto, que a própria formação docente deve contemplar aspectos pertinentes ao aprofundamento das novas teorias relacionadas ao empreendedorismo, tendo em vista o alcance de competências para lecionar com foco neste aspecto. Dolabela (2003) faz uma série de questionamentos acerca da formação pedagógica para o empreendedorismo, por exemplo, indagando sobre o sentido da educação continuada para professores e como esta pode abranger a questão do empreendedorismo. Além disso, este mesmo autor levanta questões como: quais os desafios que a escola hoje enfrenta perante as mudanças constantes

da sociedade? E, por que conceber a Pedagogia Empreendedora no âmbito da escola? Dentre outros questionamentos.

Portanto, para Dolabela (2003), para se obter as respostas para estas questões, é preciso aprofundar e compreender as concepções epistemológicas no âmbito educacional e, considerar os desafios que surgem da sociedade local, regional e mundial. Para ele, “[...] o saber empreendedor ultrapassa o domínio de conteúdos científicos” (DOLABELA, 2003, p. 29).

De tal modo, entendemos que no âmbito pedagógico, o termo empreendedorismo deve ir além de conceitos fragmentados e técnicos voltados para questões como: economia, dinheiro, negócio, dentre outras, e adentrar a questões mais subjetivas voltadas para a ampliação dos saberes e da conscientização acerca dos assuntos sociais, políticos e econômicos a serem explorados por meio de estratégias renovadoras de ensino. Conforme Dolabela (2003, p. 31):

Uma estratégia de Educação Empreendedora deve explicitar sua racionalidade e sua ética: a quem e para quem serve. A Pedagogia Empreendedora baseia-se no entendimento de que o empreendedorismo, pelo seu potencial como força importante na eliminação da miséria e na diminuição da distância entre ricos e pobres, bem como o tema central o desenvolvimento humano, social e econômico sustentável.

Sendo assim, defendemos a ideia de que o ensino do empreendedorismo deve ser apontado como prioridade na política governamental, devendo-se estabelecer critérios de como trabalhar o empreendedorismo nas escolas. Dolabela (2003, p. 24) afirma:

O espírito empreendedor é um potencial de qualquer ser humano e necessita de algumas condições indispensáveis para se materializar e produzir efeitos. Entre essas condições estão, no ambiente macro, a democracia, a cooperação e a estrutura de poder tendendo para a forma de rede. Sem tais “aminoácidos”, formadores de capital social, há pouco espaço para o afloramento do espírito empreendedor, que é um dos componentes do capital humano.

Como se pode observar o empreendedorismo na educação, demanda condições estruturais adequadas para que se possam concretizar seus objetivos pedagógicos. Os segmentos educacionais não podem desconsiderar que a essência do empreendedorismo está na possibilidade de transformar a sociedade através de atitudes positivas frente à coletividade, pois, conforme ressalta Dolabela (2003).

Assim, o empreendedorismo com foco pedagógico deve abranger a geração e a distribuição, tanto de riquezas materiais como imateriais – ideias, conhecimentos, teorias, arte e filosofia.

Perguntamo-nos, então, porque então não trabalhar estas competências desde a Educação Básica? Isto diz respeito à formação de valores, como bem defende Dolabela (2003). Nesta instância, a formação de valores diz respeito à formação de uma identidade humana focada na capacidade de mudar o contexto social a partir de uma visão ampla das coisas como elas são e como elas podem ficar após a tomada de atitudes que favoreçam a coletividade. São seres humanos assim, ou seja, proativos e empreendedores, que a sociedade necessita. Nessa perspectiva, é possível pensarmos nas possibilidades de mudanças e transformações sociais por meio da ação humana na vida em sociedade.

Dolabela (2003) menciona as características da estratégia de aprendizagem da pedagogia empreendedora, enfatizando que o professor pode envolver-se consideravelmente neste processo, aplicando a estratégia empreendedora e ajudando no desenvolvimento de uma nova visão em termos de aquisição do saber, saber este que pode ser construído por meio da emoção e de propostas existenciais básicas apresentadas pelos alunos. Conforme o autor afirma, os professores devem motivar seus alunos a agirem e propiciarem impactos positivos na comunidade. Pensando nisto, podemos pensar, por exemplo, na relevância de despertar nos alunos o interesse pela investigação acerca das características da sua comunidade no sentido de averiguarem o que poderia ser feito a curto, médio ou longo prazo para mudar a sociedade em que vivem e a buscar soluções através de atitudes básicas e que beneficiassem a todos.

Ademais, o professor pode despertar o espírito empreendedor em sala de aula ao envolver os alunos em um contexto cooperativo, subsidiando-os na aquisição de saberes que possam validar soluções para os problemas na própria comunidade onde estão inseridos. Assim, o professor pode fortalecer as relações interpessoais na comunidade e ao mesmo tempo agregar valores que possam gerar mudanças positivas para todos. Em suma, ao implementar a Pedagogia Empreendedora, o professor terá a oportunidade de recriá-la e moldar as suas especificidades com base na realidade da comunidade. De tal modo, várias competências podem ser trabalhadas na escola no sentido de despertar o espírito empreendedor do discente, como por exemplo, a criatividade, competência esta que pode ser trabalhada desde a infância.

Pensando nos argumentos de Dolabela é possível refletir sobre a importância de atitudes como a criação de hortas comunitárias gerenciadas por professores e cultivadas pelos alunos, os quais passam a sentir a importância de produzir em prol do bem comum, ou seja, da coletividade. A colheita torna-se um exemplo prático de como é importante investir em algo e

depois receber os resultados do que foi produzido. São vivências assim, que as escolas precisam ter em suas práticas cotidianas de ensino.

Questões desta natureza geralmente não estão presentes nos ementários curriculares nem no Projeto Político Pedagógico das escolas. Porque então não pensar nesta possibilidade? Primeiramente, é relevante desenvolver a Pedagogia Empreendedora vinculada à cultura local. Pensamos que não adianta trabalhar o empreendedorismo seguindo apenas teorias distantes da realidade dos alunos e da comunidade em que estão inseridos. Não será muito eficaz os conhecimentos sobre o empreendedorismo se ele não for compatível ao processo de mudanças locais, pois isso, ele deve ser associado às demandas da própria comunidade. Desta forma, a o conhecimento adquirido com a Educação Empreendedora pode gerar valores capazes de transformar a realidade local e, conforme os alunos forem sendo envolvidos com esta cultura, poderão adquirir maiores competências para promoverem mudanças de maior abrangência, como na cidade, no Estado e no país onde vivem

Sob esta ótica, podemos falar de empreendedor coletivo, que é aquele que tem como objetivo promover o bem-estar da sua coletividade, e estabelecer melhorias nas condições de vida de todos. De tal forma, acreditamos que são essas ideias que devem ser consideradas pelos segmentos educacionais. Estes devem estimular os alunos e a sociedade escolar a resolverem os problemas existentes na comunidade.

Muito se exige das Políticas Públicas acerca do que pode ser melhorado na sociedade, entretanto, pouco se faz em termos de projetos voltados para a transformação social. No caso nas escolas, Dolabela (2003) adverte para a necessidade urgente de criar incentivos por meio de estratégias como projetos e programas educacionais voltados para o empreendedorismo. Ou seja, para o autor, as escolas devem fomentar, por meio de programas educacionais, a formação do espírito empreendedor em todos os níveis do sistema educacional, começando pelo Ensino Fundamental.

Mas como seria possível trabalhar o empreendedorismo desde o Ensino Fundamental? Pensando no que foi apresentado por Dolabela (2004), podemos pensar em um projeto como o que foi desenvolvido pelo Sebrae o JEEP. A Educação Empreendedora proposta pelo Sebrae para o Ensino Fundamental incentiva os alunos a buscarem o autoconhecimento e novas aprendizagens, além do espírito de coletividade. A ideia é a de que a educação deve atuar como transformadora desse sujeito e incentivá-lo à quebra de paradigmas e ao

desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores. Em suma, o projeto contempla os seguintes critérios: aprender a conhecer, isto é, a adquirir os instrumentos; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e, aprender a ser via essencial que integra as três precedentes.

Projetos desta natureza são verdadeiros exemplos de como os segmentos escolares devem agir de modo a gerar valores cooperativos e empreendedores nos ambientes escolares. Assim como o Sebrae, as escolas também têm autonomia para criar situações nas quais se torne possível despertar nos alunos a consciência de que eles sejam capazes de mudar e transformar a sociedade em que vivem por meio de suas ações.

Teixeira (2012) desenvolve um estudo acerca do Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo e apresenta um debate relacionado ao empreendedorismo. Trata das interdependências conceituais, das demandas sociais da atualidade, das crises econômicas e governamentais, enfatizando acerca de como ser um empreendedor em tempos de crise, cita a Europa no contexto da “economia do conhecimento” mostrando que lá, de fato, existe uma grande preocupação em torno da aquisição de conhecimentos para o atendimento às demandas do empreendedorismo, analisa o Plano Nacional de Educação para o Empreendedorismo em Portugal e apresenta um estudo sobre a implementação e desenvolvimento do PNEE em escolas do Alentejo.

Teixeira (2012) conclui que o sucesso dos projetos desenvolvidos é percebido como uma variável influenciada por duas condições: a motivação dos agentes envolvidos (escola, direção executiva, pessoal docente e não docente, alunos) que deve ser amplamente fomentada e a adequação do projeto ao contexto interno e externo, que implica uma flexibilização por parte da estrutura organizacional da escola, nomeadamente, no estabelecimento de articulações com a comunidade externa.

Silva (2015), em sua pesquisa de dissertação sobre Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica, foca-se na formação do cidadão empreendedor, sua pesquisa revelou uma grande quantidade de trabalhos publicados sobre empreendedorismo na área educacional, mas, no nível básico, o número de pesquisas ainda é muito reduzido e disperso, segundo ela, deve existir na sociedade maior valorização com relação a cultura do empreendedorismo,

percebendo também a importância da parceria entre escolas e o Sebrae, na formação da cultura do empreendedorismo no âmbito escolar.

Alves (2014) também oferece bastante subsídio teórico pelo fato de averiguar a importância das metodologias da Pedagogia Empreendedora, ou seja, não basta apenas trabalhar assuntos relacionados ao empreendedorismo nas escolas de Educação Básica, é preciso planejar cada aula e administrar bem cada recurso relacionado ao ensino empreendedor. Do mesmo modo, Chaves (2009) menciona estes aspectos relacionados às metodologias de ensino, com ênfase do desenvolvimento de competências nos alunos da Educação Básica, competências estas que podem ser úteis, tanto ao aluno como à própria sociedade, pois de posse de competências como: capacidade para inovar, criar, criticar as políticas públicas etc, o cidadão poderá contribuir para a resolução de problemas sociais, como por exemplo, apresentado projetos sociais, educacionais e urbanos, capazes de eliminar determinados problemas na comunidade.

3.8 O PAPEL RELEVANTE DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Sem dúvida a contribuição de Fernando Dolabela para alavancar a teoria empreendedora no âmbito educacional no Brasil deve ser enaltecida pelos pesquisadores e demais representantes da Educação. Esta contribuição deve estar na ampliação dos saberes, propiciando a formação de professores universitários de qualquer área em educadores de empreendedorismo, criando uma rede nacional de propagação do tema, capaz de agir de forma independente e autônoma. Neste sentido, pode-se pensar na renovação da grade curricular universitária através de disciplinas que se voltem para o empreendedorismo.

Os cursos de licenciatura, portanto, devem direcionar os futuros educadores a um contexto real de aprendizagem acerca de assuntos que possam conduzir as práticas pedagógicas para a competência empreendedora. Cursos de licenciatura como: História, Geografia, Pedagogia, Letras, Matemática, Física, dentre outros devem ser vistos como instrumentos capazes de disseminar conhecimentos empreendedores, tal como defende Dolabela (2003) ao enfatizar a importância da formação de professores com foco no empreendedorismo.

Acredita-se que os professores devem ser motivados e preparados nos próprios cursos de licenciatura para atenderem de forma eficiente e eficaz as demandas atuais da sociedade, levando em conta as suas subjetividades e particularidades, sejam relacionadas aos aspectos

econômicos, sejam aos aspectos sociais e culturais. Neste sentido, torna-se necessário refletir sobre a formação inicial docente e seu vínculo com o empreendedorismo.

É fundamental acrescentar que os cursos de licenciatura devem conscientizar o futuro educador quanto às necessidades de estarem preparados para o enfrentamento de desafios, como por exemplo, a realização de colóquios, seminários e minicursos que tenham como foco o trabalho empreendedor nas práticas de ensino. Com base nas teorias de Dolabela (2003), podemos dizer que para que existam nas escolas professores preparados para incentivar o espírito empreendedor, é preciso que a formação destes profissionais no atual contexto de sociedade incline-se para o desafio de cuidar da aprendizagem, mas não se trata de uma aprendizagem meramente técnica, mas sim, da capacidade de tornar-se um mediador no processo de ensino aprendizagem e aquisição de novas habilidades e competências.

Desta forma, exige-se a habilidade em inovar as práticas e reorganizar suas metodologias de ensino, tendo a consciência de que é necessário aprender novas teorias e ter novas posturas para lidar com as demandas surgidas na educação. Os métodos de ensino devem ter como pauta de partida a prática social comum a professores e alunos. O professor deve exigir o esforço do aluno e, ao mesmo tempo, propor conteúdos e modelos compatíveis com suas experiências vividas.

Dolabela (2003) encara o professor como um mediador da aprendizagem, por este motivo, pode-se dizer que na relação professor-aluno, o professor deve ser o mediador da aprendizagem, facilitando e dando condições propícias à aprendizagem, inovando seus métodos e mantendo diálogo com seus alunos. Neste sentido, se o professor incentivar seus alunos a serem verdadeiros empreendedores através de estratégias de ensino, pode-se esperar que, ao saírem da escola, estes alunos aplicarão seus conhecimentos e habilidades na sua comunidade, disseminando atitudes e comportamentos para que outros cidadãos também ajam de forma empreendedora e assim possibilitem maior bem-estar à sua comunidade e beneficiando a todos.

Pensamos que os pressupostos da aprendizagem empreendedora devem partir das seguintes questões: O aluno se reconhece nos conteúdos ministrados e podem ampliar a própria experiência? Será que os conteúdos escolares estão de fato correspondendo à realidade na qual o aluno está inserido?

É preciso refletir sobre estas questões e pensar nas possibilidades de renovação das práticas de ensino, sabendo-se que o grau de envolvimento na aprendizagem do aluno depende tanto da sua prontidão e força de vontade, como da postura do educador e suas intervenções estratégicas.

O esforço de elaboração de uma pedagogia empreendedora está em propor modelos de ensino voltados para a interação entre conteúdo e realidades sociais. O professor deve ajudar os alunos a reconhecerem que são capazes de agir com autonomia, tanto na escola como fora dela. Isso é o que Dolabela (2003) chama de comportamento proativo do indivíduo, o qual deve desejar aprender a pensar e agir por conta própria, com criatividade, liderança e visão de futuro, para inovar e ocupar espaço no mercado, com prazer e emoção.

É importante destacar a complexidade que envolve a questão da autonomia escolar, que não pode ser confundida com o isolamento de suas ações pedagógicas. No dicionário da Língua Portuguesa encontra-se o seguinte significado para a palavra autonomia: “[...] é a capacidade de resolver os próprios problemas” (FERREIRA, 2010, p. 155). Refletindo acerca da autonomia que as escolas têm em desenvolver projetos voltados para o empreendedorismo, sabe-se que muitos gestores deixam de possibilitar uma formação escolar mais sólida por falta de iniciativas. Dolabela (2003) deixa claro que a escola tem esta autonomia e que, por meio dela, se faz necessário a construção da identidade escolar.

A autonomia implica em responsabilização, pois é grande a necessidade de competência no ato de tomar atitudes conjuntas em prol da melhor qualidade da educação. Nesse sentido, além da responsabilidade que deve haver por parte dos gestores e demais segmentos educacionais, deve haver o compartilhamento de responsabilidades na esfera educacional. Por exemplo, se um gestor tem uma visão empreendedora e deseja que esta visão seja levada em consideração na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, deve compartilhá-la através de reuniões ou eventos nos quais todos os profissionais da escola estejam presentes e possam reconhecerem quais os objetivos devem ser atingidos ao longo do ano. Assim, não se pode trabalhar na perspectiva empreendedora se não houver o compartilhamento do caminho a ser percorrido.

Dolabela (2003) destaca as principais características de uma Metodologia Empreendedora, que pode ser adotada nas instituições escolares:

- Utiliza o professor da própria instituição, que conhece a cultura da casa, dos alunos e do meio ambiente onde cada unidade está inserida;
- Dinamiza conhecimentos já dominados pelo professor;
- É voltada para a prática, sendo de fácil implementação;
- Não se trata de uma receita, um passo a passo: a metodologia é recriada pelo professor na sua aplicação, respeitando a cultura da comunidade, dos alunos, da instituição, do próprio professor;
- Possui material didático específico e inédito, construído inteiramente para a realidade brasileira;
- Agente de mudança cultural;
- Permite a rápida disseminação da cultura empreendedora, sendo concebida para ser aplicada em larga escala, com alta dispersão geográfica;
- Não cria a necessidade de formação de “especialistas”;
- Não gera dependência da escola a consultores externos;
- Integra professores de áreas diferentes;
- Baixíssimo custo: não duplica meios e esforços;

A escola precisa construir a própria identidade. Ou seja, se dada escola desenvolveu uma cultura empreendedora e os alunos estão sendo motivados a participarem mais ativamente da vida em sociedade, qualquer outra escola pode ter a mesma capacidade e autonomia para modificar as práticas de ensino partir do uso de estratégias capazes de fortalecer a cultura empreendedora. De tal modo, a autonomia escolar deve ser vista como uma forma de ampliar os espaços de decisões voltados para o fortalecimento da escolha e melhoria da qualidade do ensino no contexto social de realização cotidiana.

Uma identidade escolar em construção tem que priorizar a qualificação do ensino, aperfeiçoando seus objetivos, fortalecendo e ampliando o espaço de ação na escola, e favorecendo as iniciativas focadas no empreendedorismo. No empreendedorismo pedagógico, com base em Dolabela (2003), a autonomia escolar não seria pensar em utopia e sim uma estratégia educacional capaz de conscientizar as massas populares a tornarem-se agentes propiciadores de mudanças, adentrando ao aspecto da formação de novos valores para o atendimento adequado das novas demandas surgidas na sociedade.

3.9 JEPP, EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E DESENVOLVIMENTO

As Políticas Públicas educacionais que visam à inserção da Educação Empreendedora no ensino básico e sobre o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) e a sua aplicação na Educação Básica, o qual se configura como um projeto sobre empreendedorismo formulado pelo SEBRAE e é considerado uma ferramenta importante na formação de futuros empreendedores.

3.9.1 JEPP: o Jovem e o Empreendedorismo

É sabido que com o fim da Revolução Industrial, o mundo do trabalho passou por transformações que configuram, em seu conjunto, a entrada em uma nova etapa do processo de produção de bens e serviços e das relações de trabalho.

Na economia, a globalização surgiu junto com a batalha pela conquista dos mercados. Diante de um mundo cada vez mais globalizado, consegue vencer essa peleja os países que oferecem produtos de boa qualidade a preços mais competitivos. Diante disso, as organizações passaram por processos de ajustes estruturais e fusões e nos postos de empregos permaneceram, em geral, os mais qualificados.

Na tecnologia, os avanços tecnológicos das últimas décadas substituíram não só o esforço físico, como também boa parte da atividade intelectual. Isso possibilitou às organizações a aumentar a produtividade sem aumentar o número de postos de emprego, desvinculando, assim, a produção do emprego (RICCA, 2004, p. 69).

Segundo Ricca (2004, p. 69), uma das características da Era do conhecimento no Brasil é o crescimento da taxa de informalidade no mundo do trabalho. Segundo este autor, “[...] no Brasil, hoje, mais de 50% da PEA (População Economicamente Ativa) está trabalhando sem carteira assinada.

A falta da proteção social proporcionada pelo emprego formal pode diminuir a autoestima e a dignidade do indivíduo, sobretudo da população mais jovem. Ricca (2004) questiona: Seria o fim do emprego? Para ele, isso não evidencia o fim do emprego, mas sim um processo de mudança de paradigma.

Isso não demonstra que a oferta de empregos tenha chegado ao fim, mas apenas que houve uma transformação gerada pela dinâmica das novas tecnologias e pelo seu impacto na sociedade e na própria natureza do trabalho. A tecnologia disponível hoje possibilita o desempenho de atividades em qualquer lugar que esteja interligado a um sistema de rede, com acesso a toda informação necessária. Atualmente, não é preciso mais se trabalhar dentro de uma indústria ou de um ambiente físico limitado.

Essa dinâmica é muito nova e recente. É necessário conceber essa nova realidade, conhecê-la e inserir-se em sua dinâmica. A vida mudou e a sociedade exige que tenhamos “[...] cada vez mais visão para saber o que vai acontecer daqui para frente” (RICCA, 2004, p. 70).

Segundo Ricca (2004, p. 71), “[...] trata-se de uma situação extremamente grave e com consequências desastrosas, não só em termos de perspectiva de vida como de autoestima”, pois, ao não encontrar trabalho “[...] e incapaz de gerar renda, esta população permanece em total desalento e sem motivação para novas iniciativas”.

Diante disso, Ricca (2004) menciona que

Transformar o empreendedorismo por necessidade de sobrevivência em oportunidades de negócios é o grande desafio que se coloca para os governos e as instituições como o Sebrae, cuja missão é “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas.

Está sendo criado um novo modelo econômico e uma de suas bases é o empreendedorismo, o trabalho por conta própria, a capacidade de gerar e gerir o próprio negócio, os próprios recursos e contribuir com a sociedade e o desenvolvimento local.

Pensamos que a concepção de novas formas de trabalho – que se delineiam no mundo globalizado –, e não exclusivamente a ideia de emprego, seja levada ao jovem desde o ciclo básico até o ensino superior, de modo que ele seja educado para a mudança e não para a estabilidade.

O jovem deve ser ensinado a conviver com o risco e aprender com ele, a pensar grande, a ter autoestima, coragem, confiança e capacidade para conduzir a própria vida. Ele deve ser ensinado a ver na mudança a oportunidade e não a ameaça. Logo, abrir um negócio deveria ser objeto de realização pessoal e não de falta de opção, menciona Ricca (2004). Com base nisso, o Sebrae se debruça na idealização de projetos fundamentais para o jovem. Um deles é o Jovens Empreendedores Primeiros Passos, conhecido como JEPP, que tem como foco levar o empreendedorismo para crianças do nível fundamental de ensino.

O Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) foi criado pelo Sebrae de São Paulo e atua desde 2002. Em 2011, o Sebrae nacional adquiriu os direitos de uso e licenciamento e disponibilizou o uso do projeto em todos os estados do Brasil. A criação do JEPP está relacionada com o objetivo do Sebrae de “[...] promover a competitividade e o

desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo”, tentando fortalecer, assim, a economia local e nacional.

Para Fabíola Lauro (2015) analista do Sebrae/ES e, atualmente, uma das gestoras do projeto, por meio de entrevista concedida à revista do SINEPE/ES lembrava que é importante disseminar a cultura empreendedora no ambiente escolar, buscar proporcionar o debate, o estudo e a prática do empreendedorismo em sala de aula, procurando, assim, despertar nas crianças o espírito empreendedor e fomentando o empreendedorismo no presente e no futuro.

De tal modo, o papel fundamental do JEPP é incentivar o desenvolvimento de comportamentos empreendedores e estimular o protagonismo juvenil, colaborando para o desenvolvimento local. Ademais, outra finalidade do projeto é buscar promover uma mudança cultural em relação ao empreendedorismo no Brasil junto às novas e futuras gerações.

O JEPP encontra-se implantado em 25 Estados brasileiros e em 2014 foi aplicado para aproximadamente 600 mil estudantes em todo o país. No Estado do Espírito Santo o JEPP está implementando desde 2006. Atualmente (considerando o ano de 2015), o projeto atua em 24 municípios capixabas e em 10 escolas particulares, totalizando 192 escolas e 35 mil estudantes.⁶ No Espírito Santo. De acordo com Fabiula Lauro (Gestora do Projeto no ES).

O projeto é composto de nove cursos e cada tema foi pensado de acordo com a faixa etária de cada ano do Ensino Fundamental. Apesar da especificidade de um curso para cada ano, em todos os anos são abordados os eixos norteadores, que dizem respeito a *comportamentos empreendedores* e *etapas do plano de negócios*; e os temas transversais, que são: cultura da cooperação, cultura da inovação, ecossustentabilidade, ética e cidadania.

Além da proposta pedagógica do JEPP se dar por meio de atividades lúdicas, os alunos são incentivados a assumir riscos calculados, a tomar decisões e a ter um olhar observador para poder identificar, ao redor, oportunidades de inovação. Em todos os encontros há

⁶ As 10 escolas particulares que possuem parceria com o Sebrae para a aplicação do JEPP são: Colégio Santa Catarina, em Vila Velha; Centro de Educação da Região Serrana (CERES), em Santa Maria de Jetibá; Centro Educacional São Geraldo, em Cariacica; Centro de Educação Integrada Capixaba (CEIC), em Vila Velha; Instituto de Pesquisas Educacionais (Ipê), em Cachoeiro de Itapemirim; Sociedade Educacional Equipevim, em Cariacica; Ação e Educação Eirele (Contec), em Cariacica; Centro Educacional Dom Fernando, em Vitória; Sociedade Educacional Ápice, em Serra; Escola Conhecer, em Vila Velha. Fonte: JEPP (2016).

interdisciplinaridade entre o tema, os eixos norteadores e as disciplinas, assim, o conteúdo do JEPP complementa o conteúdo que o professor já trabalha em sala de aula.

Os temas desenvolvidos pelo JEPP, de acordo com cada ano do Ensino Fundamental estão no Quadro 4, abaixo.

Quadro 4 – Temas propostos pelo JEPP no Espírito Santo

1º ano	O mundo das Ervas Aromáticas
2º ano	Temperos naturais
3º ano	Oficina de brinquedos ecológicos
4º ano	Locadora de produtos
5º ano	Sabores e cores
6º ano	Ecopapelaria
7º ano	Artesanato sustentável
8º ano	Empreendedorismo social
9º ano	Novas ideias, grandes negócios

Fonte: JEPP (2016)

A instituição de ensino que tem interesse em atuar com o JEPP deve procurar o Sebrae para negociar a parceria e solicitar uma reunião com a gestora do programa no Estado. A parceria na implantação, formação dos professores e desenvolvimento do Programa no município começa na assinatura de um contrato chamado Termo de Parceria do Programa de Educação Empreendedora.

A responsabilidade do Sebrae é formar os professores como multiplicadores; fornecer o material para a capacitação dos professores, composto de: Manual do Professor (impresso), Manual do Aluno (impresso) e materiais de apoio ao professor (conforme cada curso); emitir certificado de participação aos professores concluintes com participação de 100% de presença do repasse de metodologia; fornecer à Instituição de Ensino Parceira CD-ROM(arquivos) contendo apostilas do aluno e outros materiais promocionais do Programa, definidos entre as partes, para sua reprodução em gráfica; acompanhar e avaliar, através de técnicos do Sebrae o desenvolvimento da metodologia e a execução do referido programa; disponibilizar material para pesquisa de satisfação dos (professores/alunos) sobre os cursos; e realizar avaliação final com os professores dos cursos, acerca do resultado alcançado na aplicação do mesmo.

O professor em formação experimenta a principal atividade relacionada a cada ano do Ensino Fundamental, estuda o conteúdo dos livros e vivencia as atividades que ele vai aplicar com o seu aluno ao longo do curso. Para que haja capacitação na escola é preciso que o número máximo de participantes seja de 35 pessoas e o mínimo de 15. Ademais, os professores em capacitação devem participar de todos os encontros e realizar todo o curso, ou seja, a frequência deve ser de 100%. Depois disso o professor poderá aplicar a metodologia em todos os anos do segmento em que foi capacitado.

Enquanto durar a parceria, não é permitida a alteração de conteúdo ou metodologia fornecida pelo Sebrae, nem as especificações para impressão. O município deverá indicar um gestor do Programa de Educação Empreendedora, podendo ser coordenador, diretor ou professor, o qual será responsável pela aplicação da metodologia por parte dos professores em cada instituição de ensino, bem como pelo suporte aos professores designados para o repasse da metodologia e execução do Programa; garantir que somente os professores capacitados pelo Sebrae façam a aplicação dos cursos do Programa de Educação Empreendedora junto aos alunos; fornecer ao Sebrae, informações quando da inclusão da metodologia na sua grade; fornecer aos alunos, ao final da capacitação e que tenham cumprido a carga horária com frequência mínima de 80% o certificado de participação no Programa de Educação Empreendedora.

O JEPP procura apresentar práticas de aprendizagem considerando a autonomia do aluno para aprender e desenvolver atributos e atitudes imprescindíveis para a gerência de sua vida pessoal, profissional e social. Como foi dito acima, cada ano do Ensino Fundamental tem um tema onde são trabalhados os eixos norteadores do JEPP. A linguagem utilizada no material do projeto é adequada a cada idade e, à medida que o aluno vai crescendo, os personagens que compõem o material vão crescendo também, juntamente com os alunos. Isso é importante, pois cria um vínculo de identidade entre o que acontece com os personagens no decorrer da sua história de vida.

Cada vez mais o projeto é implantando nas escolas, sobretudo em parceria com as instituições de ensino particular. Fabíola Lauro evidencia a necessidade de medidas e iniciativas por parte da gestão pública em facilitar e oportunizar ações empreendedoras, visto que o Brasil possui uma representação significativa de 6,1 milhões de MPEs formais em atividade, o que representa 99% das empresas brasileiras, e; 2,6 milhões de Microempreendedores Individuais formalizados, de acordo com a Receita Federal (2012).

No Estado do Espírito Santo, a inserção da Educação Empreendedora tem como prioridade os municípios e comunidades mais carentes, pois são esses os que mais necessitam de conteúdos de empreendedorismo para ampliar a percepção de mundo de seus jovens, ressalta Fabíola Lauro.

A Educação Empreendedora, como discutimos anteriormente, auxilia tanto na montagem de um negócio como na aplicação dos conhecimentos na vida pessoal, por isso, a sua grande importância. E seguindo o objetivo do JEPP que é disseminar a cultura empreendedora e orientar para o plano de negócios, de maneira a estimular os comportamentos empreendedores entre crianças e jovens, incentivando-os à prática do empreendedorismo e o protagonismo juvenil, nada mais justo do que incentivar os donos de escolas particulares a participarem do programa no Estado.

3.9.2 JEPP e a Educação Empreendedora

A descentralização política advinda com a Constituição de 1988 fez surgir uma nova forma de gestão pública, possibilitando incentivos à adesão de programa e Políticas Públicas. Os municípios passaram a ter mais autonomia e exigir um melhor desempenho do desenvolvimento local, ou seja, ações que visem a inserção social, a qualidade de vida da população e a participação efetiva da comunidade.

A educação é de responsabilidade de todos, mas muito mais que isso, há a necessidade de investimentos culturais, financeiros e comportamentais importante para o crescimento da cidade. De tal modo, as parcerias que visam um foco educativo, firmadas entre as Secretarias Municipais de Educação e empresas e instituições, auxiliam a implantação de programas especiais nas unidades escolares.

O papel fundamental da escola, como um dos primeiros grupos sociais de convívio do ser humano, deve promover a construção do conhecimento em um contexto em que haja o envolvimento de toda uma sociedade articulada em prol da garantia e da promoção da integralidade do conceito de Educação. Nesse sentido, aderindo ao programa, a Secretaria de Educação do Município traz para sua rede de ensino, uma proposta de Educação Empreendedora, com conceitos importantes para a formação pessoal e escolar, tais como:

criatividade, iniciativa, busca de informações, planejamento, estabelecimento de metas, autoestima, compromisso, parcerias, trabalho em equipe, entre outros.

Como mencionamos anteriormente, o fato do Brasil ter 99% de suas empresas enquadradas como MPEs, evidencia a necessidade de medidas e iniciativas por parte da gestão pública em gerar facilidades e oportunidades para ações empreendedoras.

A Educação Empreendedora é um instrumento de fomentação, que, por meio de programas educativos, proporciona aos alunos tomar conhecimento de como gerir seu próprio negócio, se preparar para o mercado de trabalho e assumir uma postura responsável quanto ao desenvolvimento da cidade em que vivem. O SEBRAE, por meio do JEPP, em parceria com as Secretarias de Educação dos municípios, difunde a cultura empreendedora entre crianças e jovens estudantes.

A educação é primordial à formação de pessoas que vivem em sociedade. Ela também possibilita que na escola, por meio de ações educativas, o indivíduo desenvolva competências e habilidades para agir dentro de uma localidade, sobretudo no século XXI, em que as informações são a base do mundo globalizado e requer um sujeito competente, inovador e criativo.

O psicólogo francês e grande pensador da área educacional Philippe Perrenoud (1999, p. 2) faz uma reflexão acerca das competências e habilidades utilizadas no cotidiano. Para ele,

As competências não podem ser desconsideradas na vida escolar do aluno porque elas são utilizadas no cotidiano dele, desde as mais simples como as mais complexas. Assim, a escola deverá, por meio da Educação, adicionar em seus programas curriculares atividades que contemplem a evolução do mundo atual.

Assim, as ações educativas delineadas e praticadas por um Sistema de Ensino Municipal refletem-se nas comunidades onde as escolas estão inseridas e, de certa forma, também contribuem para o seu desenvolvimento local nos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Por isso é importante pensar em ações estratégicas na gestão pública que consideram incentivos à inovação, à investimentos estratégicos, à distribuição de bens e serviços de forma justa e de qualidade para a população.

A parceria entre os municípios e o Sebrae, por meio do JEPP, contribui para o desenvolvimento local, uma vez que favorece a articulação de um pensamento empreendedor

desde os primeiros anos de vida da população e valoriza a importância da criação de empresas bem-sucedidas na cidade, as quais geram emprego e renda no município.

No entanto, essa é uma ação demorada, que não acontece de uma hora para a outra. Ela visa desenvolver nas pessoas o foco na cultura empreendedora e tornar os indivíduos mais responsáveis pelo seu futuro e pelo futuro da comunidade e sociedade em que estão inseridos.

O Sebrae, ao desenvolver programas como o JEPP, intenciona disseminar a cultura empreendedora, que é fundamental para a criação de oportunidade, de geração de renda, competitividade e desenvolvimento local. É importante incentivar a cultura empreendedora no aluno, para que ele possa traçar o seu futuro e buscar oportunidades para si e para a comunidade. O JEPP foi planejado para difundir a cultura empreendedora e orientar os alunos sobre plano de negócios, para estimulá-los a comportamentos empreendedores, incentivando-os à prática do empreendedorismo e do protagonismo juvenil, potencializando-os, assim, como guias de a própria vida, agora e no futuro.

3.9.3 Educação de Qualidade

De acordo com Vieira (2007, p. 65), a expressão Educação Básica:

[...] é relativamente nova, remetendo-nos a algum momento entre a década de oitenta e noventa, quando começaram a ser veiculadas ideias relativas à “educação para todos”, de modo específico a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990.

Nessa mesma ocasião foi elaborado um documento intitulado Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que incluiu entre as suas finalidades “[...] a expansão do enfoque em educação” (VIEIRA, 2000, p. 12). Nesta declaração, a Educação Básica aparece como “[...] a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação” (VIEIRA, 2007, p. 65).

O espaço por excelência da Educação Básica seria a “escola fundamental”, por representar o “[...] principal sistema de promoção da educação básica fora da esfera familiar” (VIEIRA, 2007, p. 65). No entanto, ao ser incorporado pelos formuladores da política educacional no Brasil, o termo Educação Básica foi reinterpretado e não aparece na Constituição de 1988. Tal

expressão aparece somente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, referindo-se ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio e ao atendimento em creche e pré-escola, segundo a Constituição Federal no Artigo 208⁷ (BRASIL, 1988).

Em relação aos níveis e modalidades de educação e de ensino, a LDB determina no artigo 21 que a educação escolar é composta de dois níveis: 1) Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, e; 2) Educação Superior. A Educação Básica é detalhada em quinze artigos da referida Lei (Artigos 22 a 36), distribuídos entre disposições gerais (Artigos 22 a 28) e disposições específicas: Educação Infantil (Artigos 29 a 31), Ensino Fundamental (Artigos 32 a 34) e Ensino Médio (Artigos 35 e 36).

A Educação Básica é uma atribuição obrigatória dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De forma compartilhada, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem ofertar o ensino fundamental, enquanto o ensino médio é uma atribuição específica dos Estados e do Distrito Federal, já a educação infantil é uma obrigação somente dos Municípios. Segundo Vieira (2007, p. 66),

Em tese tal distribuição de responsabilidades parece simples, mas na prática, não é. Isto ocorre em função de vários problemas, a começar pela questão financeira. Como apenas o ensino fundamental possui recursos próprios, assegurados em lei, sua oferta tem se constituído em um terreno de disputa entre Estados e Municípios. Ao mesmo tempo, a educação infantil e o ensino médio, que não têm financiamento assegurado vivem à míngua e sem perspectiva de sustentabilidade.

É importante salientar que muitas das demandas que diz respeito à Educação Básica não dependem de variáveis financeiras. Pensamos, juntamente com Vieira (2007, p. 66), que “[...] são os aspectos relativos à função social da escola que pedem um olhar atento da política e da gestão educacional e escolar”, pois o Brasil não conta com uma escola que assume a demanda por uma educação de qualidade para todos.

O Brasil, como a grande maioria dos países em desenvolvimento, sobretudo os países latino-americanos, enfrenta graves problemas sociais, como o desemprego, a má distribuição de renda, balança comercial deficitária, entre outros.

Existem um drama na educação atualmente, muito setores que estavam fora da escola foram incluídos nas últimas décadas no ambiente escolar, mas poucos foram promovidos à uma

⁷Antes da Carta de 1988, a terminologia empregada para a Educação Básica era “Ensino de 1º e 2º graus”, advindas da reforma de 1971 (VIEIRA, 2007, p. 65).

educação de qualidade. A escola pública, onde estuda a maioria da população brasileira, precisa superar essa situação e estar à altura dos desafios do século XXI. Pensamos, juntamente com Braslavsky (2005, p. 25), que uma educação de qualidade deve ser “[...] ao mesmo tempo ser prática, racional e emocional” e que, por meio dela, as pessoas sejam “[...] capazes de compreender o mundo e criar seus projetos”. Com esse tipo de educação, pensamos que os indivíduos possam ser capazes de aproveitar as oportunidades produzidas pelo cenário mundial e criar a própria realidade, através dos seus projetos de trabalho e de vida.

Braslavsky (2005) menciona diversos fatores que são primordiais para a construção de uma educação de qualidade, entre eles podemos destacar: 1) o foco na relevância pessoal e social; 2) a convicção, a estima e a autoestima dos envolvidos; 3) a força ética e profissional dos mestres e professores; 4) a capacidade de condução de diretores e inspetores; 5) o trabalho em equipe dentro da escola e dos sistemas educacionais; 6) as alianças entre as escolas e os demais agentes educacionais; 7) o currículo em todos os seus níveis; 8) a quantidade, a qualidade e a disponibilidade de materiais educativos; 9) a pluralidade e a qualidade das didáticas; e, 10) as condições materiais e incentivos socioeconômicos e culturais mínimos.

É importante mencionarmos que, assim como Vieira (2007), Braslavsky (2005) também pensa que o desenvolvimento dos fatores primordiais para uma educação de qualidade no Brasil não está condicionado a recursos financeiros, mas, antes de tudo, “[...] à promoção de mudanças necessárias e inadiáveis na própria cultura escolar” (VIEIRA, 2007, p. 66).

Do ponto de vista da função social, uma educação de qualidade deve visar preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e da ética profissional, deve, ainda, educá-lo para “[...] compreender e ter acesso a todas as manifestações da cultura humana” (FONSECA, 2009, p. 154). No entanto, pelo enfoque pragmático, uma educação de qualidade deve prover ao indivíduo uma aprendizagem que o torne capacitado para se inserir na dinâmica do mercado.

Observamos que a ação educativa, em grande parte, sempre deu ênfase a programas e projetos voltados para uma lógica econômica, enfocando um viés utilitarista. Porém, pensamos que um enfoque que serve à excelência empresarial não é suficiente para orientar uma educação de qualidade. Consideramos que a qualidade educacional tenha como foco as diferentes dimensões da vida social, isto é, que mescle preparação para o mercado de trabalho, ciência,

cultura, cidadania e ética. Por todos estes fatores é que defendemos a inserção de uma Educação Empreendedora na Educação Básica.

Sabemos, no entanto, que a escola não pode alcançar este objetivo sozinha, em seu isolamento, por isso, a sociedade espera que o Estado faça a sua parte,

Primeiro, atuando como poder mediador, capaz de catalisar as demandas emanadas do campo científico e econômico, da comunidade educacional e das famílias e de conduzi-las ao encontro de um projeto educacional que contemple todas as dimensões do conhecimento humano. Segundo, exercendo sua capacidade equalizadora, no sentido de prover condições para a superação das dificuldades que afligem os entes administrativos locais (orçamentárias, gestonários, pedagógicas e culturais) (FONSECA, 2009, p. 173).

Assim, é esperado do Estado que ele cumpra a sua função mais fidedigna, que é a “[...] de preparar os profissionais da escola para que possam agir como sujeitos centrais no processo de construção de um projeto de educacional de qualidade” (FONSECA, 2009, p. 173).

3.9.4 Equidade Socioeconômica

Alguns países da América Latina promoveram reformas em seus sistemas educacionais com o objetivo de deixá-los mais eficientes e equitativos, visando preparar os indivíduos para uma nova cidadania e para que eles sejam capazes de enfrentar as mudanças que estão ocorrendo no processo produtivo e os novos desdobramentos políticos, sociais e éticos (MELLO, 1991).

É importante acrescentar que as estratégias para a transformação produtiva e para a inserção competitiva no mercado de trabalho não sejam dissociadas das táticas destinadas à promoção da equidade. A educação, quando promulgada para o alcance de uma maior equidade, expressa uma relação mais sincera entre desenvolvimento e democracia. De tal forma, a qualidade de vida passa a ser associada ao crescimento econômico e vê-se a consolidação dos valores da democracia.

Nesse sentido, as necessidades do processo produtivo remetem para a escola a responsabilidade de assegurar “[...] um sólido domínio dos códigos instrumentais da linguagem e da matemática, e de conteúdos científicos” (MELLO, 1991, p. 10). Nesse sentido, este autor critica a criação de currículos que possuem uma grande diversidade de conteúdo, mas que são pouco aprofundados e discutidos.

Uma educação de qualidade deve propiciar, muito mais que o domínio de informações específicas, a constituição de habilidades cognitivas, como: compreensão, pensamento analítico e abstrato, flexibilidade de raciocínio para entender situações novas e solucionar problemas. Ademais, uma boa educação deve incitar o indivíduo à formação de competências sociais, como: iniciativa, liderança, capacidade de tomar decisões, habilidade de comunicação, autonomia no trabalho, ou seja, qualidades que julgamos que a Educação Empreendedora possa fornecer.

Espera-se que a escola, juntamente com o Estado e a constituição de Políticas Públicas educacionais, contribua para a formação dessa cidadania, que vai além da reivindicação por uma igualdade formal. Segundo Mello (1991, p. 11), a aquisição de conhecimentos, a compreensão de ideias e valores, a formação de hábitos de convivência num mundo plural e cambiante são entendidas “[...] como condição para que essas formas de exercício de cidadania não produzam novas segmentações, mas contribuam para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada”.

Nos países de Terceiro Mundo como em países desenvolvidos já está superada a ideia de o crescimento econômico conduz automaticamente à superação das desigualdades sociais. Por isso, também, devemos repensar o papel da educação como componente que pode dinamizar outros processos sociais importantes para alcançar uma maior equidade social e econômica.⁸

Desejamos um atendimento escolar com um padrão socialmente justo de qualidade para todos. É preciso preparar a sociedade para incorporar e conviver com os avanços tecnológicos e as mudanças sociais e econômicas mundiais, diminuir a exclusão de amplos setores do mercado de trabalho e de consumo.

Ao fazermos um exame mais rigoroso da situação da Educação Básica no Brasil, percebemos que o acesso ao ensino está praticamente universalizado. As crianças têm acesso à escola, no entanto, o problema é que permanecem, geralmente, por um período suficiente para que terminem apenas a primeira etapa da Educação Básica, ou seja, o Ensino Fundamental. Muitas delas não permanecem até o final do curso, abandonando a escola por causa de suas condições materiais.

⁸ Diante das novas mudanças tecnológicas presentes no século XXI, ninguém mais escapa dos impactos dos avanços tecnológicos. Nesse novo cenário que se delineia é necessário que a sociedade como um todo, e não apenas um pequeno grupo privilegiado, tenha acesso aos bens e serviços e que ela seja preparada para congregiar de maneira adequada os instrumentos tecnológicos (MELLO, 1991, p. 12).

Apesar disso, atualmente a desigualdade não se dá mais entre aqueles que tem acesso à escola e aqueles totalmente excluídos do sistema. A desigualdade de encontra, hoje, entre uma minoria – com condição social e de moradia – que tem acesso a um atendimento escolar público ou privado de qualidade maior, e a grande maioria que acesso simplesmente a uma vaga e nela permanece por diversos anos. Estes últimos saem com o curso concluído ou abandonam a escola com uma formação deficitária. Do ponto de vista cognitivo, de habilidade sociais, de domínio de conhecimentos, de compreensão de valores e ideias, a formação deles está longe de propiciar o exercício da cidadania e da autonomia social e financeira.

A organização da escola pauta-se no processo de ensino e aprendizagem, porém, funções de outra natureza podem ser assumidas pela instituição, por imposição de contingências históricas e sociais. As necessidades elementares de aprendizagem induzem à valorização das disciplinas instrumentais e básicas. Essas disciplinas dizem respeito aos códigos instrumentais da leitura, escrita e cálculo matemático e aos conteúdos básicos de ciências e humanidades. Também é necessário conhecimento de aspectos básicos e tradicionais da administração de uma empresa, que envolvem os 4 pês – produto, preço, promoção (marketing) e praça (ponto de venda). Entretanto, conteúdos mais específicos e diversos – como educação do consumidor, educação ambiental, prevenção às drogas, educação sexual, Educação Empreendedora, entre outros –, podem e devem ser integrados aos conteúdos básicos.

Ao defendermos a inserção da Educação Empreendedora na Educação Básica possuímos a intenção de incentivarmos o progresso dos empreendedores individuais e das empresas de pequeno porte no cenário estadual, sobretudo por conta da importância econômico-social destes no panorama nacional.

A geração de emprego e renda para a população está condicionado ao desenvolvimento econômico do país, por essa razão defendemos, juntamente com Gomes (2005), que o desenvolvimento do empreendedorismo nos países em desenvolvimento, como o Brasil, pode ser de grande valia para a criação de novos postos de trabalho.

Por isso, se ressalta a relevância dos empreendimentos individuais e das empresas de pequeno e médio porte para o país, pois o empreendedorismo é significativo para o desenvolvimento de uma nação e os pequenos e médios empreendimentos levam ao desenvolvimento local. O empreendedor funciona como “[...] um motor do sistema econômico, como detentores de oportunidades de negócios e criadores de empreendimentos” (GOMES, 2005, p. 8).

Tal indivíduo, educado dentro de uma pedagogia empreendedora, possui maior possibilidade de prosperar financeiramente nos negócios, mas, também, incorporar o empreendedorismo em sua vida social e cultural, contribuindo, assim, para a sua autonomia (DOLABELA, 2003), como já discorremos nos capítulos anteriores. Em seu projeto de vida, o indivíduo pode participar da construção do desenvolvimento social e local, por meio de habilidades e competências adquiridas no decorrer dos estudos.

Nesse contexto, o desenvolvimento local pode ser uma opção para a superação dos problemas sociais e econômicos. Pensamos que uma educação de qualidade, que vise a inserção de uma Educação Empreendedora desde o ensino básico, e que prepare o indivíduo para gerir o seu próprio negócio, possa contribuir para o desenvolvimento regional.⁹

3.9.5 Micro e Pequenas Empresas: Desenvolvimento Local e Educação Empreendedora

Até a década de 1970, o Estado e as grandes empresas eram considerados os únicos suportes econômicos importantes para a sociedade brasileira. Ao adentrarmos os anos de 1980, alguns fatores, como o endividamento constante dos governos, a mundialização e o aumento da concorrência dos mercados, a intensa utilização de tecnologia nos processos produtivos, entre outros, transformaram o panorama da economia brasileira, esboçando uma nova organização econômica.

Nessa nova economia, as grandes empresas passaram a produzir mais com menos funcionários e os governos intencionaram diminuir seus déficits por meio do redimensionamento de seus quadros de pessoal. Doravante, as principais criadoras de empregos passaram a ser as MPEs, que estão disseminadas por todo o país, não se restringindo somente ao mercado local.

⁹ Gomes (2005, p. 12) afirma que “a escolha de um processo de implementação de um modelo de desenvolvimento local dependerá das características encontradas na microrregião, das determinadas necessidades endógenas dos ambientes em estudo de acordo com o grau de interação das redes internas e, ainda, da capacidade de reação do tecido econômico e institucional para as novas condições ambientais. Assim, devem-se concentrar esforços na criação de uma base de conhecimento para os atores envolvidos no processo de promoção do desenvolvimento para que dessa forma se possa chegar a uma linguagem comum, desenvolver as redes relacionais essenciais e, ainda, promover a efetiva colaboração estratégica e operativa que poderá proporcionar fortes efeitos sinérgicos. Aí mora um dos grandes desafios impostos às comunidades periféricas e interioranas desse imenso país chamado Brasil”.

A Grã-Bretanha foi uma das primeiras a compreender a relevância das micro e pequenas empresas no desenvolvimento econômico do país. Além da contribuição econômica – relacionada à constituição do PIB, as MPEs possuem também uma importância social – são responsáveis pela geração de boa parte dos empregos no país – e política – o indivíduo, ao tomar consciência da sua importância como categoria socioeconômica, transforma-se em sujeito político. Em nossa realidade é fácil perceber a importância das micro e pequenas empresas

Uma característica essencial das MPEs é a figura de um fundador ou de fundadores. Costumeiramente, elas nascem como pequenos empreendimentos sob o comando de um ou de poucos indivíduos imbuídos de um desafio pessoal e profissional. Há, portanto, um forte componente de individualidade. Muitas dessas empresas possuem um caráter familiar, as quais contam com um chefe-família empresário, que administra o negócio sob o ponto de vista da família, ou seja, levando-se em consideração a perspectiva de condução da empresa de todos os outros familiares. De tal modo, as MPEs, conjuntamente com seus fundadores e/ou empreendedores, surgem como geradoras de emprego e renda, e, também, para preencher as lacunas não atendidas pelas grandes empresas (GOMES, 2005, p. 13).

Seja nas empresas familiares, nas empresas individuais ou naquelas com poucos sócios, a característica que se sobressai é o empreendedorismo e a inovação. A inovação surge, geralmente, de uma busca por oportunidade, na criação de oportunidades ou da transformação de situações, que podem gerar, num primeiro momento, sucesso (GOMES, 2005, p. 10).

Entretanto, o sucesso gerado logo que se inicia uma empresa pode ser uma problemática, pois revela um grande problema do mundo das MPEs:

A falta de reconhecimento de que a gestão é algo que passa por uma construção que a partir do momento em que se cria uma empresa abre-se o espaço para a reflexão sobre a gestão, incluindo a busca de capacitação para se compreender a problemática de um dado setor empresarial em que se opera (GOMES, 2005, p. 10).

Nesse contexto, a falta de reconhecimento sobre a importância da gestão das MPEs e de capacitação pode levar tais empreendimentos à falência em menos de cinco anos.

É nítida a importância das MPEs e de seus fundadores para a economia e a sociedade brasileira, no entanto, muito ainda há de ser feito para fomentar o seu desenvolvimento. Entre as ações que devem ser desenvolvidas, Gomes (2005, p. 13), lista as seguintes:

propagar o ensino de empreendedorismo para todos os níveis educacionais; estimular a pesquisa na área de empreendedorismo; sensibilizar os sistemas de suporte e as forças sociais, políticas e econômicas para a necessidade de apoio a empresas emergentes; implantar Políticas Públicas e legislação de apoio; estimular o empreendedor científico; estimular a criação de incubadoras e parques tecnológicos e científicos; preparar as empresas existentes para a formulação estruturada de suas demandas aos centros de alta tecnologia; preparar a inserção da pequena empresa no mercado mundial; formar um sistema brasileiro de capital de risco.

Neste nosso trabalho destacamos, sobretudo o primeiro ponto mencionado por Gomes, isto é, a propagação do ensino do empreendedorismo para todos os níveis educacionais. Ademais, “[...] qualquer ação que vise o desenvolvimento do empreendedorismo deve considerar a implantação de Políticas Públicas de incentivo a áreas como educação, ciência e tecnologia” (GOMES, 2005). Consideramos que o ensino do empreendedorismo deva ser iniciado na Educação Básica e se estender até o ensino superior, ou seja, que ele se desdobre por todos os níveis educacionais. Defendemos, igualmente, o desenvolvimento de Políticas Públicas na área educacional que vise uma Educação Empreendedora, fazendo jus à afirmação de Gomes, acima mencionada.

Além de Políticas Públicas educacionais que visem o ensino do empreendedorismo desde a Educação Básica, consideramos que os municípios e os Estados devem possuir uma política de fomento ao empreendedorismo, pois a atividade empreendedora gera empregos, crescimento econômico, diminuição das desigualdades sociais e inovação, sobretudo em âmbito local, e as MPEs constituem, em seu conjunto, a maior fonte de empregos no Brasil e, também, no mundo.

As Políticas Públicas de apoio às MPEs, por se justificarem pela criação de empregos e melhoria do nível de vida dos empreendedores, são consideradas políticas essencialmente sociais. Por isso, mais uma vez, destacamos a promoção da educação e cultura empreendedoras e o desenvolvimento de programas educacionais em todos os níveis de educação do básico ao superior, desejando que eles promovam a motivação e a capacidade de empreender. O empreendedorismo pode levar a um ciclo virtuoso, e ele tem como base a educação. A Educação Empreendedora promove uma sociedade que acolhe o indivíduo empreendedor, incentiva a próxima geração de empreendedores e fornece os instrumentos de capacitação para que haja um maior número de indivíduos empreendedores.

No longo prazo, as Políticas Públicas educacionais de estímulo ao empreendedorismo provocam o desenvolvimento econômico da região, dessa maneira, tudo que o que foi feito para colaborar no cotidiano do sujeito empreendedor ajudará a promover um bom ambiente de

negócios que, por sua vez, irá gerar impactos positivos de desenvolvimento e impactos sociais, ou seja, emprego e renda.

No entanto, isso não é suficiente para que o desenvolvimento econômico local seja promovido. É necessário que haja políticas de estímulo como a promoção de cultura e Educação Empreendedora e que estas levem à inclusão do empreendedorismo na Educação Básica. O sucesso dos programas de Educação Empreendedora, de acordo com o Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios (CENN), (2012), requer: desenvolvimento de currículo, recursos e métodos de ensino; treinamento e desenvolvimento de professores; apoio da administração das escolas; alocação de recursos financeiros; estabelecimento de parcerias com as empresas e comunidade local; oportunidades para estudantes experimentarem seus projetos, incluindo concursos regionais e nacionais de planos de negócios; fomento ao empreendedorismo de grupos específicos.¹⁰

Apresentamos como exemplo de Educação Empreendedora o caso da cidade de São José dos Campos, em São Paulo, exposto na obra desenvolvida pelo CEAPG e CENN e intitulada “Desenvolvimento de Políticas Públicas de fomento ao empreendedorismo em Estado e municípios” (2012).

A obra narra a história de São José dos Campos, no Vale do Paraíba (São Paulo), município com economia voltada à e famosa pelo tratamento oferecido a tuberculosos carentes, sem recursos para ir a Campos do Jordão, onde ficava a excelência em ternos de saúde dos pulmões. A cidade começou a mudar a partir da segunda metade do século XX, com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra e a instalação do Instituto Tecnológico Aeronáutico (ITA) e do Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Grandes empresas instalaram-se ali, como GM, Johnson & Johnson, Kodak, além da criação do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe), em 1961, e Refinaria Henrique Lage (Revap) da Petrobras, em 1974. Em 1990, uma crise na Embraer provocou a demissão de 3.994 funcionários, com prejuízos à economia local.

¹⁰ O CEAPG/CENN recomenda “que sejam desenvolvidos programas específicos que fomentem o empreendedorismo para grupos sociais como mulheres, negros, deficientes físicos etc. Estes programas de estímulo tendem, normalmente, a incluir também medidas regulatórias que possibilitam maior abatimento de imposto de renda ou acesso privilegiado a crédito” (2012, p. 17).

A reação focou em três pilares: introdução de empreendedorismo no ensino fundamental; criação da Sala do Empreendedor para agilizar a abertura de novas empresas; e apoio (financeiro e operacional) a incubadoras:

O desenvolvimento da cultura empreendedora em São José dos Campos através da introdução de empreendedorismo no ensino fundamental teve início em 1999, quando a disciplina de empreendedorismo foi implementada nas sétimas e oitavas séries (hoje oitavos e nonos anos) do ensino fundamental. No começo, não havia metodologia nem benchmark internacional.

Buscou-se então a qualificação de professores com a chamada Pedagogia Empreendedora e, em 2004, o Centro de Educação Empreendedora (Cedemp) com a missão de sistematizar, coordenar e implementar todas as atividades empreendedoras das escolas. Hoje, 36 mil alunos aderem anualmente aos programas do Cedemp desde o 1º ano do ensino fundamental:

A ideia é que a criança deve aprender a sonhar, mas também como realizar o sonho. Os jovens do oitavo e nono anos devem cursar obrigatoriamente a disciplina Profissional do Futuro (empreendedorismo), na qual deve ser desenvolvido um plano de negócio em grupos de 10 alunos. São 25 professores treinados pelo Cedemp para ministrar a disciplina. O ponto alto é a Feira do Jovem Empreendedor Joseense, onde os grupos apresentam os seus trabalhos.

Mesmo sem se valer de referências internacionais, a cidade realizou importante trabalho em termos de Educação Empreendedor.

São exemplos como este da cidade de São José dos Campos, mencionado anteriormente, que desejamos ver ser implementado em diversos municípios do Espírito Santo. Sabemos que incentivar atividades empreendedoras não é uma tarefa simples e pensar em Políticas Públicas para agir nesse ambiente complexo é um desafio.

Muitas vezes acredita-se que facilitar o processo de abertura de empresas já se mostra suficiente, mas os gestores se esquecem que pode ser levado a fechar a sua empresa porque não conseguiu fazê-la prosperar. Muito mais importante do que leis que incentivem e facilitem a abertura de empreendimentos de micro e pequeno porte é a consciência de que tal negócio deve funcionar e produzir valor, isto é, perdurar e prosperar.

Este é um dos motivos pelos quais defendemos que a Educação Empreendedora deve se iniciar no ensino básico, ou seja, para que indivíduo tenha consciência que ao abrir uma empresa – facilitada por Políticas Públicas que incentivam a abertura delas – ele possa fazê-la prosperar.

Ademais, argumentamos a defesa de Políticas Públicas que visem a inserção de uma pedagogia empreendedora na Educação Básica, uma vez que a educação atual, diante de alunos tão diversificados, induz o processo educativo para um mundo de novas habilidades, conhecimentos e atitudes capazes de dar suporte para que os discentes desenvolvam seus potenciais, independente da condição social e área de estudo, nesse viés:

A Educação Empreendedora abre um conjunto de opções, oportunidades e possibilidades de aprendizado ao aluno que vai além dos conceitos puramente técnicos, proporcionando a eles um caminho novo, pautado em descobertas em direção ao desenvolvimento e ao crescimento profissional afim de provocar uma mudança de comportamento (LOPES; TORKOMIAN, 2014, p. 01).

Com a finalidade de incentivar a Educação Empreendedora em escolas de Educação Básica o SEBRAE criou o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), que tem a intenção de disseminar a cultura empreendedora, que pensamos ser fundamental para a criação de oportunidades, de geração de renda, competitividade e desenvolvimento local. Afirmamos que é importante estimular a cultura empreendedora no aluno para que ele seja capaz de criar oportunidades para si e para outros.

3.10 CENTRO INTEGRADO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (CIAMPE)

A Lei nº 3.530, de 12 de janeiro de 2010, previu a criação do Centro Integrado de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Ciampe). No Estado do Espírito Santo, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal de Serra implantou o Ciampe. A autora desta dissertação participou dessa implantação. Cabe lembrar que a Lei nº 3.530 definiu as atribuições do Ciampe, cujo objetivo é “orientar os empreendedores e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no Município de Serra”.

Atualmente, com base na Lei que criou o Ciampe da cidade de Serra, disponibiliza ao cidadão o Espaço do Empreendedor – CIAMPE, onde “é possível abrir ou regularizar uma empresa sem burocracia. O Centro Integrado de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Ciampe) tem como objetivo facilitar a vida do empreendedor, que pode abrir seu negócio sem precisar ir a vários órgãos públicos” (PREFEITURA DE SERRA, 2017).

O Ciampe trabalha de forma multidisciplinar com a Vigilância Sanitária, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Finanças: “Com atendimento ágil e personalizado, o Centro oferece orientação aos empreendedores para as capacitações oferecidas pela própria Prefeitura e informações sobre as linhas de créditos disponíveis por meio do programa Nosso Crédito” e um contador social a disposição para orientar e acompanhar aqueles empreendedores que apresenta um certo grau de dificuldade para fazer declaração anual e emitir nota fiscal e ter acesso ao SIMPLES NACIONAL, pago mensalmente no mesmo boleto todos os impostos necessários. (PREFEITURA DE SERRA, 2017).

.

.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Um dos resultados obtidos foi que o desenvolvimento das atividades é sempre considerado de cunho empreendedor, como ser dono de um empreendimento empresarial. Um dos objetivos mais evidenciados para a criação da disciplina de empreendedorismo foi possibilitar aos alunos não serem apenas empregados, mas poderem criar o próprio negócio e, simultaneamente, postos de trabalho.

Após a leitura das idéias dos pensadores sobre o tema bem como as teses e dissertações concluímos que a disciplina deve ser reformulada com o espírito de formação de pessoas com habilidades empreendedoras, levando-se em conta as necessidades epistemológicas, metodológicas éticas e as competências demandadas para o processo de ensino aprendizagem relacionado ao ensino empreendedor.

Também foi imprescindível analisar alguns artigos relacionados a este tema, os quais podem ser vistos no Quadro 5.

Quadro 5 – Principais artigos que embasaram o estudo

Autor/ano	Título	Instituição	Natureza
Sandra Regina do Amaral (2013)	Empreendedores: o que a escola tem com isso?	Doutora em Ciência da Educação: Pref. de Vila Velha/ES	Artigo
Isaac Pinto da Silva <i>et al.</i> (2013)	Educação Empreendedora na Proposta Curricular	Faculdade Brasileira/FABRA Serra/ES	Artigo
Regiane Paulo Borges Dora Maria de Oliveira (2014)	Sobrevivência e mortalidade das Micro e Pequenas Empresas: estudo dos fatores determinantes e condicionantes	Universidade Federal de Goiás/GO	Artigo
Albane Barroso de Aquino e outros (2012)	Políticas Públicas para empreendedores individuais: estudo de caso em S. do Bomfim	Senhor do Bonfim/Bahia	Artigo
Paula dos Santos Giorgino)	Empreendedorismo e Educação: Estudo dos Pilares Educacionais	FATEC/Guaratinguetá/SP	Artigo
Silvana Aparecida de Souza	A introdução do Empreendedorismo na Educação Brasileira	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Artigo
Daniela Torres e Fernando A. Prado	Avaliação de uma Política Pública de incentivo de empreendimentos no Paraná	Apresentado do Painel do II Congresso Consad de Gestão	Artigo
Candido Borges Jr. e outros	Política Pública de Apoio ao Empreendedorismo	VI encontro de Estudos em Estratégia/ Bairro Gonçalves /RS	Artigo

Fonte: Elaboração própria

Todos estes artigos foram publicados em revistas científicas nacionais, congressos e encontros acerca da Educação Empreendedora. São artigos bibliográficos e descritivos que tratam das

mudanças inseridas no sistema de ensino Brasileiro acerca da inclusão da disciplina do empreendedorismo nos currículos do ensino Fundamental e Médio.

As informações contidas em cada artigo serviram de suporte para a compreensão geral acerca das demandas relacionadas a Educação Empreendedora, como por exemplo, no artigo da autoria de Sandra Regina do Amaral (2013) consta que 91% dos alunos entrevistados acham que o ensino do empreendedorismo pode ajudar a tornar seus sonhos e suas ideias em realidade, os alunos consideram que a disciplina do empreendedorismo ajuda a construir e ampliar suas habilidades empreendedoras.

O empreendedorismo apresenta-se no mundo todo como solução para o desemprego e forma de dar vazão ao desejo de ser dono do próprio negócio. Segundo Barreto (1998), Dolabela (2006) e Dornelas (2008), empreendedorismo é a habilidade de imaginar e criar algo partindo de quase nada, numa revolução silenciosa que produz o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades.

Somam-se a esses autores nomes como Chiavenato (2003), Drucker (1987), Souza (2012) e Lezana; Toneli (1998), que propõem que o empreendedorismo abrange a criação de novas ideias, teorias, assimila tendências de mercado para ampliar oportunidades de negócios, absorvendo transformações impostas pela globalização, promovendo o crescimento e a produtividade e gerando novas tecnologias.

Mas o empreendedorismo não constitui uma panaceia que cura todos os males. Alguns autores veem o forte incentivo à iniciativa empreendedora como forma de desonerar as empresas, terceirizando serviços e passando o peso dos impostos para as PMEs. Fusioka e Platt (2014) põem em xeque as ações governamentais na formação empreendedora, questionando se realmente atendem às necessidades dos empreendedores a fim de gerar empregos, renda, qualificação, como apontam os dados oficiais, ou se apenas se subordinam à demanda do capital internacional, criando uma terceirização que traz redução de custos trabalhistas ao passo que assume os riscos da produção, customizando serviços, flexibilizando, temporários, oferecendo um trabalho precário e instável.

Segundo Lima-Filho, Sproesser e Martins (2009), no Brasil, dentre as instituições que se ocupam da questão do empreendedorismo, está o Sebrae e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), além de muitas Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam cursos na área, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade de São Paulo (USP).

Dentre as características do sujeito empreendedor está o poder de inovação que gera novos produtos, serviços e tecnologias, alterando a lógica do mercado, sendo fator de desencadeamento de processos de crescimento e desenvolvimento econômico, segundo Dolabela (1999).

A revisão da literatura apresentada nesta pesquisa, que buscou o estado da arte sobre o tema do empreendedorismo na relação com o ensino na Educação Básica, permite observar que tanto o empresário individual como as micro e pequenas empresas (MPEs) são responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no país, o que indica que estas organizações devem ser vistas como entidades capazes de gerar renda e expandir a economia nacional e, portanto, devem ser vistas pelas Políticas Públicas como meios capazes de ampliar as forças econômicas do país e gerar renda, modificando o cenário degradante que é consequência da crise econômica existente no país nos últimos anos.

Neste momento, entra a importância das Políticas Públicas, uma espécie de desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado, um conjunto de atos oficiais responsáveis por efeitos específicos sobre determinada área, segundo Souza (2006). Buscando soluções para a pobreza e as desigualdades sociais, o governo brasileiro sob pressão editou a Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas, a fim de estimular o desenvolvimento econômico por meio de ações concretas de incentivo e estímulo às MPEs (SEBRAE, 2012). A lei fez aumentar o número de abertura de negócios de pequeno e médio porte Brasil afora, muitos dos quais já atuavam na informalidade.

Cabe destacar a decisão de criar a figura do Microempreendedor Individual (MEI), estabelecida pela LC nº128/2008, o empresário sem sócio optante pelo Simples Nacional, política que recebeu apoio da Receita Federal, Ministério da Previdência, Ministério do Desenvolvimento, Juntas Comerciais e sistema do associativismo.

Entre as Políticas Públicas de apoio ao empreendedorismo cabe destacar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); o Sistema Nacional de Emprego (Sine), a Lei da Aprendizagem, que beneficia adolescentes no início de carreiras; a categoria de Microempreendedor Individual (PORTAL BRASIL, 2014, S/P).

Em 2015, louva-se a iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com o lançamento da terceira edição do InovAtiva Brasil, programa de capacitação, mentoria e conexão para startups do País (PORTAL BRASIL, 2015, s/p).

Nunca é demais conhecer ideias contrárias. Horochovski e Meirelles (2007 apud FUSIOKA; PLATT, 2014) desconfiam que o discurso que valoriza o empreendedorismo como gerador de empregos vem sendo utilizado por stakeholders muitas vezes situados em posições político-ideológicas opostas, como forma de dissimular o individualismo antiestatal e o imperialismo empresarial fundados na defesa de valores como empreendedorismo e capitalismo internacional de livre mercado. As Políticas Públicas oficiais propõem um tipo de empreendedorismo que responsabiliza tão somente o trabalhador individualmente pelo próprio desemprego ou fracasso empresarial.

Para responder à pergunta-guia da pesquisa – quais medidas podem ser adotadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social com foco no Empreendedorismo com o objetivo de fundamentar a Educação Empreendedora como proposta de política pública que visa ao desenvolvimento e formação de futuros empreendedores, tendo como base o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) no Estado do Espírito Santo? –, a partir da fundamentação teórica e do levantamento de dados e análise dos documentos citados acima, a seguir, discorre-se sobre as opções à disposição das autoridades brasileiras.

Para elevar o sucesso dos empreendimentos, é preciso ampliar as oportunidades que desenvolvam competências e habilidades de liderança do empreendedor no sentido de aprimorar o gerenciamento empresarial e promover mudanças eficientes e eficazes nas organizações, estabelecendo metas a ser atingidas pelos colaboradores. A capacitação do empreendedor é elemento fundamental para o sucesso das MPEs; segundo o SEBRAE (2015), quanto maior o grau de instrução, maiores as habilidades de reconhecer as oportunidades de negócio.

Assim, o Estado deve-se estimular a geração de renda a partir do desenvolvimento de programas voltados para o empreendedorismo no sentido de fazer com que os empreendedores tenham um subsídio nesta geração de renda, a exemplo da diminuição das taxas de juros, o que pode fazer com que os empreendedores mantenham as suas empresas e

invistam em projetos que possam ampliar as suas atividades, gerando assim novos empregos e propiciando avanços na economia local e nacional.

Para Teixeira (2012), o uso de softwares estatísticos se torna indispensável na gestão de empresas. Dornelas (2014) considera indispensável a necessidade de a inovação nas PMEs para que atinjam a longevidade.

Além de conhecimento de aspectos básicos e tradicionais da administração de uma empresa, que envolvem os 4 pês –produto, preço, promoção (marketing) e praça (ponto de venda) –, as PMEs precisam superar a concorrência investindo em táticas que propiciem a atração e fidelização do público-alvo, assim como devem manter bom relacionamento com seu público no que diz respeito a presteza no atendimento (VAVRA, 1993).

Kotler (1998) previu a necessidade de reconhecer o comportamento do consumidor. Chiavenato (2003) corrobora essa visão destacando o planejamento como ferramenta fundamental para as PMEs, que devem ter como base a observância das rápidas transformações do mundo atual e as renovadas demandas da sociedade.

Uma das dimensões básicas deste estudo, a Educação Empreendedora constitui a forma mais utilizada para promover mudança cultural, formando cidadãos mais ativos e eficientes na sociedade, promovendo mudanças e desenvolvendo habilidades para os desafios do mercado de trabalho. Assim, torna-se evidente a necessidade da qualificação para o empreendedorismo, daí o poder e urgência de a Educação Empreendedora oportunizar e transformar as instituições de ensino por meio de professores empreendedores. De acordo com Tedesco (2001), o caminho da Educação Empreendedora passa por uma pedagogia diferenciada, com destaque para o trabalho em equipe, na capacidade de escutar e na solidariedade ativa entre os membros do grupo.

Segundo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2016) do MEC, inserir o empreendedorismo na Educação Básica significa romper com os paradigmas na tradição didática.

Para termo de comparação, a Educação Empreendedora na União Europeia, além do desenvolvimento da economia e criação de empregos, acredita nos efeitos que as atividades empresariais podem ter sobre os estudantes bem como na relevância percebida sobre o tema,

no envolvimento e na motivação dos funcionários e na vida profissional, segundo Lackéus (2015).

Lackéus (2015) acredita que o ensino do empreendedorismo na Educação Básica ou não tem a capacidade de desencadear rica aprendizagem e inculcar compromisso, alegria, motivação, confiança e sentimentos de relevância entre os alunos, com consequentes efeitos como criação de emprego, sucesso econômico, renovação e inovação para indivíduos, organizações e sociedade em geral.

O relatório Eurydice da Comissão Europeia (CE, 2016) observa que o material didático é a forma mais comum de apoio utilizado nas escolas dos países da União Europeia (EU), por meio de financiamento ou desenvolvimento de materiais didáticos. A conexão via internet entre professores é também útil no desenvolvimento de uma compreensão e compartilhamento de melhores práticas. No entanto, o estudo observa que essa ferramenta poderia ser mais bem explorada, pois as redes de professores só existem na Dinamarca, Estônia, Espanha e França. Em alguns países/regiões da UE, setores privados e sem fins lucrativos já estão envolvidos no desenvolvimento de materiais didáticos e centros de recursos on-line para professores (CE, 2016). O relatório detectou que é preciso avançar mais em duas áreas: resultados/avaliação de aprendizagem e formação de professores.

Segundo dados da Comissão Europeia (2015), na Educação Básica, cerca de metade dos países da União Europeia tem no currículo a orientação para abordar a educação para o empreendedorismo. Em 14 sistemas educativos na União Europeia, a educação para o empreendedorismo está integrada a disciplinas obrigatórias. Em quatro países – Espanha, Eslovênia, Finlândia e Noruega –, os objetivos interdisciplinares são obrigatórios.

Observe-se que, na Espanha, a nova Lei da Educação estabelece obrigatoriedade da educação para o empreendedorismo. Já na Eslovênia, a Lei da Escola Básica de 2007 introduziu o objetivo de “[...] desenvolvimento de atitudes empresariais em eficácia, inovação e criatividade” nos currículos do ensino primário e secundário (COMISSÃO EUROPEIA, 2015, p. 61).

Na Finlândia, o empreendedorismo está ligado à noção de cidadania e constitui um dos sete temas interdisciplinares no ensino básico e um dos seis temas do ensino secundário. Ministram-se todos os temas relacionados ao empreendedorismo, considerado prioridade no

domínio da educação e da formação. Há universidades que elaboram estratégias de empreendedorismo próprias, como no ensino politécnico (Engenharias), cujo objetivo era que, em 2010, um em cada sete graduados politécnicos teria iniciado uma carreira própria nos negócios dentro de dez anos após a graduação.

No Brasil já se tentou tornar o Empreendedorismo disciplina obrigatória no currículo do Ensino Básico, da educação profissional e da educação superior (BRASIL, 2010).

O autor e consultor de Empreendedorismo Fernando Dolabela propôs projetos de fomento do empreendedorismo em escolas, dentre eles a Pedagogia Empreendedora, metodologia de ensino de empreendedorismo para a Educação Básica, que foi testada em um plano piloto no ano de 2002 nas cidades mineiras de Japonvar e Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Outros municípios implantaram a Pedagogia Empreendedora na rede pública municipal e algumas da rede estadual, como, por exemplo, em Santa Rita do Sapucaí (MG), Guarapuava (PR), Três Passos (RS), São José dos Campos (SP), Jacarezinho (PR), com o apoio do SEBRAE (SOUZA, 2012).

Finalmente, o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), criado pelo SEBRAE-SP em 2002 e visando à aplicação na Educação Básica, foi disponibilizado para uso do projeto em todos os Estados do Brasil, buscando promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo. Atuando em 25 Estados, em 2014 alcançou cerca de 600 mil estudantes.

No Estado no Espírito Santo, o JEPP atua em 24 municípios capixabas e em 10 escolas particulares, totalizando 192 escolas e 35 mil estudantes, constituindo um caso de sucesso.

A pedagogia inovadora por meio de atividades lúdicas permite aos alunos assumir riscos calculados, tomar decisões e desenvolver um olhar observador de modo a identificar, ao redor, oportunidades de inovação. Em todos os encontros há interdisciplinaridade entre o tema, os eixos norteadores e as disciplinas, assim, o conteúdo do JEPP complementa o conteúdo que o professor já trabalha em sala de aula.

Segundo informações do Sebrae (2016), o JEPP foca na autonomia do aluno para aprender e desenvolver atributos e atitudes imprescindíveis para a gestão da vida pessoal, profissional e social, com linguagem adequada a cada idade, criando vínculo de identidade entre o que

acontece com os personagens protagonistas do projeto e o que acontece no decorrer da história de vida do aluno.

O Sebrae informa que a parceria dos municípios com o JEPP fomenta o desenvolvimento local, possibilitando a articulação de um pensamento empreendedor desde os primeiros anos de vida dos alunos e valorizando a importância da criação de empresas bem-sucedidas na cidade, gerando emprego e renda.

A leitura das teses e dissertações permitiu observar que a disciplina deve ser reformulada com o espírito de formação de pessoas com habilidades empreendedoras, levando-se em conta as necessidades epistemológicas, metodológicas éticas e as competências demandadas para o processo de ensino-aprendizagem relacionado ao ensino empreendedor.

Os artigos analisados, publicados em revistas científicas nacionais, congressos e encontros acerca da Educação Empreendedora, tratam das mudanças inseridas no sistema de ensino brasileiro acerca da inclusão da disciplina do empreendedorismo nos currículos do ensino Fundamental e Médio.

O melhor exemplo é do artigo da autoria de Sandra Regina do Amaral (2013), que verificou que 91% dos alunos entrevistados acham que o ensino do empreendedorismo pode ajudar a tornar sonhos e ideias em realidade. Os alunos consideram que a disciplina do empreendedorismo ajuda a construir e ampliar as habilidades empreendedoras.

Dessa forma, verifica-se que a resposta à pergunta que norteia este estudo – Quais medidas podem ser adotadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social com foco no Empreendedorismo com o objetivo de fundamentar a Educação Empreendedora como proposta de política pública que visa ao desenvolvimento e formação de futuros empreendedores, tendo como base o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) no Estado do Espírito Santo? – foi adequadamente respondida a partir do aprofundamento da pesquisa com base na fundamentação teórica, análise de documentos e legislação e dos projetos do Sebrae, como o JEPP, que permitiram investigar os três eixos que sustentam o estudo: Empreendedorismo; Políticas Públicas e Pequenas e Médias Empresas (PMEs); e Educação Empreendedora, com foco no Projeto JEPP.

Foi assim possível ter uma visão nacional abrangente a partir das Políticas Públicas e iniciativas como o projeto JEPP do Sebrae. A análise da Educação Empreendedora na União Europeia, da qual fazem parte 27 países-membros, desde a saída da Inglaterra (Brexit) permite conhecer as iniciativas e determinação dos governos do bloco de criar Políticas Públicas para a Educação Empreendedora no Ensino Básico, que podem servir de norte ao Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar a teoria da Educação Empreendedora como proposta de Política Pública que visa ao desenvolvimento e formação de futuros empreendedores, tendo como base o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) e implantado desde 2006, na Educação Básica, no Estado do Espírito Santo.

Em suma, conclui-se que é preciso investir em estratégias capazes de diminuir os riscos de falência das empresas brasileiras, para tanto, não se pode ignorar a necessidade do aproveitamento das novas tecnologias para a sistematização e agilização das ações empresariais. Os empreendedores têm à sua disposição, inúmeras ferramentas tecnológicas capazes de inovar e transformar as práticas corporativas, principalmente no que diz respeito ao processamento de informações a partir do uso de softwares atualizados.

Ficou clara a importância da Educação Empreendedora como forma de formar nos cidadãos, desde a mais tenra idade, as competências para o gerenciamento das formas produtivas, não apenas no sentido de agregar valores tangíveis, mas também os intangíveis, como por exemplo, o desenvolvimento de competências para inovar, elaborar planos de negócios, criar novas formas de gerar renda, desvendar novos métodos de estimular o desenvolvimento econômico do país, dentre outras. Um dos desafios da educação é transformar pessoas, elevar o grau de conhecimentos das mais variadas dimensões. O conhecimento pode ser utilizado das diversas maneiras, para amenizar e aumentar as desigualdades brasileiras. Mas cremos que a educação transforma para o bem das pessoas, da sociedade, do mercado, enfim; prepara pessoas para movimentar-se num mundo mesmo repleto de diferenças para ser facilitadores para a inclusão social.

No Brasil, ainda são poucos os estudos que analisam Educação Empreendedora nas escolas, bem como os estudos com foco em Políticas Públicas. Frente a esta lacuna, esta pesquisa teve o propósito de analisar Educação Empreendedora como Política Pública de desenvolvimento, encontramos poucos dados bibliográficos e estudos de casos referente a temática. Espera-se que esta pesquisa venha de alguma forma contribuir com o debate sobre a temática.

A Educação Empreendedora modifica comportamentos e estes podem levar ao desenvolvimento local. Ela favorece e multiplica os conhecimentos não só dos alunos, mas

também dos professores e da comunidade em geral, que passa a participar mais do ambiente escolar. Os familiares dos alunos, geralmente pequenos comerciantes – empreendedores – se apropriam das propostas de planejamento e dos planos de negócios que orientam os pequenos empreendedores, valorizam a criatividade e a inovação.

O desenvolvimento local é medido através de indicadores socioeconômicos da cidade, como, por exemplo, a questão da saúde, moradia, de emprego e renda. A partir de mudanças sociais de comportamento é que o gestor poderá influenciar nesses indicadores, consolidando, assim, uma relação positiva entre *Educação empreendedora* e *Desenvolvimento local*.

É claro que as ações públicas podem encontrar obstáculos. Mas quando a vontade política se une ao planejamento estratégico, as ações se tornam plausíveis e podem ser executadas com eficiência, efetividade e excelência. São muitos os desafios que um gestor público enfrenta, mas é preciso realizar as ações pensando na ética, na cidadania e no desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto é importante pensar em micro e pequenos negócios e ao mesmo tempo garantir condições adequadas ao empreendedor. A Educação Empreendedora adentra esse processo como uma ferramenta capaz de cooperar com o desenvolvimento local, uma vez que a sua metodologia ajuda a vivenciar situações que poderiam alcançar sucesso ou fracasso.

É preciso olhar o empreendedorismo de uma maneira um pouco menos mistificada e mais popularizada. Pensamos que ele deve entrar e fazer parte do currículo das escolas, pois ao desenvolvermos atitudes empreendedoras, estamos alargando as possibilidades de escolha para a realização pessoal e profissional.

Complementando os projetos de capacitação, devemos incentivar também programas de incubadoras de empresas, de associações de jovens, de empresas juniores, programas de responsabilidade social das empresas, buscando fazer com que as empresas adotem os jovens não apenas no primeiro emprego, mas também na orientação do empreendedorismo.

As políticas devem ainda promover mudanças no sistema educacional, criando projetos voltados para mais qualificação de professores para o empreendedorismo no âmbito escolar e inserindo os alunos desde a Educação Básica, a educação para o empreendedorismo.

O desenvolvimento regional deve ser um dos principais focos das Políticas Públicas, levando-se em consideração que o fenômeno da pobreza e da desigualdade de renda da população brasileira passou a fazer parte de forma acentuada da agenda política e das ações governamentais por meio das organizações sociais e sindicais, que vem cobrando das instituições governamentais Políticas Públicas para a redução da pobreza e das desigualdades regionais. Assim, entende-se que para reduzir a pobreza e as mazelas sociais, deve-se pensar em estratégias que possam ser incorporadas a inserção da Educação Empreendedora no ensino básico, como por exemplo, a ampliação do acesso a projetos como o JEPP lançado pelo SEBRAE e que tem sido um modelo de política educacional voltada para o empreendedorismo.

A implantação do Ciampe no município de Serra, Estado do Espírito Santo, em 2010, baseou-se no sucesso do JEPP e incorporou a experiência do Sebrae na área.

Diante do exposto, do objetivo é analisar a teoria da Educação Empreendedora como projeto de Política Pública, a qual visa o desenvolvimento e a formação de futuros empreendedores, tendo como base o Projeto JEPP, promovido pelo Sebrae e implantado na Educação Básica. O que se pode propor para melhoria do Espaço do Empreendedor da Serra com base nos achados deste estudo, é que o Ciampe trabalhe a educação empreendedora informal de forma planejada. Todo cidadão ao se cadastrar como empreendedor deveria poder assistir de 80 a 120 horas de um curso informativo sobre planos de negócio e como planejar o negócio, ministrado pelo Sebrae, e só será habilitado a receber seu CNPJ, a partir da certificação da conclusão da formação de Empreendedor.

A partir dessa contextualização, defende-se que a Educação Empreendedora se apresenta como uma ferramenta importante na construção de um ser humano consciente, líder, inovador e ético e que o Projeto JEPP, no contexto da Educação Básica, em parceria com o Sebrae, foi, por nós, considerado uma medida que visa promover o ensino empreendedor, destacando-se como política pública de desenvolvimento na formação empreendedora no Estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

- 10 EMPRESAS fecham as portas por dia no ES, aponta Junta Comercial. **G1**, 2015. Disponíveis em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/06/10-empresas-fecham-portas-por-dia-no-es-aponta-junta-comercial.html>>. Acesso em: 03 fev. 2017.
- ALVES, H.; CUNHA, L. M. **Dossiê Didático**. XII. Software Estatístico: Uma introdução a alguns aplicativos, numa abordagem inicial dos dados. 2012. Disponível em: <<http://homepage.ufp.pt/cmanso/ALEA/Dossier12.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2017.
- ALVES, I. M. S. **Educação, Utopia e Sonho: Contrapontos sobre a Pedagogia Empreendedora**. 2014, 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2014/2014 Acesso em: 12 abr. 2017.
- AMARAL, S. R. do. **Empreendedores: o que a escola tem com isso?** 2013. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/28.pdf>>. Acesso em: 15 abr. de 2017.
- AQUINIO, A. B. de. **Políticas Públicas para empreendedores individuais: estudo de caso em S. do Bomfim, Senhor do Bonfim/Bahia**, 2012.
- BACHRACHB, P. ; BARATZ, M. S. Two Faces of Power. **American Science Review**, n. 56, p. 947-952, 1962.
- BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.
- BARRETO, L. MPEs respiram melhor. Abrasel, 2012 Disponível em: <<http://www.abrasel.com.br/index.php/component/content/article/5-entrevistas/1522-micro-e-pequenas-empresas-respiram-melhor.html>> Acesso em: 12 nov. 2014.
- BERTÃO, N. I. Falta ao Brasil uma política pública de empreendedorismo', diz diretora da Unctad. **Veja.com**, 30/03/2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/falta-ao-brasil-uma-politica-publica-de-empreendedorismo-diz-diretora-da-unctad/>>. Acesso em: 03 maio 2017.
- BORGES JUNIOR, C. **Política Pública de Apoio ao Empreendedorismo**. VI ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, Bairro Gonçalves/RS, 2016.
- BORGES, R. P. ; OLIVEIRA, D. M. de. **Sobrevivência e mortalidade das Micro e Pequenas Empresas: estudo dos fatores determinantes e condicionantes**. Universidade Federal de Goiás/GO, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), promulgada em 5 de outubro de 1998. (CRFB). Brasília: **D.O.U.** de 5 out. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- BRASIL J. A. A junior achievement. **Institucional**. Porto Alegre, 2012.

_____. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte [...]. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: **D.O.U.** de 23.12.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Parecer CNE/CEB n.º 13/2010. Brasília, DF. **Diário Oficial da União** de 6 set. 2010, Seção 1, Edição Extra, p. 3. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf xxxxxxxx Acesso em: 13 mai. 2017.

BRASLAVSKY, C. **Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI.** São Paulo: Moderna, 2005.

CACCIAMALI, M. C. A economia informal 20 anos depois. **Economia e Sociedade**, n. 14, 1986.

CAMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **RevBrasEnferm**, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

CARNEIRO, A. M. **LDB fácil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CEAPG (Centro de Estudos em Administração Pública e Governo); CENN (Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios). **Desenvolvimento de Políticas Públicas de fomento ao empreendedorismo em Estados e municípios.** São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2012.

CHAVES, Maria do Rosario Rito e Melo. **Empreendedorismo na Escola: A emergência de um outro paradigma na Educação/Formação.** Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Portugal, 2009.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.** Vol. 7. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIZZOTTI, A. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo: Cortez.

CIELO, I. D. **Perfil do pequeno empreendedor: uma investigação das características empreendedoras nas empresas de pequena dimensão**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

COAN, M. **Educação para o Empreendedorismo**. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94847/298002.pdf?sequence>.

Comissão Europeia e os Estados-Membros em 1980 com o objetivo de trocar informação **sobre os sistemas educativos nacionais**. É financiada pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida. DGEEC. Rede Eurydice. Disponível em: www.dgeec.mec.pt/np4/54. Acesso em: 28 maio 2017.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Acesso em: 12 abr. 2017.

CURY, C. R. J. **Políticas da Educação: um convite ao tema**. Trabalho apresentado no Seminário sobre Políticas Públicas de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2001. Anais eletrônicos disponível em: [file:///C:/Users/madalena/Downloads/19013-68552-1-PB\(1\).pdf](file:///C:/Users/madalena/Downloads/19013-68552-1-PB(1).pdf). Acesso em 10 de maio de 2017.

CYPRIANO, ALESSANDRA MARTINS CONSTANTINO. **O planejamento da educação de jovens e adultos no Brasil: entre a complexidade das novas formas de regulação no limiar do século XXI**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

DGEEC. Rede Eurydice. Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/54/>. Acesso em: 28 maio 2017.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

_____. **A ponte mágica**. São Paulo: Cultura Editores, 2004.

_____. **Oficina do Empreendedor: A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, F.; GORINI, M. **Empreendedorismo na base da pirâmide: a história de um intraempreendedor. Desafios e aprendizados**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Editora Pioneira, 1985.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre o Trabalho de Campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, 2002.

DYE, T. D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1984.

ENGEL, J. F.; BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

EUROPEAN COMMISSION. Entrepreneurship education at school in Europe. **Eurydice Report**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2016. Disponível em: <<https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/images/4/45/195EN.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

FARIA, C. A. de. **O que é Marketing?** Qual o objetivo do Marketing. 2017.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas Públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Liber Livro, 2006.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

FINLAND – Education and Entrepreneurship. Grand-duché de Luxembourg. Ambassade em Finlande. 2016. Disponível em: <www.cc.lu/fileadmin/user_upload/cc.lu/Manifestations/20160513_Finland/Entrepreneurship_Education_in_Finland.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

FIRJAN. **Micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Séria Pesquisa. Brasília: Liber Livro, 2007.

FRAZINI, D. Q.; SELA, V. M.; SELA, F. E. R. Ensino do empreendedorismo na educação básica: estudo da metodologia “Pedagogia empreendedora” de Fernando Dolabela. In: PREVIDELLI, J. J.; SELA, V. M. (Orgs.). **Empreendedorismo e educação empreendedora**. Maringá: Unicorpore, 2008.

FREITAG, B. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

FUSIOKA, Mari; PLATT, Adreana Dulcina. Políticas públicas para o empreendedorismo em tempos de precarização do trabalho. **Trabalho Necessário**, ano 12, nº 19, 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_19/TN_19_3_novembro.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

GBAUDO. P. C. **Como fortalecer a Liderança para diminuir o conflito entre gerações X E Y**. RJ Alta Books. 2007.

GENILDO. Infográfico. Gazeta, Editoria de arte (2016). Disponível em: <<http://s2.glbimg.com/E7P5t5LEPQs9IL0m7iyJN7u3ZA8=/s.glbimg.com/jo/gl/f/original/2015/06/17/infoffeco.jpg>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIORGINO, P. dos S. **Empreendedorismo e Educação: Estudo dos Pilares Educacionais**. FATEC/Guaratinguetá/SP, 2015.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. 2010. Disponível em: <http://www.rhportal.com.br/download/ebooks/daniel_goleman%20-%20inteligencia_emocional.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

GOMES, A. F. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. **REA – Revista eletrônica de administração**, v. 4, n. 2, p. 1-14, 2005.

GUERRA, M. J.; GRAZZIOTIN, Z. J. Educação empreendedora nas universidades brasileiras. In: LOPES, R. M. A. (Org.). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: SEBRAE, 2010.

HENRIQUE, D.C.; CUNHA, S. K. da. Práticas didático-pedagógicas no ensino do empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**. Vol. 9, n.5, 2008, p. 112-136. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/es/sites/forumeja.org.br.es/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20O%20planejamento%20da%20EJA%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro, 2012.

JOMARTG. **Como realizar uma pesquisa bibliográfica**. 2008. Disponível em: <<http://www.jomar.pro.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=1>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

KOTLER, P. A. G. **Princípios de Marketing**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1998.

LACKÉUS, M. Entrepreneurship in education – what, why, when, how. Leed (Local Economic and Employment Development) Division of the OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), 2015. Disponível em: <https://www.oecd.org/cfe/leed/BGP_Entrepreneurship-in-Education.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

LASWELL, H. D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland: Meridian Books, 1958.

LEZANA, A. G. R.; TONELLI, A. O comportamento do empreendedor. In: MORI, F. **Empreender: identificando, avaliando e planejando um novo negócio**. Florianópolis: Escola de Novos Empreendedores, 1998.

LIBÂNIO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. Recife: Cortez, 2003.

LIMA, E.; HASHIMOTO, M.; MELHADO, J.; ROCHA, R. Brasil: em busca de uma educação superior em empreendedorismo de qualidade. In: GIMENEZ, F. A. P. et. al. (Org.) **Educação para o empreendedorismo**. Curitiba: Agência de Inovação da UFPR, 2014.

LIMA-FILHO, D.de O.; SPROESSER, R. L.; MARTINS, E.L.C. Empreendedorismo e jovens empreendedores. **Revista de Ciências da Administração**. Vol. 11, n. 24, p. 246-277, 2009.

LOPES, C. L. J.; TORKOMIAN, A. L. V. **Educação empreendedora**: um breve estudo da disciplina de empreendedorismo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais como indicador de mudança comportamental e geração de inovação. Trabalho apresentado no XXIV Seminário Nacional de parques tecnológicos e incubadoras de empresas. Anais sobre Educação Empreendedora, Belém-PA, p. 1-20, 2014.

LOPES, R. M. A.; TEIXEIRA, M. A. A. Educação empreendedora no ensino fundamental. In: LOPES, R. M. A. (Org.). **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: SEBRAE, 2010.

LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica 1**. São Paulo: Atlas, 2003.

MEAD, L. M. *Public policy*: vision, potential, limits. **Policy Currents**, p. 01-04, 1995.

MELLO, G. N. de. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**, ano 5, n. 13, p. 7-47, 1991.

MONTGOMERY, D. C. **Introduction to Statistical Quality Control**. New York: John Wiley, 2004.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

NARETTO, N.; BOTELHO, M. dos R.; MENDONÇA, M. A trajetória das Políticas Públicas para pequenas e médias empresas no Brasil: do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 27, p. 61-115, 2004.

NOGUEIRA, A. G. **Introdução ao empreendedorismo**: despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

OBSERVATÓRIO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. Disponível em <<http://www.leigeral.com.br>>. Acesso em 12 fev. 2017.

OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais**: terreno de contestação. Porto: Porto Editora, 2000

PEDRO, F.; PUIG, I. **Las reformas educativas: una perspectiva Política y comparada.** Barcelona: Paidós, 1998.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

PESQUISA mostra que taxa de empreendedorismo no Brasil é a maior em 14 anos. UOL notícias, 22/02/2016. Disponível em: <[https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2016/02/22/pesquisa-mostra-que-taxa-de-empreendedorismo-no-brasil-e-a-maior-em-14-anos.htm?cmpid=copiaecolaEmpreendedorismo no Brasil](https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2016/02/22/pesquisa-mostra-que-taxa-de-empreendedorismo-no-brasil-e-a-maior-em-14-anos.htm?cmpid=copiaecolaEmpreendedorismo%20no%20Brasil)>. Acesso em: 12 maio 2017.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** New Jersey: Chatham House, 1986.

POLTRONIEIRI, C. Crise fecha lojas de eletrodomésticos na Serra. **Jornal Tempo Novo**, 2016. Disponível em: <<https://www.portaltemonovo.com.br/crise-fecha-lojas-de-eletrrodomesticos-na-serra/>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

PORTAL BRASIL. Governo lança programa de apoio ao sucesso dos empreendedores. Economia e Emprego, 27/04/2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/04/governo-lanca-programa-de-apoio-ao-sucesso-dos-empresendedores>>. Acesso em: 6 maio 2017.

PORTAL BRASIL. Políticas públicas asseguram mais trabalho e renda aos brasileiros. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/Políticas-publicas-asseguram-mais-trabalho-e-renda-aos-brasileiros>>. Acesso em: 9 maio 2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>. Acesso em: 06 mar. 2017.

PORTAL TRIBUTÁRIO. Lucro real, presumido ou simples? Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/noticias/lucroreal_presumido.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

PRADO, D. T.; Fernando A. **Avaliação de uma Política Pública de incentivo de empreendimentos no Paraná.** Apresentado do Painel do II Congresso Consad de Gestão. Anais sobre Política Pública, Consad, São Paulo, 2015.

PREFEITURA DE SERRA. Espaço do Empreendedor – CIAMPE. Disponível em <<http://www.serra.es.gov.br/site/pagina/espaco-do-empresendedor-ciampe>>. Acesso em 10 jul. 2017.

PREVIDELLI, J. J. (Org.). **Empreendedorismo e educação empreendedora.** Maringá: UniCorpori, 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICCA, J. L. **Sebrae: o jovem empreendedor.** Estudos Avançados, n. 18, p. 69-75, 2004.

ROCHA, D.; DEUSDARA, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, Dec. 2005. Disponível em: Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 abr. 2017.

SANTOS, N. M. **Inteligência Emocional**. 2014. Disponível em: <<http://www.din.uem.br/ia/emocional>>. Acesso em: 12 set. 2015.

SÃO PAULO (Governo Estadual). Política de incentivo ao empreendedorismo. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/Política-de-incentivo-ao-empreendedorismo>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SCHAEFER, R.; MINELLO, I. F. Educação empreendedora: premissas, objetivos e metodologias. **Pensamento contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2016, p. 60-81.

SCHUMPETER, J. A. *Entrepreneurship as Innovation*. In: **Entrepreneurship: the social science view**. Edited by Richard Swedberg. Delhi, Oxford University Press, 1997, p. 51-75.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas empresas na economia brasileira**. 2015. Disponível em: <<https://www.SEBRAE.com.br/SEBRAE/Portal%20SEBRAE/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Sobrevivência das empresas no Brasil. 2016.

_____. VII EGEPE. 2011. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/mhashimo/leonardo-mattar-unidade-de-gesto-estrategica-ncleo-de-estudos-e-pesquisas-do-SEBRAE-nacional>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. Apoio à micro e pequena empresa. Sebrae Nacional. 27/04/2017. Disponível em: <<http://www.SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/>> Acesso em: 26 nov. 2016.

_____. Educação Empreendedora para o seu Ensino Fundamental. Disponível <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Busca?q=jep>>. Acesso em 12 jul. 2017

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC. Educação econômica e empreendedorismo na educação pública: promovendo o protagonismo infanto-juvenil. Versão Preliminar, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8214-educacao-economica-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 maio 2017.

SILVA, C. L. da. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análises para o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, F. G. da. **Ensino do empreendedorismo na educação básica: a formação do cidadão empreendedor em questão**. Pouso Alegre, 2015. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.univas.edu.br/me/docs/dissertacoes2/43.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

SILVA, I. P. da. **Educação Empreendedora na Proposta Curricular**. Faculdade Brasileira/FABRA, Serra/ES, 2013

SILVA, R.N. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do Consumidor: Comprando, possuindo e sendo**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

_____. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

_____. A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações. **Educação & Linguagem**. V.15, n. 26, p. 77-94, 2012.

SPÍNOLA, A S. **Mudanças na Lei Geral: Empreendedor Individual**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

TEIXEIRA, B.S.M. *et al.* **Um comparativo dos paradigmas de software livre e proprietários no contexto do mercado de trabalho e das universidades**. Universidade EAD e Software Livre, 04/12/2012. Disponível em: <<http://ueadsl.textolivres.pro.br/2012.2/papers/upload/58.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

TEIXEIRA, C. M. M. **Um estudo sobre o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Coimbra, 2012.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAVRA, T. G. **Desafios às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo: Atlas, 1993.

VIEIRA, S. L. **Política educacional em tempos de transição (1985-1995)**. Brasília: Plano, 2000.

_____. Política(s) e gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 1, p. 53-69, 2007.

VIEIRA, S. L.; ALBUQUERQUE, M. G. M. **Política e planejamento educacional**. 3. ed. revista e modificada. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.